

# Escola da Ponte

E se falássemos de avaliação?



José Pacheco  
Maria de Fátima Pacheco  
(org.)

***“Toda reforma interior e toda mudança para melhor dependem exclusivamente da aplicação do nosso próprio esforço.”***

***Immanuel Kant***

Muitos foram os cursos feitos, tendo como objeto de estudo o projeto “Fazer a Ponte” e também foram muitos os educadores que se prontificaram a refletir sobre a sua *práxis* e partilhar os seus saberes. Conscientes de que esta partilha é, por demais, importante para ser esquecida, decidimos dar a conhecer os diálogos então produzidos. Daí que deva ser visto e/ou sentido que o autor desta obra é um coletivo. A nossa tarefa, enquanto organizadores, foi apenas o de criar *pontes* entre algo que andava disperso.

Muitos dos depoimentos evidenciam contrastes, porque são múltiplos os olhares: de professores da Escola da Ponte; de ex-professores; de professores brasileiros, que visitaram a Ponte; de doutorandos e mestrandos, que fizeram o seu trabalho de pesquisa na Ponte; de ex-alunos; de pais de alunos; de amigos. Notamos que algumas perguntas são mais extensas do que as respostas que lhes correspondem. Outras afiguraram-se tão ricas de conteúdo, que já contêm em si as próprias respostas.

Alguns comentários estão redigidos num designado “*código restrito*”, enquanto outros refletem o nosso *linguarejar* pedagógico. Os seus autores viveram o cotidiano da nossa escola. E esse exercício suscitou-lhes momentos de reflexão. Em livros, trabalhos académicos e nas inúmeras palestras proferidas sobre a Ponte por esse mundo afora, esses autores permanecem anônimos. E anônimos permanecerão, porque os projetos humanos não são fruto de um esforço individual, produto de um ser providencial, mas obra de pessoas que se encontram e partilham propósitos comuns. Um projeto humano é sempre um empreendimento onde se conjugam muitas mãos.

Na organização deste trabalho, foi nossa intenção dar a palavra a quantos, ao longo de todos estes anos, contribuíram para transformar um sonho em realidade, num discreto labor de trabalho em equipe. Pretendemos dar voz àqueles que viveram, vivem e sofrem a Ponte. Afirmar que a Escola da Ponte existiu, existe, num tempo e lugar de encontros e desencontros, independentemente do que o futuro lhe possa reservar. Esta poderia ser a resposta para a última das perguntas, de entre as que nos foram dirigidas: “Quais os sonhos sonhados por vocês para o futuro da Escola da Ponte? O que falta realizar?”

O projeto da Ponte é a vida a recomeçar em cada dia, em cada gesto.

José Pacheco e Maria de Fátima Pacheco

## Prefácio

*Gente de boa memória jamais entenderá aquela escola. Para entender é preciso esquecer quase tudo o que sabemos. A sabedoria precisa de esquecimento. Esquecer é livrar-se dos jeitos de ser que se sedimentaram em nós, e que nos levam a crer que as coisas têm de ser do jeito como são. Não. Não é preciso que as coisas continuem a ser do jeito como sempre foram.*

Rubem Alves<sup>1</sup>

A Escola da Ponte, em Vila das Aves, Portugal, é uma utopia concreta em termos de educação escolar. É uma verdadeira revolução quando confrontada com o modelo disciplinar instrucionista que há séculos caracteriza grande parte das escolas. Seus mentores, entretanto, logo advertem que a Ponte não deve ser vista como modelo, como algo a ser copiado por outras instituições de ensino. Ora, se não é para ser replicada, “então, para quê serve?” Qual o sentido de conhecermos sua prática?

- Provocar nossa reflexão;
- Mostrar que é possível;
- Questionar nossas práticas e, em especial, nossa postura diante da realidade (que, normalmente, está muito marcada pela impotência, pelo impossível);
- Propiciar o privilégio da reflexão sobre o porquê de a experiência estar dando certo (normalmente estamos refletindo sobre o porquê do fracasso da escola).

Conta-se que, até que fosse descoberto um cisne negro na Austrália, a verdade que se tinha era a de que todo cisne era branco<sup>2</sup>. Bastou a existência de um único cisne negro para pôr por terra a concepção de que todos eram

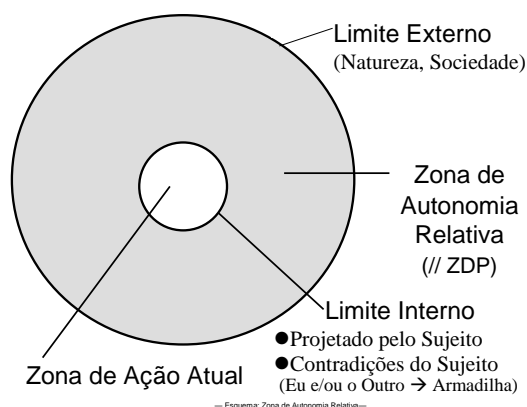
---

<sup>1</sup>. *A Escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

<sup>2</sup>. Taleb, Nassim Nicholas. *A Lógica do Cisne Negro: o impacto do altamente improvável*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2008, p. 15.

brancos. Nesta perspectiva, podemos dizer que a Escola da Ponte é uma espécie de cisne negro da Pedagogia, pois quebra a ideia, tantas vezes corrente entre os professores, de que “todas as escolas são iguais”, de que “sempre foi assim”, de que “é assim mesmo”. A sua existência afirma a possibilidade ou, mais ainda, a efetividade de uma outra configuração da prática escolar em geral, e da avaliação, em particular.

Albert Einstein dizia que *a maior insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes*. Recordemos o óbvio: as escolas que fazem diferença só conseguem isto por fazerem diferente! Creio que é fundamental a tomada de consciência e a ocupação da Zona de Autonomia Relativa (ZAR)<sup>3</sup>. Trata-se do espaço entre o limite externo (dado pela Natureza e Sociedade) e o limite interno (dado pela Projeção e/ou pela Contradição do Sujeito/Grupo).



Analisando as escolas que fazem diferença, os professores que fazem diferença, percebemos que não foram aqueles que ficaram esperando o mundo mudar para daí tentarem fazer algo, mas sim aqueles que, ao mesmo tempo em que estavam comprometidos com a mudança do mundo, engajaram-se na mudança daquilo que era possível na escola (e que até então parecia impossível, nem tanto por uma análise criteriosa, mas muito mais pelo peso da tradição, do costume, do “sempre foi assim”, “uma pessoa não vai mudar a realidade”, “você é muito jovem, vai ver que não adianta”, etc.). Normalmente, os educadores ficam muito ligados aos limites externos e não se dão conta que

<sup>3</sup>.Vasconcellos, Celso dos S. *Currículo: a Atividade Humana como Princípio Educativo*, 3ª ed. São Paulo: Libertad, 2011, p. 222 e seguintes.

os limites internos são os que estão, em grande parte, restringindo a ação. Quando tomamos consciência dos limites internos, isto é, aqueles sobre os quais temos controle de imediato, um conjunto de possibilidades de práticas se abre. A ZAR configura-se justamente como um espaço possível para se caminhar, para se iniciar um novo *currículo* escolar. Foi exatamente isto que aconteceu com aquele grupo de educadores na Escola da Ponte que, há 36 anos, ao invés de ficar engrossando o coro das lamúrias, revolveu arregaçar as mangas e reinventar a escola e a avaliação. Nesta mesma linha de raciocínio, a Profa. Cláudia Santa Rosa, educadora brasileira que conhece profundamente a Ponte, tendo vivido o seu cotidiano durante os vários meses em que fez a pesquisa, afirma em sua bela e consistente tese de doutoramento:

*A curto e médio prazo, a qualidade da escola pública não é tributária de políticas educacionais macros, tampouco de massificados e efêmeros programas, projetos ou política de governo, mas sim da decisão dos (as) profissionais que nela trabalham de tornarem-se autores (as) e protagonistas, no processo de construção e implementação do PPP.<sup>4</sup>*

A avaliação tem sido uma temática bastante enfatizada pelos professores. Para alguns, de fato, ela seria o que de mais importante acontece na escola, como se fosse um fim em si mesma e não um meio para se avançar nas grandes finalidades da escola (aprendizagem efetiva, desenvolvimento humano pleno e alegria crítica –*docta gaudium*– de cada um e de todos os alunos). Não temos dúvida de que a avaliação é uma estratégia fundamental para a existência, considerando que não nascemos prontos, nem programados (nossa programação biológica, embora fundamental para a sobrevivência, é mínima face ao aprendizado que teremos ao longo da vida), que nos constituímos por nossa atividade e, ao agir, podemos acertar ou errar. A avaliação nos ajuda na tomada de consciência dos acertos, o que é decisivo para o fortalecimento da autoestima, propiciando condições para novas aprendizagens (ampliação da Zona de Desenvolvimento Proximal); além disto, reforça a validade do percurso que está sendo feito. A tomada de consciência dos erros, por sua vez, é

---

<sup>4</sup>. Santa Rosa, Cláudia S. R. *Fazer a ponte para a escola de todos (as)*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

importante para que possamos nos comprometer com sua superação, aprender com eles. Uma boa avaliação aponta ainda elementos potenciais, qual seja, que não estão ligados aos objetivos inicialmente traçados –ficando, portanto, fora da questão do acerto ou do erro–, mas que, muitas vezes, são mais importantes do que aquilo que se pretendia a princípio, por revelar dinâmicas interiores em desenvolvimento no sujeito. A avaliação é, sem dúvida, uma conquista da espécie humana.

Todavia, consideramos que, em muitas situações, a ênfase que os educadores têm dado à avaliação da aprendizagem, tanto em termos de práticas quanto de discursos, é um tanto excessiva.

*Os alunos ainda não perderam esta terrível mania de acreditar mais no que fazemos do que no que falamos. Nós falamos toda hora que o importante não é a nota e eles não acreditam, só porque, com relação a provas e notas, fazemos semanas especiais, dias especiais, horários especiais, papéis especiais, dificuldades especiais, comportamentos especiais, rituais especiais, conselhos especiais, assinaturas especiais dos pais, datas especiais para entrega, pedidos especiais de revisão, legislação especial, reuniões especiais com professores e pais, caderneta especial, ameaças especiais através da nota, rotulações especiais em função da nota, tratamento especial para os alunos de acordo com as notas que tiram etc. Tem sua lógica o aluno dar muita ênfase à nota, pois sabe que, no fundo, é ela que decide sua vida na escola...*<sup>5</sup>

Ainda que, muito provavelmente, essa não fosse a intenção original dos organizadores, a prática avaliativa que este livro resgata é uma denúncia desta ênfase exacerbada, justamente por revelar como pode ser a avaliação em outros moldes: como os leitores terão oportunidade de ver, na Escola da Ponte a avaliação está fortemente presente no cotidiano dos alunos e educadores, mas, simultaneamente, marcada por uma sutileza e até mesmo, ousamos

---

<sup>5</sup> Vasconcellos, Celso dos S. *Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar*, 18ª ed. São Paulo: Libertad, 2011, p. 18.

dizer, por uma delicadeza, que faz com que praticamente passe despercebida, porque incorporada organicamente ao currículo.

Há vinte anos, quando pedi ao amigo Prof. Danilo Gandin que fizesse o prefácio de meu primeiro livro de avaliação, numa das ricas conversas informais que tivemos, ele me dizia, a partir de sua vivência infantil no campo, que falar de avaliação na escola era mais ou menos como lavar porcos: logo que se terminava de lavar o porquinho, este corria faceiro em direção ao chiqueiro e sujava-se todo novamente... Numa linguagem filosófica, comparava o desafio da avaliação ao personagem da mitologia grega, Sísifo: estava condenado a repetir eternamente a tarefa de empurrar a pedra até o topo da montanha, de onde ela rolaria abaixo novamente.

Qual o “segredo” da Ponte para superar esta fatalidade da avaliação, tal como a descrita no mito? Qual o segredo das escolas que fazem diferença, das escolas que conseguem avançar substancialmente na aprendizagem efetiva, no desenvolvimento humano pleno e na alegria crítica de seus alunos? É certo que tudo está relacionado, que devemos considerar os vários aspectos da realidade escolar, etc. Porém, não haveria alguns elementos essenciais, substanciais, nucleares, sobre os quais deveríamos colocar nossa atenção de forma muito especial? O que é mais importante? Já que os recursos materiais e psíquicos são limitados, onde investir prioritariamente? Muito sinteticamente diríamos: pessoas e estruturas, estruturas e pessoas (repetimos os termos em ordem inversa para evitar escapismos dualistas). O “segredo” da Ponte está nas pessoas com uma nova sensibilidade, com um novo olhar sobre os alunos, capazes de construir novas estruturas escolares. Simultaneamente, está nas estruturas, na capacidade de reinventar a organização dos espaços, tempos, saberes, recursos, criando novos dispositivos pedagógicos. Estas estruturas, por seu turno, estão voltadas para as pessoas (ex.: estrutura de formação permanente dos professores; dispositivos pedagógicos centrados nas pessoas). É claro que são as pessoas que produzem as estruturas, mas, por outro lado, as pessoas também são produzidas (não mecanicamente) pelas estruturas. É um processo dialético, de aproximações sucessivas, em que não há gênese absoluta, um ponto a partir do qual todo e qualquer mudança deveria se iniciar.



A construção do livro segue um caminho bastante valorizado pelo Projeto Fazer a Ponte: o diálogo, perguntas e respostas, feitas e dadas por diferentes atores (professores e ex-professores da escola, educadores portugueses e brasileiros, pais de alunos e de ex-alunos e, especialmente, alunos e ex-alunos). Além disto, para facilitar a leitura e a reflexão, os diálogos foram organizados em grandes eixos temáticos, como por exemplo: Avaliação como prática de Aprendizagem, Avaliação e Projeto Educativo, Um portão aberto: uma escola cidadã!, Artes: o despertar da sensibilidade, Educação Física: desenvolvimento de novas linguagens, Progressão... continuada?, Uma transição (de núcleo) a qualquer momento, Instrumentos de avaliação, A avaliação determina nossas práticas educativas, “Eu já sei”: acerto de contas, ou metacognição?, Como é ser uma ilha diante do mundo, que é tão diferente?, O portfólio de avaliação: uma ponte entre diferentes universos, Perfil de aluno e critérios de avaliação etc.

Na Ponte, a avaliação não se destaca, não chama a atenção, muito embora esteja absolutamente presente. Nos principais dispositivos pedagógicos ali desenvolvidos ou aplicados, a avaliação está presente. Por exemplo: a *Assembléia* da escola (toda sexta-feira, à tarde) tem sua origem na avaliação que os alunos fazem do seu cotidiano, expressa, por sua vez, nos dispositivos do *Acho bem* e do *Acho mal* (cartazes que ficam nos murais e os alunos vão registrando). Na *Reunião de professores* (quartas-feiras, à tarde), os professores avaliam com afincos o Projeto e buscam formas de melhorias. No *Debate* todos os dias os alunos, entre outras coisas, avaliam o dia de trabalho. Os portfólios também fazem parte da paisagem cotidiana dos ambientes de estudo; eles utilizam destas pastas A-Z, com sacos plásticos, onde ficam os planos quinzenais e as principais atividades que cada aluno desenvolve.

A observação é uma prática constante de avaliação por parte dos professores, sobretudo em termos de valores e atitudes (sem estabelecer ruptura com a avaliação de conhecimentos). Como não existe observação neutra, ela é pautada na matriz axiológica da Ponte: solidariedade, responsabilidade e autonomia.

A autoavaliação é um dos pontos fortes da avaliação na Escola da Ponte, estando também presente em vários dispositivos: *Eu preciso de ajuda* (aluno, depois de ter buscado sozinho e com os colegas de grupo, não sanou as

dúvidas e sinaliza para o professor e demais colegas); *Eu já sei* (aluno, tendo convicção de seu aprendizado de determinado objetivo, sinaliza para o professor que está pronto para ter uma avaliação mais formal – que também existe na Ponte, mas que é algo muito tranquilo, pois não serve para classificar, e sim para qualificar).

Merece destaque o *Plano da Quinzena*; a primeira parte é propriamente o plano a ser desenvolvido na quinzena (atividades coletivas da escola, do projeto do grupo e individual); a segunda parte começa com uma exigente autoavaliação: *O que aprendi nesta quinzena? O que mais gostei de aprender nesta quinzena? Outros aspectos que ainda gostava de aprofundar neste projeto; Mas ainda não aprendi a... Por quê? Outros Projetos que gostaria de desenvolver.* Na última folha vem ainda as *Informações do Professor Tutor*, as *Observações do Pai/Mãe/Encarregado de Educação* e as *Observações do Aluno*.

Bem, não quero me adiantar e tirar o prazer da leitura deste livro, que recomendo vivamente!

São Paulo, inverno de 2012

Prof. Celso dos S. Vasconcellos

## **AVALIAÇÃO COMO PRÁTICA DE APRENDIZAGEM**

**Existe um processo de avaliação das crianças ao longo de um período? Caso afirmativo, como se dá esse processo? Que critérios são usados para avaliar os alunos? Caso negativo, como a criança se apropria dos seus avanços e/ou dificuldades?**

Pai de ex-aluna:

Ao ver como a avaliação acontece na Ponte, perguntamos: será que existe um processo de avaliação nas escolas “tradicionais”?

Na Ponte a avaliação acontece o tempo todo. Está sistematizada e integrada através do plano de estudos. Cada passo que a criança dá é avaliado, a começar por ela mesma. E aqui está um ponto importantíssimo: a auto-avaliação.

Como professor, minha atuação acontece principalmente no ensino pós-secundário, que engloba o nível superior, a educação corporativa e a educação continuada. Tenho por prática sempre propor ao aluno atividades e processos de avaliação que incluem sempre auto-avaliação. Pois vocês não imaginam como é difícil, para quem passou a vida inteira sendo avaliado por outros, esperando coisas como notas, graus, conceitos etc., se auto-avaliar! Falta prática! Não estamos habituados a isto. E sentimos tanta dificuldade!

Agora, imagine uma criança da Ponte: dia após dia, mês após mês, ano após ano, por nove 9 anos seguidos, pegando um objetivo de aprendizagem, fazendo atividades de aprendizagem para atingir aquele objetivo, se auto-avaliando, concluindo que se sente apta a procurar um professor, para que este confirme, ou não, sua auto-avaliação. Depois, pegando outro objetivo e assim por diante. São anos de prática cotidiana de auto-avaliação. No final dos seus anos na escola, isto está de tal forma internalizado que passa a ser a sua maneira natural de aprender, sempre se auto-avaliando, a cada passo.

Outra coisa: os objetivos de aprendizagem não são uma coisa "secreta", oculta para os alunos, que somente o professor conhece. Os objetivos são o ponto-de-partida da aprendizagem. A coisa começa com a criança escolhendo objetivos, a partir de uma lista de objetivos de uma disciplina. Todos os

conteúdos estão organizados em forma de listas de objetivos. As crianças lidam com objetivos o tempo todo. Não fazem nada que não seja para atingir um objetivo, tudo ganha sentido em função de objetivos a atingir.

Mas para dar uma resposta mais completa, permitam-me citar o que se encontra no site da escola. Gostaria de incentivar cada um de vocês a separar um tempo para fazer uma visita virtual à escola da Ponte em <http://www.eb1-ponte-n1.rcts.pt/html2/portug/bemvindo.htm> <sup>6</sup>.

A pergunta e resposta a seguir se encontrava na FAQ da escola da Ponte em <http://www.eb1-ponte-n1.rcts.pt/html2/portug/projecto/faq.htm> <sup>7</sup>: De que forma os alunos são avaliados na Escola da Ponte?

A avaliação na Ponte é feita de várias formas. Em primeiro lugar, através da observação. Esta é uma das formas de avaliação que nos permite avaliar melhor os alunos em termos de valores e atitudes. Consideramos que é fundamental trabalharmos constantemente para que os alunos sejam solidários, responsáveis e autônomos. No que diz respeito aos conhecimentos (é lógico que a separação entre todos estes fatores é artificial, mas torna mais simples a explicação), estes são avaliados de diferentes formas, consoante o nível em que os alunos se encontram.

Enquanto os alunos ainda não sabem ler e escrever com correção, a avaliação é realizada em grande parte através da observação informal do trabalho produzido pelos alunos. À medida que os alunos começam a ser mais autônomos e começam a elaborar o seu plano diário (onde planificam o trabalho para esse dia e, no fundo, se comprometem a cumprir certos objetivos), a avaliação passa a ser efetuada de outro modo.

Em primeiro lugar, os alunos auto-avaliam-se. Sempre que consideram que dominam um determinado ponto do programa escrevem-no numa folha do "Eu já sei". Depois, um professor, que domine um pouco melhor a área a que diz respeito o objetivo, dirige-se ao aluno e faz uma avaliação "mais formal". Esta avaliação pode ser efetuada de várias formas: uma conversa, um exercício escrito, a resolução de um problema etc. Tudo depende do objetivo em questão. Por outro lado, tenta-se sempre que os objetivos anteriores também sejam avaliados, de forma que a avaliação seja um processo contínuo.

Quando um determinado aluno pensa que esgotou todos os recursos ao seu dispor para estudar um determinado assunto (biblioteca, computador, colegas), e não o conseguiu compreender, recorre ao professor. O aluno escreve o seu nome, a data e

---

<sup>6</sup> Hoje: [www.escoladaponte.com.pt](http://www.escoladaponte.com.pt)

<sup>7</sup> Desativada no momento...

tema em estudo na folha do "Eu preciso de ajuda". Depois, o professor dirige-se ao aluno que manifestou a dificuldade e tenta esclarecê-lo, recorrendo àquilo a que os alunos costumam chamar de "aula direta".

Por outro lado, o comportamento na sala, a Assembléia de Escola, os Debates e as apresentações dos trabalhos constituem, também, excelentes momentos de avaliação.

**A questão da avaliação sempre me deixou intrigada. Como aplicar um mesmo tipo de avaliação a cabeças pensantes diferentes, que aprendem, entendem de formas e em tempos diferentes. Como mudar a cultura arraigada nos gestores das escolas, nos professores, nos alunos, nas famílias?**

Sou educadora matemática e estudo com minhas turmas de sétima série conteúdos da Geometria Euclidiana Plana. Para tanto, fazemos o tratamento axiomático de tais conteúdos e construímos os entes e/ou resolvemos problemas geométricos através de construções, seja com régua e compasso, seja com softwares de geometria dinâmica.

Em uma das turmas que leciono, possuo um aluno que é portador de necessidades especiais, devido ao atrofiamento de um dos membros superiores. Esse aluno consegue fazer as atividades que os demais colegas fazem, entretanto, em um tempo diferenciado. Para ele, a escola “deu permissão” para que fosse aplicada uma avaliação em tempo diferenciado. Mas, na mesma turma, tenho, por exemplo, uma aluna que não consegue acompanhar a turma, pois ACHO que tem um “jeito” ou “tempo” diferente de aprender. Ela fica muito dispersa, mesmo que tente chamar atenção dela todo o tempo. Penso que o momento de avaliação seria um importante momento de aprendizagem para ela.

Gostaria de ter autonomia para assumir que o tempo dessa garota também é diferente e que a maneira de ela “brincar” com os conteúdos matemáticos também é diferente. Acho até que tenho tal autonomia, mas como assumir tal verdade, se não tenho tempo, nem apoio da escola no referente a horas de trabalho remuneradas para tal fim? Parece mesquinho da minha parte, mas tenho família para criar. E, por outro lado, crio precedentes em ter que dar as mesmas oportunidades para outras

**necessidades de modos do aprender. Seria extremamente frustrante não conseguir atender a todos!**

**Admiro muito a vossa iniciativa de enfrentar todo um sistema e com a comunidade da Escola da Ponte dar o exemplo. Apesar das ENORMES dificuldades, podemos traçar saídas diferenciadas para o processo de educação de professores, alunos e famílias.**

Professor:

Mas como mudar a cultura que está arraigada nos gestores das escolas, nos professores, nos alunos, nas famílias? Esta mudança tem que ser bem pensada e estruturada. Pensarmos que tudo se muda de um dia para o outro é uma forma de não mudar. Mas, lentamente e com estudo, tudo se consegue. É possível adequar o trabalho escolar ao tipo de avaliação que fizemos. A "escola tradicional" utiliza um modelo de avaliação que este está de acordo com o trabalho que os alunos desenvolvem. Para mudar a avaliação é necessário mudar todo o trabalho escolar (e vice-versa).

Parece-me que, no resto do seu texto, já chegou a uma conclusão muito interessante: todos os alunos têm o seu ritmo. O que nós tentamos na Ponte é que efetivamente cada aluno veja reconhecido o seu ritmo e que, paralelamente, a avaliação também seja para cada aluno uma oportunidade de aprendizagem. Compreendo perfeitamente (a Ponte não foi a primeira escola onde trabalhei) que isso pode ser complicadíssimo, muito difícil, mas o que será melhor: ter diferentes ritmos dentro da "sala", ou tentar que seja o mesmo e único ritmo e vivermos no eterno dilema de "deixar alunos para trás" ou "atrasar outros alunos"?

**Percebo que o objetivo da Ponte é proporcionar aos alunos um clima adequado, onde se constitui um marco de relações "admiráveis", em que predominam a aceitação, a confiança, o respeito mútuo e a sinceridade. Eu poderia supor que, a partir dessas características supracitadas e das dinâmicas e atividades a que se propõe os professores e alunos da Ponte, denominar a avaliação como algo essencial para manter e melhorar a auto-imagem, para assim facilitar atitudes favoráveis à aprendizagem,**

**focando que tais avaliações sejam feitas conforme as possibilidades reais de cada um dos meninos e meninas, para que a aceitação das competências pessoais não ocorra em detrimento de uma auto-imagem positiva?**

Professora:

Os laços que unem alunos e professores, alunos e seus pares têm de ser laços de aceitação, confiança, respeito e sinceridade. A aprendizagem efetiva apenas se concretizará num ambiente de reconhecimento e aceitação de diferentes individualidades, de respeito pelas suas opiniões, de confiança nas suas potencialidades, de apoio quando se diagnosticam dificuldades, de transparência e sinceridade quando se avaliam processos. A avaliação regula/reorienta todas as aprendizagens: a aquisição de novos conteúdos, mas também as atitudes e comportamentos. É errôneo pensar que aprender na escola é aprender somente Inglês, Matemática, Ciências...

Melhorar a "auto-imagem" dos alunos (no sentido que penso ter atribuído a esta designação) poderá ter repercussões positivas no trabalho que pretendemos que os alunos desenvolvam em termos de conteúdos. Um aluno com uma baixa auto-estima, que recusa diariamente a realização de tarefas, porque tem grandes dificuldades em conviver com a frustração de não conseguir algo, necessita da solidariedade e ajuda dos seus orientadores educativos, assim como dos seus pares. Estes, sim, irão ajudá-lo a crescer na sua individualidade, a melhorar a sua auto-imagem. Durante este ano letivo, tive um aluno que precisava ouvir "És capaz de...", "Tu consegues...", antes de iniciar qualquer trabalho que julgasse ser mais difícil. Precisarás ainda que muitos outros lhe digam o mesmo, para que possa caminhar com mais autonomia e confiança.

Não acredito que haja alunos indisciplinados por força da natureza, mas há alunos que se revoltam (com todo o direito) perante o desrespeito pelas suas dificuldades e ritmos de aprendizagem. É curioso verificar que alguns professores encaram a avaliação como um meio de amedrontar os "indisciplinados" da sua sala de aula. Lembro-me de uma professora que, sempre prevenida, carregava consigo testes que ameaçava aplicar se as coisas não corressem como havia planeado. O carácter recorrente da aplicação

desta "arma infalível" leva-me hoje a acreditar que jamais esta professora se apercebeu de que os "indisciplinados" eram alunos cuja auto-imagem tinha destruído gradualmente, porque os havia excluído das suas matérias e tempos previstos.

É obvio que só faz sentido que as avaliações sejam feitas conforme as possibilidades reais de cada um dos nossos alunos. Pedir o mesmo a todos poderá significar pedir demais a alguns.



Professor:

Essa é também uma das conseqüências da forma como encaramos a avaliação. Nas escolas ditas tradicionais, quando se passa uma prova aos alunos de uma turma, o professor já sabe que o aluno não vai ter um bom resultado. No fundo, uma grande parte da avaliação (no sentido de recolher dados sobre cada um dos alunos) já está feita. O teste serve só para conseguir uma prova física do "não conhecimento" ou do "conhecimento" do aluno.

Alguns dos alunos que a Ponte recebe vieram de outras escolas. Alguns deles vieram rotulados de "maus alunos" e sabiam que, cada vez que faziam um



teste, teriam má nota. Se assim é, para que é que se colocam os alunos nestas circunstâncias. Para ele perceber mais uma vez que não sabe...?

Por outro lado, a tentativa de elevação da auto-estima (algo absolutamente fundamental em qualquer aluno/indivíduo) é alcançada de várias formas, nomeadamente na adequação do trabalho aos seus interesses e características. A avaliação é simultaneamente consequência e causa da alteração do tipo de trabalho. Finalmente, penso que é importante salientar que existem alguns casos (poucos) em que os alunos se inscrevem no dispositivo "Eu já sei" e que ainda não "sabem" tudo o que seria importante. Normalmente, eles reconhecem com facilidade isso mesmo e continuam o seu trabalho.

**Sobre este tema Avaliação e auto-avaliação, nos sentimos instigados a comentar nossos conceitos, que se conflituam com nossa realidade escolar. Para as mudanças ocorrerem no sistema escolar, em nosso ambiente escolar, esbarram-se em obstáculos, que ultrapassam os muros da escola e os sonhos dos educadores. Temos em nossa prática pedagógica tentado romper com muitos paradigmas que só tem feito mal aos nossos alunos. Conteúdos impostos, avaliações bimestrais de 0 a 10 que tenta medir o conhecimento dos alunos, como se fossem iguais, dotados das mesmas opiniões e níveis de aprendizagem. Bem sabemos que aptidões também contam quando falamos em saber. Eu, por exemplo, não me relaciono bem com os números, mas sempre fui apaixonada pelas palavras. Escrever para mim proporciona um encontro de mente e coração. E nossos alunos? Será que nosso sistema educacional acha que, nas aulas de Matemática, todos aprendem no mesmo ritmo? Todos os alunos precisam "gostar" e "aprender" as mesmas coisas? Seria então, o Ministério da Educação um dos principais transmissores de doenças às nossas escolas?**

**Tenho tentado "driblar" os prescritos escritos e orais, e fazer de minhas aulas de Língua Portuguesa e Inglesa um encontro prazeroso, em que as trocas são mútuas, a participação dos alunos no que aprender e para quê aprender fazem de nossas aulas uma verdadeira harmonia entre o conhecimento já adquirido e o conhecimento a ser conquistado. Dou voz aos meus alunos, conversamos sobre questões humanas, aprendemos a**

**ser solidários, a respeitar o próximo e nunca perder a esperança de que amanhã sempre será melhor que hoje. Avalio continuamente, eles trabalham em grupo, aprendi a observar e ouvi-los. Na verdade, os faço perceber que eles se atribuem notas. Tenho tentado e não vou parar, porque é nessa educação que acredito: uma escola feliz, com professores e alunos felizes!**

**Quando permitimos a auto-avaliação, permitimos que nossos alunos se olhem por dentro e consigam manifestar realmente o que conseguiram aprender. O resultado de uma aprendizagem eficaz significa para mim o resultado de uma prática eficaz por parte do professor. Vocês compartilham desse nosso conceito de escola e aprendizagem?**

Professor:

Concordo perfeitamente (tirando um pequeno pormenor eu sou mais números e letras em equações). Mas é preciso ter cuidado com um pequeno (grande) pormenor que, por vezes, as pessoas esquecem, quando falam da Ponte: nós privilegiamos os interesses e gostos dos alunos, mas temos, também, consciência que é necessário desenvolver um leque alargado de competências para que possamos intervir autonomamente na sociedade e sermos felizes.

Pensando na minha experiência, diria que desde muito pequeno (ainda no jardim de infância) mostrei uma clara preferência pela Matemática. Durante muitos anos, alimentei essa ideia que as pessoas tinham de mim. No entanto, quando cheguei aos 20 e tal anos e comecei a perceber a importância das artes na nossa vida e no mundo, apercebi-me de que tinha uma lacuna do tamanho do mundo nessa área. Hoje em dia, quando vejo os trabalhos que os nossos alunos fazem nessas áreas sinto inveja (não de eles fazerem, mas de eu não conseguir fazer). Não digo que é necessário forçar os alunos a trabalhar o que não gostam, penso que é necessário encontrar contextos interessantes, para eles perceberem que tudo está relacionada com tudo.

Professora:

Não poderia concordar mais com o que nos escreveram. Partilho o gosto especial pelas palavras, em detrimento dos números. Transponho esta minha preferência para o contexto escolar e concluo que, de fato, em termos de

avaliação, as palavras são também mais importantes do que os números: são mais significativas as “trocas mútuas”, as aprendizagens que se desenrolam pela socialização do que os resultados de provas, a quantificação do que se aprende.

Há que encarar a avaliação numa perspectiva relacional. Depois de um momento de introspecção (“o olhar para dentro”), o aluno deve verbalizar (oralmente ou por escrito) o trajeto que percorreu as estratégias de que serviu os resultados que obteve e traçar novos caminhos.

Neste sentido, estaremos a encarar a avaliação numa lógica de (re) construção conjunta e refletida e não como um momento estanque, inerte, pouco promotor do estabelecimento de pontes com novas aprendizagens.

## **Avaliação e Projeto Educativo**

**Vejo a avaliação totalmente entrelaçada com o Projeto Pedagógico, currículo, concepção de ensino-aprendizagem, objetivos, metodologia (forma de trabalhar durante as aulas), recursos (com o que se trabalhou), e aqui também se faz presente o indispensável plano de aula. Portanto, são muitos os aspectos a considerar. Pessoalmente, não vejo como indispensável a avaliação formal e a avaliação somativa, desde que a avaliação diagnóstica seja uma constante, sempre avaliando, refletindo, analisando, interpretando, para ver qual e como intervenção a ser feita. Partindo desse princípio toda e qualquer atividade é uma avaliação. Desta forma, até acompanhamos melhor nossos alunos. Atividades práticas, textos, falas em seminários, posturas, tudo isto são avaliações imprescindíveis.**

**Gostaria de saber o vosso parecer a respeito de meu modo de ver, embora cumpra com rigor as exigências académicas. Mas estamos aqui buscando formas diferenciadas, atualizar nosso fazer pedagógico.**

Professor:

A palavra-chave é mesmo essa: "toda e qualquer atividade é uma avaliação". Ou, como dizia o Nunziatti, a "escola mudará através da avaliação, ou nunca mudará". A avaliação é o X da questão. Quando for, efetivamente, formativa, isto é, contínua, sistemática, centrada nos processos e participada, a escola estará mudando as suas práticas, no caminho da criação de condições de acesso e sucesso para todos.

Deixo aqui o registro de alguns dispositivos de avaliação utilizados na Ponte. Alguns destes instrumentos foram sendo dispensados ou reformulados, ao longo dos anos e - creio bem! - sê-lo-ão, nos próximos dez ou vinte anos...

No Relatório, cada grupo descreve processos de descoberta.

O Álbum é o produto de recolhas críticas de material para arquivo e consulta.

As Bibliografias são instrumentos de apoio a consultas, elaborado no início do desenvolvimento de cada plano quinzenal.

A Ficha de auto-avaliação é feita com ou sem a presença do professor e pode ser auto-corretiva.

O Teste de itens selecionados pelos alunos é elaborado ao longo de qualquer projeto e negociado com os professores. Serve de referência para o que os alunos chamam de jogo das perguntas.

O Teste sociométrico e o Inventário de atitudes são utilizados apenas quando são perceptíveis alguns sinais de conflito entre alunos, no interior dos grupos ou entre grupos.

A Ata é redigida pelos alunos após um debate na assembléia, ou um trabalho de grupo. Permite comparar opiniões e níveis de desenvolvimento e são, simultaneamente, memória e fonte de informação;

A Comunicação tem a finalidade, como o próprio nome indica, de comunicar descobertas. A comunicação poderá ser acompanhada por um suporte de gravuras, exposições abertas ao meio, ou a colegas, roteiros de visitas, cartazes de registro de observações, "textos de que gostamos";

O Quadro de solicitações inclui dificuldades encontradas, a definição e a razão de pedidos, a identificação do aluno. Exemplo: "Eu quero falar com o professor, porque fiquei com dúvidas quando estudei os primeiros povos da península. Já consultei a biblioteca. Sou o Pedro";

No Registro de disponibilidade, alunos e professores registram a sua disponibilidade para ajuda de colegas. Por vezes, o aluno que se disponibiliza prepara, por iniciativa própria, trabalho ajustado ao colega que quer ajudar.

No Debate final de cada dia, alunos e professores registram as suas impressões sobre o trabalho realizado: comparam-se as atividades do plano do dia com as atividades realizadas; diz-se o que se aprendeu e o que ficou por aprender; explica-se por que se fez e não se fez; comenta-se o trabalho feito individualmente, em grupo, com os professores, ou no coletivo; critica-se, propõe-se, prepara-se tarefas a realizar em casa, entendida a "casa" como todo o espaço-tempo da criança fora do tempo letivo.

Os alunos podem mesmo emitir juízos sobre a própria avaliação e esse ato poderá ser também mais uma oportunidade de avaliação de atitudes: "Do que eu não gosto é que, às vezes, eu não faço tudo e porto-me mal e dizer isso na avaliação é um bocado chato (Miguel) / Na avaliação contamos o que fazemos e a avaliação faz-nos pensar (Zé) / A avaliação que eu fiz neste ano foi melhor porque foi para aprender e para sabermos quem nos ajudou (Liliana) / Se eu não escrevesse a verdade, estava a ser injusta para os meus colegas (Cátia) / É importante porque nós vemos o que fizemos do plano do dia e é uma boa idéia para ver do que somos capazes (Anaísa) / Faz-nos ter pensamento e sermos pessoas (Almira) / Acho bem que se tenha feito a assembléia para se resolver os problemas que se passam todos os dias na escola, para não serem só os professores a resolver Foi importante ser boa aluna muito tempo, aprender os gráficos e descobrir como sou. Aprendi coisas da vida, que eu não sabia que existiam. Aprendi a corrigir os meus erros e a minha memória. Relembrei como se trabalha em liberdade e como se faz a avaliação do trabalho, como se tira as coisas da cabeça e se aprende a não copiar. Aprendi a fazer as coisas com imaginação e a encher uma folha com coisas importantes (Ângela) / Fizemos regras para cumprir. Eu tenho tentado cumprir, mas, às vezes, esqueço-me. Aprender é uma coisa boa. Eu tive dificuldade em algumas palavras complicadas que eu não percebia. E não cumpri uma regra que foi de falar baixo. Eu acho que estou a melhorar um pouco em tudo" (Armindo) / Do que eu gostei menos foi de ver as meninas a falar e os meninos a padecer. Acho que há alunos que põem coisas no Tribunal só por vingança. Gostei de trabalhar porque fiz mais amigos. Gostei de termos assembléia para

toda a escola, embora o número de perguntas sem pensar aumentasse muito (Miguel) / Acho mal que o Pedro e o Armando não me deixem jogar futebol; deitar pão ao lixo, estragar o nosso jardim, roubar ou riscar as coisas dos outros, não deixarem os pequeninos andarem de balanço e não ter amigos, porque eu não tinha amigos. Acho mal que a Fatinha limpe, nós tornemos a entrar e sujemos tudo outra vez, que haja meninos que não param de falar e que falem sem levantar o dedo (Pedro) / Proponho que a Assembléia não recuse propostas só por preguiça, que se compre duas bolas e se ponha rede nas balizas, que os professores mudem sempre de uns meninos para os outros, que os aniversários sejam mais bem arranjados, porque senão não sei por que há uma responsável. É preciso que seja mais atenta e não ande sempre aérea, que os trabalhos sejam mais devagar e que não houvesse mais zangas com os colegas, que também se ponha críticas no "acho bem", que os professores não tenham tantas reuniões (Nelson)".

A auto-avaliação informal permite uma maior flexibilidade de papéis e pode cumprir objetivos de desenvolvimento. O exercício da participação em situações de avaliação formativa contribui para transformar os sistemas de lações.

**Minha dúvida não se refere a avaliação dos alunos diretamente, mas como estamos falando de avaliação, entendi que fosse pertinente colocá-la aqui.**

**Na Ponte elaboram, no início do ano, um projeto comum que servirá como tema e referência a toda a escola. Gostaria de saber como acontece a avaliação deste projeto. No decorrer do ano, pela observação das aprendizagens envolvidas? Por todos, em assembléia? Existe um momento de avaliação (ou auto-avaliação) somente entre professores do referido projeto?**

Professor:

Eu não compreendi muito bem a sua referência a "um projeto comum que servirá como tema e referência a toda a escola". Em termos de escola, nós estabelecemos algumas linhas de ação para o nosso trabalho, no sentido de o melhorar. Estas linhas de ação, fundadas no projeto educativo, resultam em

grande medida dos balanços efetuados no final do ano anterior. Estes balanços são efetuados pelas tutorias, pelas responsabilidades, pelas dimensões, pelos núcleos e pela equipa.

Paralelamente, são realizadas aferições, num processo de transformação em que todos mudamos algo.

**Em relação aos alunos com dificuldades de aprendizagem maiores do que as habituais é levado em conta seu progresso frente às possibilidades anteriores? Reformulando... Leva-se em conta que o caminho se faz passo a passo? Tais alunos dispõem de tempo e estratégias de avaliação ainda mais diversificadas?**

Professor:

Nós vemos cada aluno como um ser único, pelo que trabalhamos tendo por base as características específicas dos mesmos. É neste sentido que se procura dar resposta às necessidades individuais de todos, sendo necessário desenvolver estratégias e metodologias que potenciem as capacidades de cada um, bem como possam ir de encontro aos seus interesses e características. O respeito pela individualidade implica metodologias específicas, independentemente do nível de dificuldades que cada aluno possua.

**A Escola da Ponte vale-se da avaliação formativa, a fim de que todos (crianças e adolescentes, notadamente) sejam protagonistas, sujeitos de seus processos históricos, gestores de seus tempos e espaços, escolares ou não, e co-protagonistas de um projeto maior que não desconsidera a importância desse modo de ser e estar no mundo, desse modo de negociar sentidos para as suas ações para melhor planejá-las e executá-las, para transformar esse mundo mesmo que aí está. Tenho, agora, especial interesse pela avaliação que vocês fazem do projeto da Escola da Ponte como um todo. Sabemos que vocês procuram fazê-la da maneira mais participativa possível, favorecendo (como já disse) o protagonismo dos maiores interessados em seu sucesso, dos**

alunos e pais. O projeto, imagino, lança olhares tanto para o desenvolvimento de cada um de seus atores quanto para o do coletivo, pois interdependentes. No Brasil, é comum uma criança ingressar na 1ª série em uma escola localizada ao lado de um córrego poluído, por exemplo. E sair de lá, lá pela 8ª ou 9ª série, com o córrego mais poluído ainda. Isso quando já não secou ou já não pode mais ser chamado de córrego... Fica ela quase uma década, então, a estudar a fotossíntese, os seres vivos, a importância dos recursos naturais para a sobrevivência das espécies, etc. e etc., ao lado de uma possibilidade concreta de intervenção, sem que a escola, no entanto, lance olhares para além de seus muros, intervenção essa que, se levada a efeito, representaria (ou representa?) uma outra bela maneira de avaliar a pertinência do projeto maior, projeto de vida abundante para todos.

**Existem, bem sabemos inúmeras outras situações concretas a exigir-nos intervenções. Vocês poderiam nos contar algumas protagonizadas pelos atores da Escola da Ponte?**

Professor:

Sempre que os alunos (e em alguns casos também os professores) pensam que algo que está a acontecer no Mundo, no País, ou na Vila, é realmente importante, existe total liberdade para isso ser trabalhado no dia-a-dia e, em alguns casos, até por toda a escola.

Na área do ambiente, os nossos alunos estão envolvidos no Eco-Escolas e nos Jovens Repórteres para o Ambiente e, dessa forma, socializam o seu trabalho (nomeadamente na festa de S. João). Este ano, iremos abraçar o projeto ENEAS e no âmbito do mesmo será realizada a monitorização do Rio Vizela e os resultados serão divulgados em toda a comunidade. A Ponte tenta mostrar à comunidade todo o seu trabalho (especialmente no final do ano). Contudo, penso que ainda é uma área em que poderemos melhorar muito. Ainda estamos a tratar algumas feridas recentes de lutas travadas com o Ministério e isso levou a que nos virássemos mais para dentro (por necessidade). Creio que neste momento estamos a começar a “abrir-nos”, novamente. Só espero que nada nos faça fechar novamente...



**Em substituição do Dec Lei 319/91 surgiu o Dec Lei 3/2008, que estabelece orientações a considerar na escola para todos os alunos portadores de deficiência. Estas orientações consideram condições especiais de avaliação ao nível do tipo de provas escritas / testes diferenciados, do tempo de duração das provas, do tipo de avaliação (se é escrita ou oral), na correção (se se tratar de aluno disléxico ou com surdez severa ou profunda). Estas condições são novidade na Ponte ou, pela filosofia da escola, terão sempre sido consideradas?**

**Como encaram os pais das crianças sem dificuldades a avaliação do aluno que não consegue aceder ao currículo.e que, necessitando de um currículo individual (completamente fora do currículo normal), tem uma boa nota na sua avaliação?**

Professor:

Tendo em conta a filosofia e os princípios que norteiam a Escola da Ponte, não foi a promulgação do Dec. Lei 03/2008 que promoveu a avaliação de cada aluno como ser individual e irrepetível. Cada aluno é avaliado segundo as suas características individuais, numa lógica formativa e de constante desenvolvimento social, cognitivo e atitudinal. Os encarregados de educação ao inscreverem os seus educandos na Escola da Ponte sabem que estes verão respeitadas as suas características, independentemente das suas particularidades. Neste sentido, todo o encarregado de educação sabe que o seu educando será avaliado de forma particular e específica.

A questão das "notas" não se coloca, uma vez que elas são partilhadas, em particular com cada encarregado de educação, de forma a não promover a comparação de realidades que não são comparáveis, tendo em conta a individualidade de cada aluno.

**O processo de avaliação é um tanto quanto complicado, quando se tem um projeto tão dinâmico como o da Ponte. Porque imagino que um aluno pode ir bem a uma determinada área e em outra nem tanto. Como fica a avaliação nestes casos?**

Professor:

É essencial olharmos os alunos na sua individualidade, mas considerando-os como fazendo parte de um todo, diferentes entre si. Cada um com sua especificidade e dificuldade de comportamentos e aprendizagens e, como diz o nosso Projeto, cada um tem de ser visto desta mesma forma. Sempre é trabalhada com as crianças a compreensão de como pedir a avaliação (que para alguns às vezes demora a compreender...).

Para que aprendam a gerir as suas aprendizagens, orientamo-los no sentido do que é importante/interessante aprender/descobrir e, portanto devem planejar tudo o que é suposto quererem saber. O que acontece muitas as vezes é que interessam-se mais por umas disciplinas que outras, deixando de lado algumas tarefas. Isso poderá ter a ver com a dificuldade de determinada tarefa. Esta criança deverá, em determinado tempo, começar a compreender que deverá utilizar o dispositivo "Preciso de Ajuda".

**Na opinião de vocês, professores da Ponte, esse seria um dos motivos relativos à evasão escolar? O seu mau emprego da avaliação pode expulsar o aluno da escola, causar danos em seu auto conceito, impedir que ele tenha acesso a um conhecimento sistematizado e, portanto, restringir a partir daí suas oportunidades de participação social?**

Professor:

É verdade que o abandono acontece em outras escolas. A Escola de Massas, enquanto projecto emancipatório da modernidade, não está alcançado e tão pouco vejo possibilidade de ser uma realidade em todos os lugares do mundo, num futuro próximo! Será a instituição Escola capaz de esbater as desigualdades sociais e constituir-se num veículo de mobilidade social para aqueles que à partida pouco ou nada têm? Eu acredito que sim. Mas o estado da arte na educação é contraditório e preocupante. A mesma entidade que se assume como emancipadora em vez de eliminar as diferenças sociais existentes no seu seio amplia-as adoptando técnicas de ensino e de avaliação normativistas (cf. Pierre Bourdieu - Teoria da Reprodução). É precisamente esta função selectiva da escola que devemos tentar minimizar. Ao optarmos pela resistência e pela crítica (cf., por exemplo, Henry Giroux Teoria Crítica e Resistência em Educação) às práticas reprodutoras estaremos a contribuir para

a formação de cidadãos autônomos, responsáveis, críticos, solidários. Se optarmos pela normatividade, corremos o risco de conduzir os alunos a rótulos e a estigmas que, certamente, determinam o seu percurso educativo e que influenciam o seu sucesso pessoal.

**Gostaria de saber como é feita a avaliação durante a alfabetização. Existe alguma referência a Emília Ferreiro ou ao construtivismo, que seja base para o trabalho? Pergunto, porque entendi que sim, já que a escola se dá em nível construtivista. Ou estou enganada? Como é esse processo de aprender a ler e a escrever na Ponte? Ficaria feliz se pudessem ser minuciosos na resposta.**

**Sei que não terei receita como dito anteriormente, mas quero e preciso entender como a alfabetização e a avaliação nessa fase acontece por aí. Como fazer para sistematizar o ensino? Ou não é assim que ocorre? Como avaliar cada aluno em salas tão heterogêneas?**

Professora e educadora brasileira:

Antes de falarmos em Emília Ferreiro e Construtivismo, falamos de um dos recursos pedagógicos utilizados na escola como auxílio na alfabetização, que é a escrita livre. Neste recurso, a criança expõe livremente a sua tentativa de escrita. O professor "avalia" o desenvolvimento do aluno, baseando-se nas fases de Emília Ferreiro (pré-silábico, silábico, e alfabético (Mas não só... É preciso lembrar que a Ponte começou o seu projeto antes de a Emília começar as suas pesquisas...)).

Lembrando que há fase intermediária de um nível ao outro). Esta escrita livre apóia o professor que media o aluno individualmente, ou seja, a alfabetização é trabalhada individualmente, uma vez que cada criança tem o seu próprio nível de conhecimento com relação à linguagem. Quando se fala de um ensino individualizado, queremos dizer com relação ao processo do aluno, que é único, assim como está no Projeto Fazer a Ponte.

Após um pequeno relato de um dos recursos utilizado para a aquisição da linguagem partimos para as suas perguntas. É importante saber que o processo de alfabetização na Ponte se dá numa multiplicidade de abordagens metodológicas, sendo mais frequente o Método Global e o Natural (Freinet).

No Método Natural de aprendizagem da língua, não partimos do texto do adulto, mas da vida da criança, da sua expressão oral e escrita, do seu texto livre. Já o Método Global parte do desenho às primeiras palavras. Em seguida, das palavras às frases, posteriormente da frase à sílaba e por fim, à construção de histórias.

Poderei afirmar que Emília Ferreiro é utilizada como base para a alfabetização, mas, é importante salientar que Ferreiro não criou um método de alfabetização, mas realizou um estudo em que diagnosticou o processo (fases) da escrita de um grupo de crianças. Este estudo serve de base para orientar o trabalho do professor, que não pode trabalhar a mesma atividade em crianças que estejam em fases diferente da escrita. Sendo assim, fica claro que é impossível alfabetizar os alunos através de um programa único para todo o grupo.

A avaliação da Aprendizagem da leitura e da escrita na Escola da Ponte é feita de forma contínua e colaborativa. O professor identifica de forma precisa o caminho a seguir no seu trabalho com cada criança. Sendo assim, não há dificuldades em avaliar um aluno num espaço formado por um grupo heterogêneo.

## **Um portão aberto: uma escola cidadã!**

**Como a escola consegue, deixando o portão sempre aberto, permitir que qualquer pessoa possa entrar sem riscos para as crianças e todo o pessoal da escola? A comunidade da Escola da Ponte tem uma educação diferente? E as pessoas que passam pela comunidade?**

**"No final de cada quinzena, acontece uma espécie de auto-avaliação, onde os alunos podem registrar os objetivos alcançados..." Os alunos são habituados a realizar a auto-avaliação? Como esta prática é vivenciada pelos alunos, considerando que a auto-avaliação constitui atividade complexa?**

Educadora brasileira:

Realmente, é difícil de imaginar, tomando como parâmetro algumas cidades brasileiras. Vila das Aves é uma cidadezinha muito pequena de Portugal, população com boas condições de vida e poucos índices de violência. Em termos da segurança das crianças, não há nenhum risco. Mas acho que o portão é uma grande simbologia. Símbolo de que a Ponte está aberta à comunidade, faz parte dela. Símbolo também de que as crianças não são obrigadas a ficar por lá, a escola é delas, elas pensam na sua organização, elas têm liberdade de escolha e contribuem para a vivência democrática. Por que querer sair de lá? Não percebi nenhuma criança passando do portão nos momentos em que deveriam estar na escola. Como diz o Pacheco é "uma escola sem muros" onde as trocas devem ser privilegiadas.

Quanto à auto-avaliação, é realmente uma prática constante da escola. Ao final de cada dia, as crianças fazem a avaliação do trabalho realizado, o que estabelece uma maior coerência planejou-avaliou. Para todo "plano do dia" acontece uma auto-avaliação, para que eles tenham a dimensão das intenções cumpridas ou não. Além das avaliações do dia, como citou, também tem a avaliação da quinzena, onde eles registram: O que aprendi nesta quinzena? O que mais gostei de aprender nesta quinzena? Mas ainda não aprendi a... Por quê? Outros Projetos que gostaria de desenvolver.

É justamente por ser uma atividade complexa que a auto-avaliação precisa ser praticada constantemente. Eles compreendem que é a partir da auto-avaliação que podem seguir o planejamento. É uma prática cotidiana, que ensina a necessidade da reflexão no processo de construção do conhecimento. Aprendi muito com essa perspectiva de avaliação da Ponte.

**Gostaria de maiores esclarecimentos sobre o processo avaliativo destes alunos e como trabalhar com hábitos e atitudes para obter disciplina. Estou muito curiosa com esta escola e com sua vivência. E fantástico saber que existe neste mundo escolas que não precisam de portões e que seus alunos têm professor-tutor para auxiliá-los nas atividades escolares e que também estão responsáveis pelo contato com os familiares.**

Educadora brasileira:

Como é bom compartilhar esse sonho com vocês. Depois podemos compartilhar nossas próprias experiências, tenho certeza de que todos têm ricas histórias para contar.

Realmente, a avaliação é encarada como processo, sem um caráter punitivo, sem a intenção de dar notas ou aproximar médias. O aluno é quem decide quando está preparado para a avaliação. Depois que percebe que já construiu conhecimentos com segurança, preenche o quadro "Eu já sei", a partir daí o professor já sabe que esse aluno encontra-se em condição de ser avaliado. Ela não vai ser classificada com uma nota, apenas saberá se conseguiu alcançar aquele objetivo curricular ou não.

Fiquei encantada com essa perspectiva de avaliação. Era comum escutar dos alunos "Eu quero uma avaliação!". Ou: "Faço avaliação quando sinto que estou preparada e não quando o professor quer. O importante é que eu compreenda e não que memorize para responder numa prova". Lindo! Como diz o próprio Pacheco "É preciso dar muitas provas para aprender que não devemos dar provas"...

Os hábitos e atitudes são trabalhados diariamente. A grande diferença é que eles fazem as coisas com calma! Não precisam correr com os conteúdos atitudinais para dar conta dos conceitos. Primeiro, é preciso formar atitudes! Isso ficava muito evidente no trabalho da iniciação. O primeiro mês de trabalho das crianças menores foi praticamente dedicado á questões atitudinais. Depois de muita conversa, elas já começavam a pedir a palavra e escutar a música. Além disso, há o espaço para o debate.

## **Artes: o despertar da sensibilidade**

**Gostaria de saber o seguinte: Como são ministradas e avaliadas as aulas de artes (Plásticas, dramáticas e musicais) na Escola da Ponte?**

**Como arte educadora que sou, tenho curiosidade de saber se na Escola da Ponte, há algum trabalho específico de artes com essas crianças do 1o. Ciclo?**

Educadora brasileira:

O que mais me encantou na Ponte foi perceber a convivência de professores de diversas áreas nos mesmos espaços, o que permitia trocas interessantes. Os professores de artes sempre estavam presentes!

No início do ano não era possível perceber momentos específicos para se trabalhar artes, essas atividades podiam acontecer durante as atividades nos espaços. No entanto, a Ponte parece estar constantemente refletindo sobre suas práticas. Começaram a tentar estabelecer alguns horários específicos para as atividades com os professores de artes. Não acompanhei a continuidade dessa proposta.

Acompanhei um trabalho muito interessante em parceria com a Casa da música da Cidade do Porto. As crianças ficaram verdadeiramente envolvidas com a construção do espetáculo. Elas realmente construíram todo o processo: história, cenário, figurino e, principalmente realizaram um belo trabalho de apreciação e produção musical. Era muito interessante perceber a dinâmica da escola nessa atividade. Crianças de idades diferentes convivendo, muitos professores envolvidos e toda uma flexibilidade no planejamento.

**Foi falado no trabalho de Artes, em que os professores ficam todo tempo acompanhando os alunos e num projeto de Música. Como é feito o trabalho e avaliação com Arte Dramática? Ela é trabalhada como conteúdo específico, dentro de outros conteúdos? Existem apresentações? Qual a bibliografia usada na Ponte?**

Educadora brasileira:

Os professores de artes têm a liberdade de circular nos espaços e compartilhar atividades com outros professores. No entanto, foram estabelecidos alguns momentos para que os professores de artes realizassem atividades com os alunos. Como a Cláudia colocou em outra questão, os conteúdos de artes não estão elencados e expostos nas paredes como os das outras disciplinas.

O projeto da Casa da Música, foi um projeto que aconteceu em parceria com outros profissionais de fora da escola, inclusive com uma professora inglesa. Foram duas semanas de oficinas (dramatização, figurino, cenário, sonoplastia), onde os alunos, principalmente de tarde, participavam de atividades para a

elaboração de um espetáculo. Esse espetáculo foi apresentado para toda a escola, para os pais e, em outro dia, na Casa da Música na cidade do Porto. Quanto á bibliografia utilizada por eles, não saberia dizer. Quem pode responder é a professora Ana, que estará com vocês em algum momento.

Professor:

Penso que a percepção do que acontece na Ponte demora algum tempo a fazer.

Tentando ajudar: Tal como em todas as outras áreas não há aulas (a não ser no caso da utilização preciso de ajuda e mesmo assim são aulas directas - algo semelhante a uma explicação partindo de questões e dos conhecimentos prévios dos alunos (eles já haviam estudado algo em relação à aula directa). Os alunos planificam o seu trabalho e decidem o que pretendem fazer. Há trabalhos que implicam um grupo de alunos e, nesses casos (nesta e em todas as outras áreas) os alunos conversam, para chegar a uma conclusão.

De resto, tenta-se ao máximo que todas as decisões sejam tomadas por eles e que há medida que as necessidades inerentes ao trabalho planificado se vão trabalhando os diferentes aspectos inerentes a cada uma das valências (Expressão e Educação Plástica, Dramática, Musical e Físico-Motora).

**Existe avaliação para ensino das artes? Se sim, como se dá? Existe diferença de avaliação entre elas (artes plásticas, música, arte dramática?)**

Professor:

A parte artística da Ponte tem um grelha de registro comum a todas as valências (além das que citou. a Educação Física). Normalmente, os colegas reúnem-se e avaliam o desenvolvimento de competências de cada aluno. Esta avaliação parece ser muito estruturada na observação directa e na análise do trabalho prático que os alunos efetuam. Creio que nunca utilizam fichas de trabalho para realizar avaliações.

**Gostaria de saber como é realizado o Ensino de Arte na Escola da Ponte, se existe essa disciplina, se está no currículo obrigatório enviado pelo**



**governo, ou se é realizada através de projetos específicos de arte elaborados em grupo, dê um exemplo do que já aconteceu e de como foi avaliado.**

Professora:

A Dimensão Artística na Escola da Ponte é explorada e vivida como outra dimensão curricular prevista no currículo nacional. Esta dimensão contempla especificamente três valências: plástica, dramática e musical. Os Orientadores educativos trabalham em conjunto, numa abordagem transversal das competências que atravessam, em particular, esta dimensão e no geral todas as outras. Privilegiamos como metodologia uma aproximação à metodologia de projeto, onde nos centramos nas propostas das crianças, que poderão surgir individualmente, em pequeno grupo ou em grande grupo, tendo sempre como pano de fundo alguns princípios fundamentais, tais como: a valorização das produções das crianças (sem o retoque final do professor); a exploração de vivências artísticas que se pretendem desencadeadoras de uma educação sensorial, não só através da visualização de diferentes vídeos como também, através de contacto direto com o mundo artístico (exposições, espetáculos,...) e diferentes jogos plásticos, musicais e dramáticos que lhes permitem adquirir as ferramentas essenciais que os potenciam das competências necessárias para a realização dos projetos que se propõem realizar.

Os projetos que surgem habitualmente podem nascer das suas planificações individuais ou com toda escola que estão previstas no Plano de Quinzena; ou com questões relacionadas com os problemas da escola, da vila ou do mundo (como por exemplo: guerra, corrupção, assaltos, a droga, o ambiente). Estas preocupações por vezes culminam em espetáculos, exposições, instalações, catálogos,...

## **Educação Física: desenvolvimento de novas linguagens**

**Como é coordenada e avaliada a Educação Física? De que forma as crianças decidem o que querem fazer, uma vez que determinadas atividades são necessárias para o desenvolvimento de habilidades**

**relacionadas a lateralidade, a questões de ordem motora etc.? Espero que eu tenha sido clara a minha questão, pois desconheço termos técnicos da área para ser mais objetiva.**

Educadora brasileira:

O Ricardo França é um dos dois professores de Educação Física da escola. Talvez seja mais rico ele mesmo responder à sua pergunta. Entretanto, adianto-lhe que, assim como Artes, para Educação Física não consta nas paredes dos espaços a relação dos objetivos do currículo. As atividades acontecem em horários específicos para os diferentes grupos e envolvem exercícios e alguns jogos, concomitantemente, instrumentos de avaliação.

Professor:

A constituição dos grupos na escola como um todo, tenta obedecer ao máximo a vontade das crianças, ou seja elas escolhem com quem querem formar um grupo de trabalho para o ano todo: grupos de 3/4 elementos, depende da quantidade de crianças, tempos para a prática desportiva e da modalidade que escolhem para esta prática.

As atividades são escolhidas pelas crianças, depois de vermos em vídeo diversas modalidades na sua globalidade. Neste ano, tentamos fugir um pouco das modalidades mais tradicionais, tais como: futebol, voleibol, handebol etc. Temos grupos a trabalharem o Parkour, a Dança (Salsa), o grupo da 1ª vez (consideremos que seja o equivalente ao 1º ano no Brasil) trabalha de uma forma mais dirigida, com atividades que lhes propiciem um desenvolvimento motor mais global, e são reforçados em aspectos que lhe ajudem na sua aprendizagem mais cognitiva, como, por exemplo, a lateralidade.

Temos que seguir o currículo nacional, mas temos liberdade de lidar com as propostas de forma diferenciada, portanto o que não se abordar num ano, no outro provavelmente se abordará, dando-nos maior liberdade e sendo mais aliciante para as crianças.

E a avaliação? As crianças fazem um trabalho sobre a modalidade e vão sendo orientadas para conseguirem fazer propostas prática de trabalho para o dia a dia, sendo elas próprias a dinamizarem tais propostas. Para tudo isto, foi elaborado com as crianças um conjunto de dispositivos pedagógicos, no

sentido de organizar, facilitar e apoiar o seu trabalho e a avaliação das aprendizagens. Logicamente, tudo isto não é fácil de pôr em prática, é necessária muita calma, muito estudo, para fundamentar a prática, muita discussão pedagógica em relação a estas metodologias e alguma sistematização na utilização dos tais dispositivos, o que ao longo do ano é um trabalho muito árduo.

Professora:

Nos momentos de Educação Física, nós podemos escolher a modalidade que gostaríamos de trabalhar. Obviamente, temos que ter em conta o plano de actividades propostas pelo orientador educativo. Também temos o direito de sugerir como devemos trabalhar cada modalidade e quando queremos ser avaliados.

### **Progressão... continuada?**

**Estava pensando que assim como em nossas escolas devem ocorrer situações em que a criança, ao término do nono ano, não tenha atingido os objetivos necessários para dar prosseguimento ao estudo. Caso isso ocorra, qual é o procedimento da Escola da Ponte? Há repetência? É claro que os motivos para não se atingir os objetivos propostos poderão ser diversos, como fatores de ordem neurológica, cognitiva, psicológica, social, enfim situações vivenciadas em todas as U. Es. cabendo a equipe docente e diretiva tomar as decisões mais pertinentes à criança...**

Educadora brasileira:

A sua pergunta é muito interessante, porque ela nos permite pensar o percurso do educando à luz de outra lógica de organização da escola: por núcleos, como faz a Ponte. A Escola da Ponte é uma escola em que um aluno completa estudos no mínimo de nove anos de escolaridade. Na Ponte, há três núcleos, mas eles não correspondem exatamente a três ciclos... As crianças transitam de um núcleo para outro assim que atingem o perfil esperado e um mínimo de objetivos do currículo. Há casos de crianças com cinco anos de escola que

estão no Núcleo de Iniciação, e casos de crianças com três anos de frequência da escola e que já estão no Núcleo de Consolidação. De acordo com a lógica da Escola Tradicional, poderemos concluir que, no primeiro caso, houve reprovação. E que, no segundo, houve aceleração... Mas na Ponte a concepção é outra. Há casos de adolescentes com quinze anos ainda na Consolidação e com onze ou doze já no Aprofundamento, assim como adolescentes com quinze estão no Aprofundamento.

A idéia de reprovação não tem espaço no Projeto, pois é outro conceito, entende?

Educadora brasileira:

Na Ponte, é bem diferente esse conceito de avaliação. Não existe repetência. A avaliação não tem o objetivo de aprovar ou reprovar. Não existem séries para a criança "passar de ano". Ela avança conforme sua autonomia e seu ritmo. Em um mesmo espaço, convivem crianças que estão estudando objetivos diferentes, que não percorrem o mesmo caminho. É claro que existem aquelas que avançam mais rapidamente, a exemplo de um aluno que na escola "comum" estaria no quarto ano e que na Ponte já estava alcançando objetivos do sexto ou sétimo ano. Outras já precisam de um tempo maior, mas isso é visto de maneira natural. Os ritmos são respeitados! O que ela não atingiu nesse ano, pode atingir no próximo, sem precisar "repetir" muitas coisas que já foram vistas. Ela segue com aquilo que já aprendeu e que ainda precisa ser alcançado.

Professor:

Há trinta anos, a Escola da Ponte não era diferente de muitas escolas brasileiras que visito. Em 1976, estávamos saindo de uma mudança de regime político. Os professores eram mal pagos e queixavam-se de que não podiam dar mais tempo à escola, porque tinham de ganhar proventos em outro lugar. Hoje, os professores são bem pagos e... fazem o mesmo tipo de trabalho.

No ano anterior àquele em que cheguei à Ponte, eu trabalhava numa escola bem longe de casa e o salário que eu ganhava mal dava para pagar o transporte, a alimentação e alojamento. Na Ponte, encontrei professores desmotivados, que trabalhavam de modo igual ao dos que foram seus

professores (e igual ao que ainda hoje se faz na grande maioria das escolas portuguesas). O cenário, como vês, não diferia do que tu descreves como realidade brasileira. O que mudou?...

Um dos grandes equívocos da "progressão continuada", que se confundiu com "aprovação automática" é o de que ela pode ser concretizada mantendo-se práticas de seriação e a manutenção de padrões de tempo uniformes. A seriação é incompatível com a idéia de avaliação contínua, formativa (centrada nos processos, participada...). Tempos uniformes (e aulas) são incompatíveis com a individualização da aprendizagem. E a avaliação deve andar "alinhada" com a aprendizagem, porque o próprio ato de avaliar é um ato de aprendizagem...

Deixo o meu depoimento suspenso de reticências. Propositadamente. Vós concluireis

**Não sei se entendi muito bem a respeito da avaliação, mas acredito que a avaliação deva ser contínua e cumulativa, ou seja, todos os dias o aluno poderá ser avaliado e levará em conta aquilo que ele sabe e não o que não sabe. Será que é isso?**

Professora:

O processo de avaliação é diário, havendo dispositivos pedagógicos cuja finalidade é claramente essa (como os planos de dia e de quinzena, o "Eu já sei"; outros, um pouco diferentes e de que ainda não falamos tanto como o "Preciso de ajuda"). Contudo, em muitas outras situações de avaliação, são realizados feedback informais, só conseguidos devido aos fortes laços que se estabelecem com os miúdos.

É deste conhecimento mútuo que resultam os momentos mais profícuos na avaliação. Pequenos incentivos, um gesto que reforce a sua autoconfiança, uma expressão de contentamento, um olhar de insatisfação... Por outro lado, o trabalho partilhado com o grupo de pares e o apoio que recebem destes, fomenta nos alunos um sentimento de companheirismo e de solidariedade invejáveis, dando-lhes uma motivação acrescida.

É importante valorizar o percurso já feito, as iniciativas na resolução de um problema (mesmo que não resolvido), as tentativas de se superar, participando

em Assembléia, ou adotando uma postura interventiva na vida da escola, entre muitos outros exemplos. Essa valorização é condição primordial na aceitação, por parte do aluno, face a qualquer outro reparo menos positivo e reestruturação do trabalho integrando estas observações.

**Todos os alunos têm que rever algumas matérias/conteúdos/assuntos, seja o que for, para que possam progredir. O professor tutor, como de todos os professores, acompanha o aluno nesse processo.**

Professor:

Há sempre tempo para os alunos realizarem as suas aprendizagens. Ao respeitarmos o ritmo de aprendizagem de cada aluno e valorizamos a sua individualidade, damos margem para o erro e para a mudança conceptual, tanto mais que é para nós importante este percurso de reconstrução das aprendizagens.

No entanto, o professor tutor, em diálogo com o orientador da valência em questão e com o próprio aluno, tenta compreender a natureza do "erro" e, quando este tem causas mais complexas e sistemáticas, justifica-se a realização de uma "aula direta". É nesse momento que, em conjunto com colegas que partilhem da mesma dúvida, se discute e clarifica o problema.

A nossa gestão baseia-se essencialmente no equilíbrio, para o qual contribui muito o bom-senso, uma vez que não podemos permitir que uma dúvida/temática se prolongue *ad eternum*. Mas também não simplificamos as aprendizagens, de modo a não lhe retirarmos significado e percurso de construção.

**Acredito que a avaliação é um processo. Precisamos ver o que o aluno era e o que passou a ser. Na minha escola, trabalhamos com conceitos, que sempre dão margem a dúvida, por se tratar de algo muito subjetivo. Na vossa escola, a recuperação é também individual e funciona realmente como momento de rever e buscar o que não foi aprendido?**

Wilson Azevedo

Uma pequena "tradução" para tentar ajudar: no Brasil, chama-se "recuperação" ao período, em geral, no final do ano letivo, em que os alunos que não conseguiram somar nota suficiente para serem aprovados numa determinada série e passar para a série seguinte, recebem aulas de reforço nas áreas em quais apresentaram maior dificuldade. E fazem nova prova. Se não conseguirem nota suficiente na recuperação, os alunos são reprovados e repetem o ano. Os que conseguem nota suficiente na recuperação são aprovados e "passam de ano".

Não sei o nome que se dá a isto em Portugal. E não sei, porque minha filha estudou em Portugal apenas na Escola da Ponte. E na Escola da Ponte não existe algo como um "ano" ou "série" para o aluno repetir. Por isto, nenhum aluno na Ponte "repete o ano", assim como também não "passa de ano". E como também nenhum aluno recebe notas no final do ano, não há nota para ser recuperada e por isto não existe algo como uma "recuperação", no sentido que expus acima.

Pra complicar mais um pouco... Aqui, na Bahia, algumas escolas estão fazendo no meio do ano a "Recuperação Paralela". O aluno pode recuperar durante uma parte de suas férias do meio do ano o(s) assuntos que ele não aprendeu durante as unidades anteriores. Pelo menos no Colégio onde trabalho esta "recuperação" é opcional, o aluno não é obrigado a fazer, uma vez que ele ainda tem unidades para "recuperar" a nota. A opção por começar a recuperação nos dias finais das férias deve-se ao fato de as aulas ainda não terem começado e eles terem mais tempo para dedicar à recuperação. Aconselhamos o aluno a não fazer muitas disciplinas, pois assim ele não terá tempo de dedicar-se ao estudo. O resto do tempo da recuperação é feita no turno oposto e a escola, neste período, evita colocar avaliações formais.

A vantagem que alguns colégios alegam é de que, fazendo esta recuperação, o aluno tem uma condição maior de entender os assuntos posteriores.

Professora:

Concordo plenamente com o fato de a avaliação ser processual, sendo fundamental conhecer o aluno no seu ponto de partida e avaliar continuamente o seu percurso evolutivo. Traçadas metas e definidas estratégias, nada se esperará mais que o sucesso desse aluno. Nesta avaliação processual, alunos

e professores têm de ser, necessariamente, parceiros. O insucesso merecerá um legítimo exercício de auto-avaliação por parte de ambos.

A recuperação, pelo que entendi, centra no aluno a responsabilidade do insucesso, pelo que dependerá do seu esforço adicional o alcance de um nível positivo. A finalidade será, como foi referido, obter nota suficiente para a aprovação, o que exige que este tenha que voltar atrás, aprender o que não aprendeu, sendo que o resultado que se pretende que alcance deva ser positivo, mas não necessariamente a aprendizagem total e consolidada de todos os conteúdos/temas em estudo. Na nossa escola, e de acordo com o que o Wilson já referiu, esta realidade não tem lugar, porque o aluno não inicia novas aprendizagens sem ter consolidado as que escolheu planificar e o fim último não é evitar a retenção, mas a promoção de um estudo com qualidade.

Quando o aluno recorre ao dispositivo “Eu já sei” significa que este sabe, de fato, o que se propõem avaliar e está seguro de si mesmo. Nos casos em que tal não acontece, o aluno torna-se consciente do mau uso que fez do dispositivo e consolida melhor o que pretendia que fosse avaliado. Privilegia-se o ritmo de cada aluno e acresce-se a motivação decorrente da escolha do que deseja trabalhar e não do que outros atores educativos decidiram que ele devia trabalhar.

**Na verdade gostaria de saber como os alunos avançam de série, de ciclo, ou como vocês dizem por aí 1ª vez, 2ª... Qual seria o tempo, ou o número de vezes que o aluno da escola precisa para cumprir seu percurso? Por aqui são nove anos de Ensino Fundamental. Sendo mais objetiva: existe "reprovação"?**

Professor:

Burocraticamente, existe reprovação. Na prática, não. Ou seja, nos finais de ciclo (4º, 6º e 9º anos) é possível que os alunos “reprovem”. Contudo, o trabalho do aluno continua, como se nada acontecesse. E, no início do ano letivo seguinte, não é obrigado a repetir o que já estudou. Continua o estudo a partir do ponto em que antes estava.



As “reprovações” são, em grande parte, fruto da burocracia imposta pelo Ministério a todas as escolas. Mas a Ponte não se pode esquecer de que não pode ser uma ilha. Os alunos podem transitar para outras escolas.

No final do 9º ano, por obrigação legal, os alunos fazem exames a Língua Portuguesa e a Matemática que contam para a sua nota final. O tempo que o aluno precisa para cumprir o seu percurso é o tempo de cada aluno... Em alguns casos, é menos de nove anos. Há casos, não tão raros quanto isso, de alunos que já estão a trabalhar aspectos que seriam considerados de 10º ano a algumas áreas e em outras ainda lhes faltam algumas coisas que seriam consideradas até ao 9º.

Nós temos essa designação de “vezes” para salvaguardar estas situações. As coisas não são estanques. Há dois anos, uma das auxiliares que tinha entrado há pouco tempo para a Ponte perguntou-me se era verdade que o mesmo aluno poderia estar no 5º ano a umas coisas e no 6º a outras. Eu expliquei-lhe que podem escolher o que pretendem trabalhar, não são obrigados a trabalhar em anos estanques e perguntei-lhe o que estudava um aluno que estava no 8º ano e que sempre tinha tido nota negativa a Português, 4 a Matemática e 3 nas restantes (a escala portuguesa do ensino fundamental é de 1 a 5). Será que a Português ele está mesmo a trabalhar os aspectos de 8º ano, ou nem sequer compreende o que o professor tenta explicar? Há casos destes. Eu fui um deles: bom aluno a Matemática e Ciências e péssimo aluno a línguas. Só melhorei quando comecei a precisar mesmo das notas para não reprovar.

## **Uma transição (de núcleo) a qualquer momento**

**Ainda sobre avaliação gostaria de ouvi-los falar um pouco mais sobre como se dá a passagem das crianças da etapa inicial, em que ainda se alfabetizam, para o processo de trabalho em equipe com os planos quinzenais. Em outras palavras, minha preocupação específica é sobre avaliação na alfabetização. Quais são os critérios que vocês utilizam para dizer se esta ou aquela criança está pronta para ingressar na nova etapa de aprendizagem, na Ponte?**

Na fase da iniciação à leitura e à escrita a avaliação é essencialmente baseada na observação directa. Observando os textos que os alunos vão produzindo, com cada vez com mais autonomia, observando a forma como vão lendo para os colegas e para nós todos os dias (no, início através da memória; posteriormente, lendo - processo de retirar \*significado\* de material escrito), vamos ficando com uma ideia muito precisa do que cada aluno é capaz de fazer em cada momento. Lentamente, começam a fazer um plano do dia incipiente (só com a indicação de que área pretendem trabalhar nesse dia). Depois, começam a utilizar livros para estudar o que precisam (sobretudo de estudo do meio - os de língua portuguesa e de matemática para estas idades costumam ser uma desgraça...) e vão complexificando o seu trabalho, até ao momento de precisarem de fazer o seu plano do dia.

[illegible]

42

Pai de aluna:

Demora um pouco a "cair a ficha", mas logo a gente entende: na Ponte não existe nada como um "ano" ou "série", para o aluno passar ou não passar. Por isto, nenhum aluno da Ponte "passa de ano", pelo mesmo motivo pelo qual nenhum aluno da Ponte "repete o ano". A "ficha" demora a cair, porque estamos imersos numa forma de organizar a escola que nos parece tão natural e imutável quanto o ar que respiramos. Imaginamos que é da natureza da escola ter séries, anos, aprovação, reprovação, retenção, recuperação... Coisas que não existem na Ponte.

São estas as "paredes" que mais demoram a ser derrubadas: as concepções e percepções construídas ao longo de anos, de décadas de vivência em escola tradicional. Talvez vocês estejam se dando conta de como as coisas são e acontecem na Ponte, diariamente: não tem sala nem série, não tem reprovação nem "recuperação", não tem nota vermelha nem azul, não tem nem prova nem semana de provas, não tem nem "passar de ano" nem "repetir o ano"...

Professor:

A nossa escola não está organizada numa lógica de anos de escolaridade, nem tão pouco preconiza "passagens" para outro ano. A aprendizagem é vista como um processo, que os alunos vão construindo ao longo do tempo. E a escola não deverá, portanto, segmentar o conhecimento e espalhá-lo em anos de escolaridade.

A Escola da Ponte está organizada em três Núcleos de Aprendizagem: Iniciação, Consolidação e Aprofundamento. Conforme o perfil dos alunos (nível de autonomia e outros requisitos), os alunos integram estes núcleos e lá constroem as suas aprendizagens, sem constrangimentos de anos de escolaridade.

Professora:

A oportunidade de vivenciar uma realidade educacional distinta da que tradicionalmente conhecemos conduzirá necessariamente ao questionamento das concepções e percepções enraizadas de que o Wilson falava na sua partilha.

A metáfora do iceberg apresentada por Angi Malderez e Caroline Bodóczy para explicar o comportamento dos professores traduz também essa idéia, quando referem que a parte visível do iceberg representa o que o professor faz num determinado contexto, enquanto que a parte submersa do iceberg explica as suas ações: a cultura, a educação, o conhecimento (adquirido a partir de experiências pessoais, da observação, do que leu)...

A origem de o Projeto Fazer a Ponte remete-nos para algumas décadas atrás e a sua aceitação, por exemplo, pela comunidade circundante continua a não ser consensual, por várias razões, é certo... No entanto, compreender (para depois aceitar) a diferença é um exercício difícil, sobretudo para os que estão imersos no “culturalmente e ideologicamente enraizado”.

De fato, o dia-a-dia dos alunos da Escola da Ponte não passa por uma organização por anos, turmas, testes... Como já referi anteriormente, as suas planificações quinzenais são o motor de todo o trabalho a desenvolver e elas próprias traduzem o que o aluno aprendeu no final da quinzena (não falo apenas de aprendizagens curriculares, mas também de aprendizagens que surgiram de atividades que envolvem toda a Escola).

A escolha de novas aprendizagens é feita pelo aluno, em negociação com os orientadores educativos e planificadas aquando a abertura de um novo plano quinzenal, que se afigura como um compromisso que tem de ser cumprido com responsabilidade.

**O processo de avaliação é um tanto quanto complicado, quando se tem um projecto tão dinâmico como o da Ponte. Porque imagino que um aluno pode ir bem em uma determinada área e em outra nem tanto. Como fica a avaliação nestes casos? Um aluno que poderia mudar de grupo, mas não apresenta um nível de aprendizagem em uma única matéria, como fica nestes casos? Um aluno pode ser avaliado bem em suas áreas de aprendizado, mas negativamente em comportamento ou vice e versa?**

Professora:

O processo de avaliação na Ponte não é complicado, é fundamentalmente formativo, traduzindo-se na análise descritiva de todo o percurso do aluno, só possível pelo constante exercício de observação e monitorização dos

dispositivos por parte dos orientadores. Isso sim é que é complicado! (estou brincando).

O grande desafio do modelo de avaliação da Ponte está na constante monitorização e acompanhamento de todas as tarefas que os alunos realizam, do tipo de intervenção e participação que têm na escola e da sua evolução na aquisição de saberes de cariz curricular e de valores pessoais. Na Ponte existe um princípio que norteia o nosso modelo de avaliação: os alunos devem saber e saber ser (são avaliados pelos saberes adquiridos e pela forma como actuam junto da comunidade educativa, ou seja, pelas suas atitudes e comportamentos).

Você levanta questões que se prendem com a regulação das aprendizagens entendidas como curriculares (da matemática, do português...) às quais os orientadores das diversas Dimensões tentam dar resposta diariamente, isto é, cada Dimensão se organiza de acordo com as linhas orientadoras do Projecto Educativo e tenta orientar e ajudar os alunos da melhor forma e de acordo com o que curricularmente está estabelecido.

Contudo, a aquisição destes saberes visa o desenvolvimento de competências que consideramos fundamentais no quadro de referência do nosso projecto, nomeadamente a da responsabilidade, entreajuda, análise, síntese, resolução de problemas, persistência e concentração, autoplanificação, auto-avaliação, etc. Desta forma, a avaliação nunca poderá ser encarada como um teste aos conteúdos estudados e sim uma análise do processo de aquisição desses conteúdos (envolvendo tudo o que o aluno foi capaz de mobilizar para os atingir).

Pode acontecer de um aluno estar melhor numa área do que noutra e pode acontecer do aluno ter uma melhor prestação na aprendizagem das matérias e não demonstrar as melhores atitudes ou o melhor comportamento. Neste último caso (apesar de ser muito pontual), existem dispositivos que ajudam o aluno a perceber o que deve melhorar e como deve agir perante os outros. Falo, por exemplo, do professor tutor, da Comissão de Ajuda, dos Direitos e Deveres etc.

**Ficaram ainda algumas dúvidas. Baseando-se nestas avaliações, como ocorre a promoção de um núcleo para outro? Quando o Ministério da**

**Educação força, existem provas – como isso acontece? Que conteúdos serão avaliados? Esta avaliação tem algum peso, influencia em algo?**

Professor:

A transição de núcleo é sugerida pelo professor tutor e analisada por todo o núcleo. Pode encontrar os perfis de transição na nossa página da internet, dentro de "Projecto" e depois dentro de cada núcleo. Depois, é proposta ao aluno e aos pais.

O Ministério obriga todas as Escolas a efectuarem exames aos alunos que se preparam para terminar o Ensino Básico (9º ano). Só promove dois exames (Língua Portuguesa e Matemática) que deverão abarcar todo o Ensino Básico. Os exames são iguais em todo o país e feitos à mesma hora. Esta avaliação entra com uma determinada percentagem (penso que 30%) para a nota final de ciclo. Estes exames inserem-se numa nova "moda", que consiste na ideia que só o que é examinado é bom e que os exames resolvem todos os problemas do sistema educativo.

## **Instrumentos de avaliação**

**Sou professora de Matemática e fico muito preocupada com os meus alunos, pois existem alguns, que aparentemente demonstram ter aprendido o que foi ensinado e no momento dos testes e provas nada conseguem fazer. Algumas vezes peço que eles redijam sobre o que aprenderam e o que deixaram de aprender, destacando principalmente o porquê de não terem aprendido, procuro ser clara e objetiva nas minhas explicações, mas estou ficando desestimulada. Ao terminar as avaliações escritas, faço correção na lousa, destacando o que eles poderiam ter feito e alguns me dizem: poxa pró, eu me esqueci ou me atrapalhei.**

**Trabalho com alunos da 7ª e 8ª do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio, porém as dificuldades são as mesmas. Sou especialista em Avaliação, tenho muitos livros a respeito, porém o sistema não me deixa trabalhar como penso, pois gostaria de deixar as notas de lado e**

**acompanhar meus alunos durante o processo da aprendizagem. De contra partida ainda temos as famílias que vêem aprendizagem como sendo "nota", infelizmente é difícil se trabalhar com avaliação contínua, processual e formativa.**

**Gostaria que vocês me fornecessem mais informações de como este processo tem sucesso na Escola da Ponte, pois pretendo ousar e enfrentar diretores, para fazer o meu trabalho de forma coerente e sem culpa.**

Professora:

A clareza e a objetividade do discurso do professor não são condição exclusiva para que a aprendizagem dos alunos se concretize. A imposição do estudo de determinado conteúdo por parte do professor aliena o aluno de todo o processo. A aprendizagem surge como desinteressada e pouco significativa para ele, pois é o professor que decide o que se vai estudar, quando se vai estudar, como se vai estudar. O comando da aprendizagem por parte do professor é novamente assumido no momento da avaliação (é o professor que decide o que se vai avaliar, quando se vai avaliar, como se vai avaliar).

Antes de pensarmos em alterar os instrumentos de avaliação, será importante proceder à descentralização do poder do professor e convocar o aluno para a gestão das suas aprendizagens. Na Escola da Ponte, são os alunos que escolhem o que querem aprender em determinado momento. Essa escolha é feita a partir de listagens de objetivos, com a orientação do professor tutor (no momento de planificação quinzenal) e demais orientadores educativos. Ao longo deste ano, os alunos desenvolveram também projetos que surgiram das suas necessidades, interesses e curiosidades. As respostas encontradas para as questões por eles levantadas concretizaram-se em aprendizagens significativas.

Para além de os alunos escolherem o que querem aprender, estes gerem (com maior ou menor autonomia) o seu trabalho diariamente, em função do que haviam programado no plano da quinzena: prevêm momentos para desenvolver tarefas, mobilizando os instrumentos necessários para a sua concretização (manuais, computadores, materiais de laboratório, leitor de CD...). Porque foi o aluno a traçar as suas próprias metas, este não precisará,

à partida, do orientador educativo para saber se cumpriu, ou não, os objetivos delineados, assim como não precisará esperar que o professor estipule um dia para ser avaliado – é o aluno que solicita a sua avaliação através do «Eu já sei».

Ao pedir aos seus alunos que escrevam sobre o que aprenderam, ou o que não aprenderam, ao pedir-lhes que reflitam sobre as razões que conduziram ao erro/insucesso, está a pedir-lhes que se autoavaliem e que, se necessário, reorientem todo o processo de aprendizagem. Na Escola da Ponte, estes momentos são pontuais (no final do dia, no final da quinzena, em momentos de partilha...), podendo ser reflexões individuais ou conjuntas, orais ou escritas.

Relativamente ao fato de, muitas vezes, os testes que aplica não refletirem as aprendizagens que os alunos haviam já evidenciado, devolvo-lhe duas questões: Por que duvidar das aprendizagens e não do instrumento de avaliação? O que faz com que um aluno se “atrapalhe” num teste?

**No meu ponto de vista, além do currículo, a avaliação é o grande "nó" nas nossas escolas. Em minha opinião, a auto-avaliação é um dos processos mais ricos como "instrumento" de avaliação, pois se percebe que o aluno tem consciência das suas facilidades e limitações. Ele consegue obter critérios, e ser honesto nesse processo e, quanto mais cedo for instigado a autoavaliar-se, mais facilmente tornar-se-á corresponsável pelo seu desempenho, pelo seu crescimento. O que acham?**

**Quanto à avaliação transparente, concordo no sentido de que ela deve ser clara em relação aos seus critérios, mas acredito que essa transparência é entre aluno e professor e não como um instrumento de "punição" ao mau desempenho, ou "prêmio" ao desempenho esperado... Acho muito difícil o professor trabalhar com a questão da avaliação, acaba-se tornando uma forma de pressão e não um instrumento de crescimento individualizado (percebo isso claramente na escola particular de meus filhos). Ao mesmo tempo, me angustio, quando estou acompanhando o crescimento de uma criança e ela vem me mostrar seu "boletim", onde TODAS as disciplinas aparecem como NA ("Não Atingiu"). Me pergunto: Será que isso é possível? Um professor acreditar que, em um bimestre, uma criança de oito anos nada aprendeu?**



**Pergunto-lhes: o que fazer diante dessa situação? E a auto-estima dessa criança? E esse professor? Como sensibilizá-lo? Hoje, se fala muito em inclusão na educação, mas nem mesmo esses alunos conseguem encontrar um espaço na sala de aula. O que fazer? Desculpa a minha angústia e meu desabafo, mas fico vendo estas questões sendo tratadas de forma tão "tranquila" na Escola da Ponte, que me questiono: por que não conseguimos? Será que os alunos vão conseguir arrebentar as amarras sociais que certamente encontrarão e lhes exigirão condutas mais normativas? Como mudar um conceito tão arraigado socialmente? Como conseguir com que a sociedade compreenda a importância de mudar certos valores, num mundo altamente competitivo e solitário, onde valores como a solidariedade e a honestidade?**

Professor:

Tentando dar resposta às suas indagações/indignações, relativamente à primeira questão, concordo totalmente. Se nós pensarmos na nossa vida de "adultos", poderemos verificar facilmente que nos auto-avaliamos centenas de vezes. Por outro lado, sempre que somos avaliados por outros, temos a sensação de que algo não correu muito bem, que o processo não foi totalmente transparente, que demos prioridade a outros aspectos.

Em qualquer aspecto da nossa vida, em que tentamos melhorar, a auto-avaliação é a nossa companhia. No entanto, será que todos nós estamos habituados e conscientes do que deve ser uma boa auto-avaliação? Parece-me que não. Em toda a minha vida escolar, a auto-avaliação foi utilizada muito poucas vezes e sempre na lógica de discutir a classificação do final do ano. Nada a dizer em relação ao processo, aos pontos intermédios, em relação ao acompanhamento por parte dos professores ou dos pares...

Será que isso é possível? Um professor poderá acreditar que, em um bimestre, uma criança de oito anos não aprendeu NADA? Eu acredito que é possível que um aluno tenha "NA"... mas acredito que também é preciso pensar o que esteve o professor a fazer durante todo o bimestre.

Quando eu trabalhava em outras escolas, quando tinha a sensação que um ou mais alunos não tinham obtido uma classificação positiva, pensava no que eu tinha feito de mal (e pelo menos não muito bem) e não naquilo que o aluno era

incapaz. Se um aluno não atinge o objetivo traçado, várias coisas podem ter acontecido: o objetivo não era adequado (por não ser ele a escolher); não fizemos tudo o que poderíamos fazer para o ajudar (temos que nos auto-regular e conversar em equipa para o fazer); a avaliação não terá sido a mais adequada (o aluno tem que assumir o seu papel na avaliação).

**Quem de vocês poderá, por favor, emitir opinião sobre pareceres que me tiram o sono, pois minhas dúvidas são infundas?**

**Penso que a aquisição de conhecimento envolve a personalidade como um todo. Sendo assim, aquisição de conhecimentos não é um "produto" de uma parte ou uma "faceta": O que presenciamos na escola contemporânea do Brasil é que a tendência das avaliações é a de ressaltar aspectos quantitativos em que se colhem dados objetivos dos "detalhes", que, no cômputo geral, transforma-se numa contagem estatística, que indicaria a maturidade normal ou anormal, sem fazer indicações de sua possível origem. Onde fica, e como os miúdos diante a essa situação?**

**Como em todo acontecimento novo, a situação "avaliação" pode aparecer pela busca constante de aprovação, (Não é? Acertei?), ou pela tentativa de controle, (Posso fazer do meu jeito? Posso dar mais resposta? Pode ser? Talvez?).**

**Como em toda situação diagnóstica, posso pensar que surgem, durante essa situação, aspectos afetivos do sujeito, como: ansiedade pela dificuldade diante às situações novas, nervosismo, emoções e conflitos revelados por um exagero na timidez, hiperatividade com falta de concentração de atenção?**

Professora:

A aplicação de provas e os juízos avaliativos que a partir delas se emitem conduzem inevitavelmente à hierarquização e rotulagem dos alunos. Procura-se, através das provas, confirmar sucessos e insucessos já suspeitos, de modo a criar legitimidade para recompensar ou punir. Assim perspectivada nas escolas tradicionais, a avaliação é o fim da aprendizagem, a razão que justifica o ter de estudar. Os alunos estudam porque vai sair na prova e não pela

simples vontade de saber mais. Tal acontece, porque o valor de toda a aprendizagem é transferido para estes momentos: são as notas das provas que vão decidir se este aluno passa de ano ou não, se vai ficar sem ver televisão durante um mês ou não, se vai receber um computador novo ou não...

Aparentemente, as provas de avaliação apresentam-se como um instrumento infalível no controle das aprendizagens dos alunos. Confrontado com um resultado negativo, o aluno sabe que precisa de mudar algo para corrigir os seus erros e consolidar as suas aprendizagens. Porém, para além dessa consciência, que inferências faz este aluno em termos de reformulação de estratégias? Quantas oportunidades lhe serão dadas para aprender com os seus próprios erros (de imediato, inicia-se o estudo de novos conteúdos, seguindo-se a realização de novos testes)?

Para além de todos estes aspectos, ao longo do processo de aprendizagem, é valorizado, sobretudo o desenvolvimento de competências do domínio cognitivo, em detrimento do desenvolvimento de competências dos domínios afetivo e motor, pois só as primeiras serão objeto de avaliação. Promove-se a ansiedade, o nervosismo, a revolta, a desistência e esquece-se a confiança, a amizade, a solidariedade, a cooperação...

Relembro uns versos, que os alunos sentiram vontade de cantar na passada sexta-feira, em Assembléia (último momento em que estavam juntos, antes de ficarem de férias): Estudar não é só ler nos livros que há nas escolas. É também aprender a ser livre...

Numa escola tradicional, os alunos assumem um papel secundário na gestão da sua própria aprendizagem/sobrevivência escolar, são reprodutores de saberes e não reguladores do seu crescimento afetivo e cognitivo.

Professor:

Antes de mais queria agradecer a forma carinhosa como se refere a todos nós. Também nós, em Portugal e tradicionalmente, vemos os alunos serem avaliados por "números" que, segundo alguns professores, espelham o seu desempenho ao longo do ano. Felizmente, a realidade da nossa escola é bem diferente, na medida em que todos os momentos são de avaliação e formação, uma vez que pretendemos o desenvolvimento integral dos alunos, como membros ativos de uma sociedade cada vez mais exigente.

Nesta linha de pensamento e, uma vez que no ensino tradicional se vê os testes como principais veículos de avaliação, é perfeitamente natural que os alunos sintam esses momentos como cruciais e, desta forma, sentem uma elevada pressão, o que geralmente se traduz num sub-rendimento dos alunos. Como consequência vemos os alunos a colocarem os valores e atitudes em segundo plano, preparando-se exclusivamente para o momento avaliativo crucial (os testes). É com mágoa que vejo alunos com atitudes exemplares, com espírito de sacrifício e trabalho verem os seus sonhos desmoronarem-se por terem falhado num "exame" (sendo o motivo irrelevante para os professores) e que, indubitavelmente, vai interferir na sua vida.

Na minha óptica é urgente alterar-se as formas de avaliação tradicionais, porque tal como Ludke afirmou "além de saber e de saber fazer, para ser um bom professor é preciso saber ser" e esta máxima aplica-se a todos os atores do processo educativo, pelo que é perfeitamente possível avaliar um aluno sem o sujeitar a momentos e processos limitativos e, por vezes, traumatizantes.

**Quando um aluno se dispõe a fazer um teste sobre um tema que acha que domina, como é o processo de "correção"? Há discussão? A avaliação feita pode ser questionada? Apenas um professor é responsável por isso?**

Professor:

Para nós, a palavra teste não é mais adequada. Em Portugal, tem a conotação de algo igual para todos e ao mesmo tempo...

Quando os alunos são avaliados (e isso pode ser por uma conversa, ou por um trabalho prático, por exemplo), o resultado da própria avaliação é discutido com ele. Por vezes, o próprio instrumento de avaliação é decidido em conjunto.

Quase sempre, os alunos compreendem logo o que precisam esclarecer melhor e procuram livros, ou outros materiais, para melhorar a sua compreensão. Mas tudo deve ser discutido, até todos ficarmos esclarecidos.

Qualquer professor pode ser envolvido na avaliação.

**Será que não é comum confundirmos a avaliação com instrumentos de avaliação? Por outro lado, porque tendemos a separar aprendizagem de avaliação?**

Professor:

De fato é lugar comum confundir-se avaliação com os seus instrumentos. Na Ponte, assumimos a avaliação como processo regulador das aprendizagens, para uma orientação construtiva do percurso escolar dos alunos, o que lhes permite uma tomada de consciência pela positiva do que cada aluno já sabe e é capaz (cf. Projeto Educativo III - Sobre a relevância do conhecimento e das aprendizagens). Esta regulação é contínua, está bem presente nos distintos momentos e articula-se com os instrumentos de que temos falado: debates, partilhas, fichas de trabalho,... Mas o enfoque é dado às atitudes. Elas são centrais e fundacionais das aprendizagens. O conhecer tem que andar sempre a par do saber ser.

Por outro lado, porque tendemos a separar aprendizagem de avaliação? Essa poderá ser, em minha opinião, uma posição de autodefesa. Se um professor faz uma clara distinção entre o que é aprendizagem do que é avaliação, é porque está mais preocupado em autoavaliar-se (ao avaliarmos alunos) do que avaliar o percurso educativo dos alunos. Passo a explicar: ao avaliar um aluno pelo que ensinou nas aulas o professor quer aferir qual foi a quantidade de informação transmitida com sucesso (a reação dos alunos é sempre bem natural: vamos decorar os apontamentos e chegamos aos testes e despejamos tudo e já está!).

Na Ponte, as aprendizagens e a avaliação devem inscrever-se no itinerário educativo simultaneamente e em planos paralelos. A idéia de que tudo se constitui como objeto de avaliação e todo o momento é de avaliação é central nesta distinção.

**Este tema tem sido bastante discutido em nossa escola e já de muito tempo temos buscado avaliar nossos alunos de forma variada: construções de textos, apresentações de seminários, participações em projetos (no caso da minha disciplina que é ciências, alguns de nossos projetos são: criação de frango, montagem de uma estação meteorológica**

**e coletas de dados de tempo - quantidade de chuva e temperatura- o ano todo, construção de um herbário, produção de sabão ecológico, dentre outros, todavia, por pressões sociais, ainda não foi possível descartar totalmente a prova.**

**Então, eu pergunto a todos os professores: fazer a prova, não como o único meio avaliativo, mas diluída, como mais um mecanismo dentro de vários outros, poderia ser realizado?**

Professor:

A avaliação deve abranger um conjunto amplo de parâmetros e itens que permitam traçar o perfil do aluno. A realização de uma prova fará sentido, se o aluno se propuser à realização da mesma e esta englobar questões por ele trabalhadas. Uma prova igual para todos não é sinônimo de "igualdade", na medida em que cada aluno tem as suas especificidades e deve encarar o momento avaliativo como algo cotidiano e que se pretende o mais natural e profícuo.

Num contexto tradicional, em que a realização de provas constitui o principal (e por vezes único) modo de avaliação, é perfeitamente natural um estado de ansiedade e perturbação nos alunos. No entanto, uma vez que estamos a caminhar numa perspectiva de trabalho por competências, tal implica a mobilização dos conhecimentos, o que não é visível somente com a realização de uma simples prova onde apenas a capacidade de memorização de conteúdos é avaliada.

Não nos podem passar despercebidas as sensibilidades de cada aluno. Alguns que preferem a oralidade à escrita, demonstram os seus conhecimentos quando falam em grande grupo, assumem atitudes e comportamentos demonstrativos dos seus valores e competências desenvolvidas, participam em campanhas e projetos que implicam a mobilização do "ser" e do "saber".

**Provas: para que vos quero?**

**Em uma palestra a que assisti, o professor José Pacheco contou-nos um episódio sobre sua tentativa de ensinar os alunos a fazer provas, quando a Ponte não abrangia ainda o nono ano. Subjacente a essa atividade estava a preocupação com o que os alunos encontrariam na escola tradicional ao saírem da Ponte. Numa entrevista, o professor Paulo Topa afirma que a Ponte só aplica provas "nos casos em que o Ministério força". Pergunta: ainda há, hoje em dia, algum tipo de atividade como esta ("ensinar a fazer prova"), visando-se a preparar os alunos para a vida fora da Ponte? Ou acredita-se que o trabalho realizado capacita-os para qualquer tipo de avaliação/ situação?**

Professor:

Acreditamos que o trabalho que realizamos capacita os alunos para enfrentarem todas as situações com que se possam deparar na vida, o que não invalida o fato de considerarmos ser importante para os alunos contatarem com um "modelo" da prova, essencialmente para diminuir os níveis de ansiedade.

Desta forma, os orientadores educativos das valências sujeitas à dita "prova", quando consideram pertinente, apresentam o "modelo" aos alunos, esclarecendo as formalidades que terão de cumprir para a resolução da mesma, permitindo assim clarificar uma realidade que os alunos desconhecem.

Professor:

Os nossos alunos apenas realizam provas (teste escrito tradicional) quando somos obrigados pelo Ministério da Educação. Quando tal acontece, temos a preocupação de os preparar minimamente para aquilo que eles não estão habituados. Por exemplo: a existência de um tempo específico, igual para todos, para a realização dos exercícios; o fato de ser "proibido" pedir ajuda aos colegas e pesquisar nos livros; não recorrer ao professor em último recurso etc. Trata-se de preparar os nossos alunos para a "formatação inerente à realização de provas escritas" e não no que diz respeito aos conteúdos curriculares. Esses, os nossos alunos já dominam.

Contrariamente ao que seria de esperar, os resultados acabam por ser muito positivos e os alunos não sentem grandes dificuldades na realização das provas. Para, além disso, conversando com os alunos que agora estão no 10º e no 11º ano (antigos alunos da Ponte), estes confessam que os testes são encarados com muita tranquilidade, ou pelo menos, com a tranquilidade comum a todos os outros alunos.

**Pelo que entendi, vocês fazem as "provas" exigidas pelo Ministério. O que se faz com esse resultado? Há alguma utilização desse instrumento para o aluno na escola, ou ele faz porque tem que fazer e se manda o resultado para o Ministério, e isso nada tem a ver com a escola?**

Professor:

É evidente que as provas não "caem em saco roto"... As provas escritas são um instrumento de avaliação como outro qualquer! A questão é, que no nosso ponto de vista, não devem ser vistas como o único e absoluto dispositivo de avaliação. Para, além disso, não me parece muito correto avaliar todos os alunos da mesma forma, no mesmo tempo e aos mesmos conteúdos... Até porque não é desta forma que os alunos aprendem (os alunos não aprendem todos a mesma coisa... ao mesmo tempo). Não seria muito correto avaliá-los unicamente com testes escritos.

Os nossos alunos também fazem avaliações escritas, no dia-a-dia, que não se restringem às formatações dos testes, tal como os conhecemos. Sabemos que há muitas e variadas formas de avaliar...

Professor:

Temos que considerar que a Ponte é obrigada a fazer dois tipos de provas: as provas de aferição e os exames.

As provas de aferição tinham, inicialmente (agora a idéia parece ser a de transformá-las em exames), o propósito de contribuir para a reflexão de cada escola em torno das aprendizagens dos seus alunos. Uma boa idéia, que foi mal concretizada. Não seria necessário que cada escola o fizesse através das provas de aferição. Muito mal vai a vida das escolas, se realizam esta reflexão uma vez ao ano e unicamente a Português e Matemática.



Estas provas são realizadas antes do final do ano e, pelo menos na Ponte, são utilizadas como algo que fornece alguns dados aos professores e aos alunos para a monitorização do percurso educativo de cada aluno.

Os exames (no final do 9º ano) são realizados já depois do trabalho escolar terminar. Após serem divulgados os resultados dos exames, analisámo-los com os alunos, para que os alunos se apercebam de pontos fortes e fracos (aliás, já o fazemos muito antes).

**No ensino tradicional o aluno geralmente é avaliado em momentos pontuais e, caso ele não tenha aprendido algum conceito, isso se reflete apenas na sua nota, não havendo outro momento para que ele possa "re-aprender". Na Escola da Ponte, quando o tutor percebe que o aluno não aprendeu ou não explorou o todo conteúdo, há este tempo para complementar os estudos? Como vocês conduzem isto?**

Professor:

É freqüente verificar que um aluno ainda não consolidou uma determinada aprendizagem, tendo rever e "re-aprender" o que necessita... Vamos imaginar que um aluno numa escola tradicional é excelente em todas as disciplinas, exceto a uma... Consegue "tirar" excelentes notas a todas elas, menos a uma. Ele vai "passando" de ano, desenvolvendo o grau de complexidade das disciplinas, exceto... numa. Agora, imaginemos isto para duas ou três disciplinas. Parece uma bola de neve!

**Estou lendo, lendo, lendo... agora tudo faz tanto sentido, que parece natural o processo de avaliação da forma como é feito na Ponte. Gostaria só de uma correção na rota. Um gol é bola na rede. Mas, se não chegar à rede, apenas cruzar a linha das traves, também vale. Se houver impedimento, pode ter até balançado a rede que não vai valer... Ao aluno da Ponte é explicada a regra do gol? Ao entrar na escola, é avisado das regras, ou ele vai percebendo estas regras com o jogo, e isso também faz parte do aprendizado e crescimento dele? Qual a ansiedade do aluno com relação à ausência de provas? Já faz muito tempo que não aplico provas**

**e avalio apenas por projeto, tendo avaliações ao longo do processo e diárias. Já tive alunos que falaram: "era mais fácil fazer prova"!**

Professor:

A entrada dos alunos na Ponte é algo que "se vai fazendo". Ou seja, não estamos à espera que, em 15 dias, os alunos já saibam tudo. Os que entram pequeninos vão seguindo um processo informal de adaptação à escola, muito orientado pelos professores. Os que são transferidos são muito ajudados pelos seus colegas que, de modo informal e direto, os vão ajudando a perceber onde estão.

A ansiedade em relação às provas é algo de muito estranho na Ponte. A Ponte está sempre com a espada em cima da cabeça. Ou seja, todos a avaliam e todos têm o direito de dizer mal dela, porque "não dá notas aos seus alunos". Esta idéia é transmitida aos alunos de muitas formas... Mas os pais, ao fim de algum tempo, começam a duvidar do que tinham como certezas. Dar nota não é algo rigoroso, é inútil e até prejudicial...

Professor:

Certamente, alguém irá responder às tuas perguntas, explicando o modo como os alunos propõem, aprovam e fazem cumprir regras e como não se angustiam perante provas. Eu estou longe da Ponte (apenas geograficamente...) e não quero ser redundante, repetindo aquilo que os professores da Ponte irão escrever. Somente quero deixar um breve depoimento.

À medida que vou lendo as mensagens, confirmo aquilo que, até agora, era somente "fé pedagógica". Os novos professores da Ponte, apesar de tanto trabalho que lhes é requerido na escola, conseguem encontrar tempo para responder às vossas perguntas, já conseguem dispensar-me dessa tarefa, dar-me sossego...

É uma nova equipa, que gere diferenças individuais, professores que buscam reinventar a Ponte, reinventando-se. São professores jovens, que sofrem os efeitos dos conflitos que qualquer projeto de mudança desencadeia, mas que sabem, cada qual a seu modo, assumir autonomia... com os outros. Para além dos assuntos tratados e do teor das respostas que os professores da

Ponte já deram, creio que fica claro para todos algo que poderá constituir-se no aprendizado maior que este curso pode proporcionar:

Primeiro: que "uma árvore não cresce à sombra de outra árvore" e que, portanto, a Ponte, como qualquer outro projeto, assume formas diferentes, ao longo do tempo, formas que são denominador-comuns das predisposições de cada professor. A Ponte de hoje é diferente da de há 30 anos. E aqueles que, hoje, cumprem o projeto hão-de passar à aposentadoria. Hão-de (como eu) desesperar-se com os caminhos que os professores que os irão substituir irão tomar. Mas hão-de aceitar as suas escolhas, concluindo que qualquer projeto tem um rosto coletivo e está sempre se instituindo, sem negar princípios essenciais.

Segundo: que tudo o que a Ponte vai "inventando" já foi inventado antes e surpreende pela simplicidade. Qualquer professor poderá fazer algo semelhante e bem melhor que a Ponte. Para fazê-lo, bastará que descubra o seu modo de fazer, redescobrimo-se enquanto pessoa e como profissional.

Terceiro: que este diálogo recomeça e faz sentido na vossa e na nossa prática. E que a solidariedade de que a Ponte se alimenta (e de que este diálogo é prova) é da mesma natureza da solidariedade que deverá persistir entre todos os professores e escolas que não desistem de se reinventar.

**Acredito que parar para fazer uma prova não seja o caminho adequado, pois tudo está em constante avaliação, não só o saber académico, mas todos os procedimentos e atitudes. Tive um aluno com grau severo de dislexia, mas com uma oralidade brilhante. Porém, na hora de registrar, era praticamente impossível recorrer a esse dom, porque, no Brasil, a legislação obriga a formalização do saber. Em outras palavras: tem que ter papel! A maneira encontrada foi avaliá-lo com testes (múltipla escolha), sistema em que se saía bem! Na Ponte, em caso semelhante, esse sistema seria utilizado?**

Professor:

Irei partilhar o que vivemos na Ponte. Uma vez que os alunos estão diariamente a construir o seu currículo, segundo as suas afinidades, não faria sentido o momento de avaliação "mais formal" ser díspar desta realidade.

Neste sentido, o momento de avaliação, poderia ser, certamente, uma partilha oral, que o aluno realizasse, individualmente ou para todo o "espaço" de trabalho.

Apesar de estarmos sujeitos a vários constrangimentos pelo "poder central", no que concerne às nossas práticas diárias, nomeadamente à avaliação nos parâmetros que referiu, esta pode realizar-se de acordo com as características individuais de cada aluno.

Professora:

A legislação em vigor para alunos sinalizados, como seria o caso que indica, prevê que o trabalho desenvolvido com os alunos, bem como as avaliações a que são sujeitos, sejam adaptadas às suas características. Na Ponte, este princípio é válido para todos os alunos. Para todos! O respeito pela sua individualidade terá, também aqui de ser efetivo.

Antes de mais, será importante referir que a avaliação terá de ser entendida como um todo. A generalidade do processo levado a cabo pelo aluno na aprendizagem de determinado conteúdo, e o desenvolvimento de competências inerentes, que se refletirá em mudanças de atitude e concepção da realidade que o rodeia, não são passíveis de serem avaliados apenas numa prova escrita. Quando o aluno se sente preparado para avaliar algum assunto sobre o qual se debruçou, é ele próprio que solicita essa avaliação. A forma como ele deverá revelar esses conhecimentos é negociada entre o aluno e o Orientador Educativo, procurando, tanto quanto possível, promover a comunicação e a partilha.

## **A avaliação determina nossas práticas educativas**

**Compreendo que para modificar os processos de avaliação, com alguma coerência, é preciso alterar as metodologias de ensino. E isso é um desafio para professores de ensino médio, que têm seiscentos alunos e mal sabem o nome deles. É preciso, como diz Morin, trabalhar nas brechas do sistema e não bater de frente com ele. Minha pergunta é: Qual**

**é o diferencial entre os alunos da Ponte e os alunos de outras escolas, quando concluem seus estudos? Imagino que seja bem diferente.**

**Os alunos da Ponte sabem o que fazer e como fazer, para atingir seus objetivos num sistema classificatório e eliminatório? Penso que o objetivo de vocês não está atrelado aos concursos da vida, mas essa é uma realidade que se impõe. Isso chega a ser um problema?**

Professor:

É necessário compreender que, como em todas as escolas, os alunos da Ponte são diferentes entre si. A grande maioria sai desta escola muito mais preparado em termos de autonomia de trabalho (escolar ou não).

Os alunos que saem da Ponte não têm muito a idéia do "eliminatório". Eles não valorizam muito a competitividade entre eles (tirando no desporto, mas mesmo assim dentro de limites saudáveis). No entanto, creio que serão perfeitamente capazes de se adaptarem às situações que surgirem.

O Ministério da Educação estabeleceu que, no final do ensino básico, todos os alunos teriam de fazer exame a Língua Portuguesa e a Matemática. Na preparação para esse exame (estar atento ao tempo, escrever com caneta e outros pormenores...), os alunos depararam-se com algumas perguntas de escolha múltipla. Nos casos em que eles não sabiam a resposta, não queriam responder. Pensavam que não deveriam responder por que estariam a tentar enganar o corretor...

É lógico que isto nos deixa muito contentes. Por outro lado, seria necessário subverter todo o trabalho que fizemos ao longo do tempo...

**Estou acompanhando as perguntas e respostas, sempre analisando, tentando trazer para a minha prática. Fico encantada com os relatos dos professores da Ponte, pois nos mostra que é possível fazer diferente. No entanto, penso muito na rede pública de ensino daqui, do nosso Brasilão. Até porque trabalhei e por muito tempo com estes professores. Como todos sabem, os problemas desta rede são gigantes, só para citar alguns: excesso de alunos nas salas, professores mal remunerados, que dão aulas em duas e três escolas diferentes, indisciplina e solidão. Neste contexto, os professores são quase obrigados a "rezar na mesma**

cartilha". Aulas cópias ultra-expositivas ,baseadas no quadro-negro e giz, avaliações que não avaliam e o medo da reprovação pelos pares e até pelo governo, o que leva a... aprovação. Claro que nos cursos nos quais trabalhamos com estes professores, procuramos motivá-los e mostrar outras formas de agir e ter esperança, mas confesso que ela mesmo me falta quando ouço os relatos dos professores. Sendo assim e diante do que estamos estudando no momento, volto à fala. Li este voiso comentário: "Na grande maioria das escolas, os professores dão aulas expositivas, para todos os alunos ao mesmo tempo; o aluno não é autônomo na escolha do seu trabalho e, dentro de cada assunto, do caminho que segue. Então, qual é o sentido de ser auto-avaliação e avaliação individualizada. O trabalho é todo decidido pelo professor, então a avaliação também o deve ser."

Entendo aonde querem chegar, uma vez que só se pode cobrar aquilo que é oferecido, mas este depoimento me preocupa, pois fico pensando: então não há nada a fazer? No caso, a rede pública (a paulista, que eu conheço mais) está fadada a continuar a mal-avaliar do mesmo modo, uma vez que está a ensinar de forma ruim também?

Fico com a impressão – me perdoem, se eu estiver errada – de que as coisas só podem dar certo se tudo der certo ao mesmo tempo. Temos uma realidade dura, que não se muda da noite para o dia. Não temos professores como a Ponte, que agem de forma coesa e disciplinada. Temos professores com péssima formação inicial, sem auto-estima e solitários. Não temos uma estrutura, como parece ter a Ponte, que sustente ações diferenciadas. O que fazer? Continuarmos na mesma?

Professor:

Compreendo o argumento, mas não concordo. Se olharmos para o que a Ponte é hoje, poderemos ficar um pouco assustados e pensar que é impossível fazer algumas das coisas que nós fazemos. No entanto, penso que tal não é verdade. É preciso pensar que a Ponte tem mais de trinta anos de projeto e que "Roma e Pavia não se fizeram num dia". Existem algumas coisas que os professores podem alterar dentro das "suas salas" com alguma facilidade. Algumas dessas coisas são da sua exclusiva responsabilidade. É impossível

perguntar à turma por onde começar a trabalhar durante o ano? Podem existir algumas "matérias" que precedem outras, mas nem sempre é assim. É impossível propor algum tipo de trabalho colaborativo entre os alunos? E que o mesmo seja avaliado no final por cada grupo e intergrupos? Será impossível pedir aos alunos que tragam livros, fotografias e outro material para ser analisado na escola? E avaliar a qualidade desse mesmo trabalho e a possibilidade de se encontrar outro? É impossível colocar num teste questões completamente abertas, como: O que gostarias de aprofundar dentro deste tema? Se fosses professor, o que terias alterado nestas aulas?

Eu compreendo as dificuldades por os colegas brasileiros passam. Da única vez que fui ao Brasil (a Fortaleza), tive a oportunidade de visitar algumas escolas e penso que só seria professor no Brasil se não tivesse outra hipótese (apesar de gostar muito de o ser). Mas "todas as grandes caminhadas começam com um pequeno passo". E primeiro e pequeno passo passa, muitas vezes, por coisas de natureza absolutamente pessoais e de postura perante o outro, que é o aluno.

**Acerca desses aspectos da relação entre formação e trabalho, vimos observando uma forte tendência na busca de um profissional que permaneça em formação após sua entrada no mercado de trabalho (que também mudou muito). Isto reporta exatamente a esse profissional que você aponta como autônomo, capaz de pensar e atuar cooperativamente. Então, o que vejo é que para, além disso, temos que trabalhar nas escolas, como vocês fazem aí, novas formas de avaliação que possam contemplar este tipo de profissional coletivo, digamos assim. Concordam?**

Professor:

Exatamente. A minha idéia é essa. É lógico que, para lá da lógica do mercado de trabalho, existe uma lógica de cultura pessoal e social muito importante em torno dessa questão. Deverá até ser a pedra de toque, mas é interessante verificar que mesmo essa pode ser interessante para o mercado de trabalho...

## **Como se dá a recepção dos alunos em situação de risco por parte dos colegas?**

Educadora brasileira:

O trabalho com os grupos heterogêneos permite uma configuração interessante, as crianças são agrupadas de maneira a conviver com outras crianças que possuam capacidades e vivências diferentes. Por isso, é possível perceber em alguns grupos a preocupação com o outro e o respeito à diferença. A integração é fundamentada no apoio grupal, sendo sempre ressaltado que todos têm os mesmos direitos. Mas é claro que nem sempre isso ocorre de maneira ideal, muitas vezes é necessária uma intervenção do professor tutor, principalmente em casos de agressividade e violência.

**Bom já que estamos falando sobre avaliação, sobre como avaliar de maneira processual, contínua e de forma a realmente fazer da avaliação um instrumento para verificar o processo de ensino-aprendizagem, gostaria de saber se o portfólio é utilizado como recurso nas avaliações da Escola da Ponte. Em caso positivo, gostaria de saber se ele é totalmente construído pelo aluno, ou se este recebe algumas orientações / dicas dos professores. E, caso não seja utilizado, o porquê, já que é considerado como uma maneira de avaliar continuamente, processualmente o aluno, tornando-se uma avaliação transparente onde aluno e professor verificam o caminho percorrido e o que precisam melhorar.**

Professora

Pôr em prática uma avaliação processual implica a criação de métodos e instrumentos de trabalho alternativos aos métodos tradicionais. Encaro o portfólio como um instrumento facilitador da reconstrução do processo de aprendizagem por parte dos alunos. Porém, este apenas se revelará como um instrumento de auto-avaliação eficaz se os alunos reconhecerem a sua importância. Curiosamente, conheço alguns casos (não estou a generalizar) em que a sua finalidade é deturpada e o seu valor perdido: os alunos encaram o portfólio como mais um trabalho a entregar ao professor



(este acaba por ter mais significado para o professor do que para os alunos); compilam uma série de atividades realizadas de forma aleatória, sem refletirem sobre a sua significância em termos de aprendizagem; adiam a sua elaboração e acabam por construí-lo de forma pouco consciente.

Na Escola da Ponte, o portfólio já foi utilizado, mas, neste momento, não é utilizado. Temos vindo a procurar saber mais sobre este instrumento de avaliação, de forma a ponderar uma eventual proposta no sentido de o voltar a utilizar.

Os alunos arquivam todos os trabalhos que realizam durante cada uma das quinzenas num dossiê, que podem consultar diariamente. O dossiê do aluno é algo muito pessoal, é a compilação de TODO o seu percurso escolar, o que o diferencia do portfólio (neste, o aluno apenas seleciona as aprendizagens que para ele foram mais significativas). São os alunos que organizam e atualizam os seus dossiês, em encontros de tutoria.

Alguns alunos têm demonstrado alguma tendência para considerar o dossiê de trabalho como um “arquivo morto” e a ele não recorrem com regularidade. Penso que alguns aspectos têm que ser questionados, para que se possa gerar debate e mais conhecimento sobre o assunto.

**Os alunos recebem algum conceito, ou nota, ao atingirem determinado objetivo? Se um aluno não colocar o nome no quadro "Eu já sei", será avaliado? Caso não, como fazer, se um aluno nunca coloca seu nome no quadro? Vocês detectam isso? Como?**

Professor:

Os alunos na nossa escola orientam as suas aprendizagens e atitudes no sentido de se tornarem cidadãos ativos, críticos e participativos na sociedade e não com o objetivo de atingirem um determinado nível classificativo. As aprendizagens que realizam (a todos os níveis) são verificadas pelos orientadores educativos, que as assinam no "Plano da Quinzena" e que vão, quinzenalmente para os Encarregados de Educação, com uma auto-avaliação do aluno e uma reflexão do professor-tutor. É neste trajeto de autocrítica, autoconhecimento e rentabilização das potencialidades de cada um que tentamos pautar o nosso trabalho.

Um aluno está constantemente sujeito a avaliação (atitudes, competências...), no entanto, apenas quando coloca no "Eu Já Sei" é que o orientador educativo o avalia. O professor-tutor, semanalmente, reúne com o aluno e analisa o ritmo das aprendizagens. Quando sente que o aluno está a ter uma atitude displicente para com a realização das tarefas, alerta-o para esse fato. Por outro lado, os orientadores das diversas valências fazem o registro diário das tarefas dos alunos, o que lhes permite também monitorizar o tempo que o aluno demora em cumprir determinada tarefa e, dessa forma, percepção se está a haver algum problema no cumprimento da mesma.

Professor:

Quando os alunos fazem avaliação em determinado assunto, não lhe é atribuída qualquer nota (classificação), podendo, no entanto, ser-lhe feita uma observação, se verificamos que não consolidou as suas aprendizagens. Relativamente à segunda questão, para um aluno fazer a avaliação, tem que usar o dispositivo "Eu Já Sei". O aluno planifica o seu trabalho para quinze dias, registrando no seu Plano da Quinzena. Desse modo, é fácil ao orientador e ao tutor detectar se o aluno está, ou não, a cumprir com o que planificou.

**Na Escola da Ponte, cada professor, em sua especialidade, acompanha dezenas e mesmo mais de uma centena de alunos. Como se consegue avaliar um número tão elevado de alunos?"**

Professora:

Para nós é um privilégio estar na Ponte e poder fazer a diferença na educação. Começaria por lhe dizer que o grande desafio do modelo de avaliação da Ponte está na constante monitorização e acompanhamento de todas as tarefas que os alunos realizam, do tipo de intervenção e participação que têm na escola e da sua evolução na aquisição de saberes de cariz curricular e de valores pessoais.

Diariamente, os orientadores das diversas Dimensões, organizados de acordo com as linhas orientadoras do Projecto Educativo, fazem a regulação das aprendizagens e tentam orientar e ajudar os alunos da melhor forma e de acordo com o que curricularmente está estabelecido.

Para melhor regular o processo de aprendizagem dos alunos, foi necessário, ao longo dos anos criar uma série de dispositivos de observação que, juntamente com os dispositivos já existentes (“eu já sei”, “preciso de ajuda” “auto-avaliação dos alunos”, “professor tutor”, entre outros), permitem aos orientadores construir uma \*base de dados\* mais rigorosa e vasta. Estes dispositivos de registo e de observação tem vindo a ser melhorados e adaptados, sendo construídos em cada Dimensão (a partir de orientações gerais comuns).

Na realidade, dado o nosso modelo organizacional, os orientadores estão distribuídos pelos três Núcleos e não avaliam todos os alunos da escola, mas os do seu Núcleo. Contudo, os princípios orientadores do modelo de avaliação são discutidos em Dimensão e Núcleo, sendo comuns a toda a escola, na medida em que devem estar de acordo com o quadro de referência do nosso Projecto Educativo.

Um dos factores mais positivos e que marcam a diferença neste Projecto, é o facto de trabalharmos em parceria (dentro das nossa valência) e de, até nesses momentos de avaliação, podermos partilhar e discutir ideias antes de tomar decisões.

**Acredito que o professor da ponte necessite de uma planilha contendo todas as etapas do aluno, para poder avaliar a criança...**

Professora:

De fato, para poder avaliar um aluno, tivemos necessidade de criar dispositivos de regulação e de observação onde registramos as evidências de aquisição ou não das aprendizagens dos alunos. Assim, temos uma visão mais descritiva de todo o percurso que o aluno vai fazendo durante o seu processo de aprendizagem. Tais dispositivos, que designamos como \*registros\*, são um suporte, mas não espelham tudo quanto o aluno pode evidenciar acreditando nós que eles podem ir sempre mais além.

A nossa própria organização e metodologia de trabalho permitem-nos ter uma noção muito próxima dos percursos de aprendizagem e facilitam o conhecimento que temos dos alunos e da sua atitude perante a escola.

Os orientadores de cada Dimensão e de cada valência têm vindo a aperfeiçoar o seu trabalho neste domínio, decorrente de uma reflexão em torno deste tópico (avaliação) e do fato de, anualmente, os alunos desenvolverem projetos que necessitam de dispositivos específicos de planificação e de avaliação das várias etapas.

Apesar de o modelo de avaliação da Ponte ser muito específico, dadas as características do trabalho desenvolvido nesta escola, este, tal como outro aspecto do nosso trabalho pedagógico, é sempre encarado por nós como "inacabado", ou melhor, passível de ser sempre melhorado, adaptado ou reformulado, numa lógica de constante resposta às necessidades do dia-a-dia. O grande desafio da Ponte permanece: perante as exigências da tutela ou os constrangimentos administrativos, como acabar com as classificações?

**Avaliação e auto-avaliação são processos incorporados pelos próprios alunos, que, a partir de um tempo individualizado de cada um, é percebido pelo professor e é demonstrado pelo aluno, seu nível de aprendizado. Esse seria o ideal. Porém, quando falamos das escolas tradicionais no Brasil, a realidade é outra. Somos cobrados por um calendário arbitrário para avaliações de determinados conteúdos, em tempo determinado, fazendo com que os conteúdos sejam oferecidos para os alunos como algo chato, sem finalidade e aterrorizador, de tão corrido que os alunos receptam os conteúdos, provocando, assim desmotivação dos alunos. Afastando-os da possibilidade de apreensão de conhecimentos de forma simples e proveitosa.**

**Quando os alunos se sentem entusiasmados por poderem dizer "eu já sei", o que leva o professor a crer que realmente ele já sabe e que é hora de partir para outros conhecimentos? É percebido durante, ou ao término do processo de aprendizagem de determinados conteúdos?**

Professora:

A avaliação é um processo contínuo, que não se restringe ao "Eu já sei", ainda que a utilização deste dispositivo seja um momento importante. Todo o processo de cumprimento das tarefas planificadas, as partilhas, a participação nos debates, os momentos de auto-avaliação diários são alguns dos exemplos

que fazem parte da avaliação contínua. Aliás, toda a vivência do aluno na escola influencia o seu crescimento e é sujeita a avaliação. No caso concreto da utilização do “Eu já sei”, esta desencadeia um outro momento que é o da negociação entre o orientador educativo e o aluno do tipo de avaliação a que este será sujeito. Este momento serve para confirmar o “Eu já sei” de uma forma mais concreta e pormenorizada. Também poderá haver casos em que se verifica que o aluno deverá aprofundar mais este ou aquele aspecto.

**Nas escolas onde atuo, o processo de avaliação dos estudantes é muito macaqueado. Sem ter o rigor teórico-prático que estou percebendo que vocês têm na Ponte, nossas atividades de avaliação exigem muito de nós. Gostaria que algum de vocês comentasse sobre o seguinte: É grande o número de professores portugueses que não conseguem se adaptar ao projeto da Ponte por causa do compromisso docente exigido pelo processo de avaliação.**

**Outra coisa: O processo de avaliação contínua adotado por vocês exige que os professores trabalhem mais do que colegas das escolas convencionais?**

Professora:

Este é o meu quinto ano na escola. Pelas partilhas dos meus colegas com mais anos de Ponte e pela minha própria experiência, tenho conhecimento de que já houve alguns colegas que integraram este projeto e saíram por variadíssimos motivos, alguns deles pelo desgaste.

Pensar no aluno como ser único, refletir e questionar as nossas práticas pedagógicas, orientar os alunos para que se descubram, para que descubram o mundo, para que sejam cidadãos ativos e conscientes, para que sejam felizes exige muito de nós, educadores. Exige que rompamos, muitas vezes, com a formação adestrada a que fomos sujeitos, com o comodismo, com o isolamento e o individualismo da sala de aula...

É verdade que este projeto exige uma grande entrega diária; às vezes não é fácil, mas compensa. Dá-se, mas também se recebe muito. Tem sido assim comigo. Tudo vale à pena quando acreditamos nos princípios, nos valores que norteiam o nosso dia-a-dia e vemos os sorrisos das nossas crianças.

**Segundo Cipriano Luckesi, há três pontos a sinalizar a respeito da nossa herança examinatória e de nossas resistências à mudança das prática examinatórias para as prática avaliativas:**

**1. Herança Psicológica - Fomos examinados à exaustão! Mais que isso, fomos ameaçados à exaustão com provas: "Já estudou para as provas?"; "Cuidado, as provas são pra valer!"; "Prestem atenção e tomem notas, o conteúdo de hoje é conteúdo de prova!"; "Cuidado, vocês estão brincando muito; o dia da prova vem aí; vocês vão ver!" Por isso, replicamos esse modo de ter controle dos alunos em sala de aula; a velha prova vem à frente como recurso de controle disciplinar.**

**2. Herança da Própria História da Educação - Estamos usando os exames na escola, ainda hoje, conforme prescrições do século XVI e início do XVII.**

**Naquele tempo era momento da emergência e sedimentação da sociedade moderna. A pedagogia jesuítica e comeniana expressavam, respectivamente, as versões católica e protestante desse modelo de pedagogia. Em 1599, os jesuítas publicaram a Ratio Studiorum, e, em 1632, John Amós Comênio publicou a Carta Magna. E essas são as leis que hoje regem a nossa escolha pelos instrumentos de “medida de aprendizagem”.**

**3. Herança Histórico-Social - herança da sociedade burguesa. Os exames por serem seletivos, reproduzem o modelo burguês de sociedade que é seletivo.**

**Pensando nisso, é só lembrar os vestibulares, do final de ano letivo. Daí, então, ser difícil mudar nossos hábitos de examinar para realmente avaliar. Nossas heranças são poderosas e consistentes.**

**Estive hoje, participando do XI Congresso Sul - Brasileiro da Qualidade na Educação, aqui em Joinville - SC e a palestra de abertura intitulada “Inovações Pedagógicas: desafios na perspectiva da construção do conhecimento”, proferida por Maria Isabel da Cunha, aponta para a necessidade de “repensar desde logo o nosso modelo educativo e as metodologias de ensino inerentes. A mudança da sistemática de examinar mudará para avaliar, neste novo contexto educacional.”**

**Escutando as “vozes da educação” instigando as reflexões dos educadores a buscar reorganizar espaços e tempos escolares, vejo que a utopia não está longe de se concretizar. Chegou a hora dos educadores brasileiros também começarem a pensar (e agir) na perspectiva de uma escola que faz escola (como no caso da Ponte) e ensinar os alunos (e professores) a serem pessoas mais felizes.**

**Que outros instrumentos, além da auto-avaliação, você utiliza para avaliar os processos de avanço de seus alunos?**

Professor:

Basicamente os mesmos que todas as outras áreas.

A avaliação ao nível da matemática depende muito do que os alunos estão a trabalhar. Pode ser a explicitação oral de um determinado raciocínio, o modo como o aluno manipula um determinado material, a forma como ajuda um colega, como resolve um determinado problema, como mede a área do campo de futebol, como consegue ver a relação de um determinado aspecto da matemática com uma outra realidade (modelação), pode ser a resolução de uma ficha de trabalho...

**A avaliação processual, que leva em conta os momentos cotidianos significativos de cada criança como indicadores de aprendizagem, me parece demandar um trabalho mais intenso e contínuo do que corrigir um pacote de provas, e daí a minha dúvida: Como são registradas as aprendizagens demonstradas pelos educandos ao longo dos dias, meses, anos? Há algum instrumento de registro deste acompanhamento individual? Como e por quem seria preenchido e com que periodicidade?**

Professor:

Naturalmente que uma avaliação processual exige um acompanhamento mais próximo e atento de todo o desenvolvimento do aluno, e logicamente, ter-se-á de desenvolver estratégias de registro de todos esses momentos avaliativos. No que concerne a saberes cognitivos, estes são registrados no dispositivo "Eu já sei", no qual os alunos indicam as temáticas que desenvolveram e apreenderam, sendo posteriormente esse registro efetuado no processo

individual do aluno. Ao nível das competências, dentro de cada valência, houve a produção de dispositivos que permitem o seu registro. A nível atitudinal, também temos um dispositivo criado tendo por base as competências essenciais do projeto Fazer a Ponte. Temos o plano da quinzena e do dia, que são dispositivos reguladores das atividades desenvolvidas pelos alunos, tendo a atenção de que o plano do dia deve ter por base o que o aluno planifica para realizar ao longo da quinzena. Todos estes dispositivos encontram-se no processo individual do aluno, que o acompanha ao longo de todo o trajeto na escola, de modo a podermos ter uma perspectiva global do seu trajeto.

Penso que é perceptível que temos dispositivos que são preenchidos pelos alunos, outros pelos professores e com diferentes periodicidades, sempre que haja necessidade de atualizar esses dispositivos.

### **“Eu já sei”: acerto de contas, ou metacognição?**

**Quando um aluno não sabe um determinado conteúdo e outro se oferece para ensinar; há algum controle para saber se o que aquele que não sabia aprendeu e se o que está ensinando conseguiu passar a informação corretamente?**

Professor:

Na Escola da Ponte existe um dispositivo denominado "Posso Ajudar Em", no qual os alunos que dominam alguma temática colocam o seu nome e o assunto. Este dispositivo permite a um aluno que tenha alguma dificuldade poder solicitar ajuda junto do colega que já domina esse assunto. Posteriormente, o aluno que precisou de ajuda irá ser avaliado e o orientador educativo saberá se a ajuda funcionou verdadeiramente.

Um aluno só se inscreve no "Posso Ajudar Em" após um orientador educativo ter reconhecido que ele verdadeiramente domina a temática, e que tem potencialidades para ajudar o colega.

Professor:



Existe, também, o trabalho de grupo e a ajuda em pequenas coisas (mesmo pequenas), que ocorrem todos os dias, a quase todas as horas. Executar um determinado exercício, numa circunstância quotidiana, ou responder a uma questão, é mais simples do que explicar a forma como se resolve o exercício ou explicar o porquê da resposta. Assim, quando alguém explica algo a alguém, está a aprender (solidariamente).

**O que acontece quando um aluno escreve no "eu já sei", mas o tutor discorda dele e acredita que ele ainda não está domina tal assunto? O que acontece se o aluno não demonstra motivação pelo plano quinzenal e quer iniciar uma nova pesquisa? Como ele é avaliado?**

**São os tutores que escrevem o relatório anual? Para todos os alunos? Além desse relatório, que outras formas de *feedback* os alunos recebem: recados, conversas? Faço esta pergunta por que acho que mesmo um aluno autônomo gosta de ver reconhecido por seu mestre o seu trabalho.**

Professor:

Quando o aluno escreve no "Eu Já Sei" algo que pensa saber, mas não domina, um professor conversa com o aluno. Pode ser o tutor a assumir esse papel, mas não é muito freqüente tal acontecer.

Não faz muito sentido o aluno não demonstrar motivação pelo Plano da Quinzena, uma vez que é o mesmo aluno que o constrói. Acontece de o aluno chegar a um ponto em que já não está muito motivado para uma determinada aprendizagem (que ele próprio escolheu) e quer "desistir" da mesma. Nestes casos, será prudente (mais uma vez) negociar com ele, no sentido de assegurar que tal aconteça, ou, pelo menos, que não aconteça com muita freqüência.

Cada Professor Tutor deve elaborar um relatório anual, onde estejam contemplados vários pontos de interesse, não só do trabalho realizado pelo aluno ao longo do ano, mas também o seu relacionamento com professores, colegas, auxiliares, uma pequena abordagem ao contexto familiar, eventuais problemas de saúde, toda a informação que tenha relevância para o seu percurso escolar.

No final de cada quinzena, o tutor dá o seu parecer - existe um espaço para isso no plano da quinzena -, acerca da qualidade do trabalho do seu tutorado. Esse parecer é muito importante, como disseste, para o ego do aluno, mas também para que os encarregados de educação possam ficar com uma idéia muito clara do trabalho dos alunos. Isto, para além da própria auto-avaliação realizada pelos alunos.

No plano da quinzena também existe um espaço para que os encarregados de educação possam entrar em contacto com a escola e, em especial, com o professor tutor.

Seria importante que pudessem ter uma cópia do plano da quinzena com que trabalhamos. Ajudaria a esclarecer muitas das vossas dúvidas.

Professor:

Além do que o Freitas refere, a avaliação (e aqui não só a do "Eu já sei", mas todas as avaliações, ainda que informais) serve também para os alunos encontrarem novos pontos de interesse, novos desafios. E, em alguns casos, para nós pensarmos também em propostas a apresentar.

**É através do plano quinzenal que os alunos indicam "Eu já sei"? E se o plano acaba antes de quinzena? Como se organiza novos desafios?**

Professor:

Planificando as suas tarefas no "Plano da Quinzena", os alunos assumem o compromisso de, naquele espaço de tempo, cumprirem aquilo a que se propõem. Neste sentido, as tarefas que estão indicadas no plano devem ser avaliadas ao longo da quinzena, pelo que deverão ser indicadas no dispositivo "Eu Já Sei", por forma que os orientadores educativos da valência em questão possam verificar as aprendizagens construídas pelo aluno.

Normalmente, quando o aluno termina uma tarefa de determinada valência procura novos interesses nessa área e enuncia-os no "Plano da Quinzena", pelo que as tarefas nunca chegam a acabar, uma vez que o aluno tem constantemente curiosidades e interesses.

Os novos desafios/tarefas surgem do interesse e motivação dos próprios alunos.

**A avaliação também serve para indicar que o aluno pode ser mais "desafiado" para desenvolver seus potenciais e não somente para saber que atingiu os objetivos? Há outras atividades onde o aluno inscreve-se no "Eu já sei"? Quais seriam?**

Professor:

Não sei se percebi muito bem a tua pergunta, mas parece que perguntas se o único objetivo da avaliação acontecerá no final da aprendizagem. Será isso?...

Muitas vezes, a avaliação, por exemplo, de um projeto, obriga a que os alunos façam várias avaliações intermédias (pontos de situação). É fundamental que tal aconteça, para que o aluno encontre o caminho certo (ou não se perca dele...), defina estratégias e objetivos, e se oriente naquilo que ele considera fundamental desenvolver.

Por outro lado, é muito relativo dizer que o aluno esgota a sua aprendizagem num determinado assunto no momento em que se propõe à avaliação formal. Haverá com certeza, muito a explorar, se assim o aluno entender e se tratar de algo que o motive. Terá, quando muito, atingido a "sua" meta. Parece importante que se tente cumprir as tarefas/prazos/planificações estipuladas numa fase inicial, de forma a evitar que se caia num poço sem fundo...

**Imaginei que, de fato, para este acompanhamento permanente que fazem com o objetivo de garantir orientação constante aos alunos, precisariam de dispositivos de observação (aliados a outros dispositivos). Você afirma que tais dispositivos têm permitido a construção de uma "base de dados mais rigorosa e vasta" e que os mesmos vão sendo aprimorados e são "construídos em cada Dimensão (a partir de orientações gerais comuns). Imagino que está falando das "cinco dimensões fundamentais: lingüística, lógico-matemática, naturalista, Identitária e artística", que constam no Projeto Educativo da Ponte.**

**Podemos conhecer alguns dispositivos elaborados por vocês? E algumas das orientações comuns? E, ainda, algo da "base de dados" construída a partir de tais dispositivos?**

**Sei que a elaboração de dispositivos e orientações comuns não é tarefa fácil, pois exige justamente esforço para articular teoria e prática (daí a grande admiração que tenho pelo trabalho de vocês). Conhecer alguns instrumentos produzidos por vocês ajudará uma vez mais aperceber que teoria e prática podem caminhar juntas. Além disso, possibilitará confrontá-los com algumas coisas que temos por aqui.**

**Finalizo, afirmando que não desejo apenas conhecer e copiar a produção de vocês, pois junto com educadores com os quais trabalhei cheguei a pensar instrumentos de auto-avaliação para alunos e professores. Caso tenham interesse, poderia encaminhá-los a vocês.**

**Como fazer esta pratica maravilhosa de o aluno estar consciente de que já pode ser avaliado e ampliarmos o pensamento em rede para solução de problemas?**

Professor:

O que está sujeito a avaliação depois de inscrição no "Eu já sei" é tudo. Ou seja, dentro dos projetos dos alunos existem aspectos que não fazem parte do programa oficial. Por vezes, alguns dos aspectos trabalhados nos projetos só com muito boa vontade podem ser encaixados dentro do programa oficial. Noutros, nem com boa vontade, a escala de medição da intensidade sonora (decibéis), a fusão nuclear ou o tuning não se enquadra em nenhum dos pontos do programa oficial do ensino básico. Nestes casos, acrescentamos cada um desses aspectos ao registro dos alunos. Por outro lado, as competências associadas aos projetos já são, habitualmente, avaliadas no final do ano.

Estes aspectos relacionados com os projetos, que são extremamente diversificados, obrigam (no bom sentido) os alunos a resolverem problemas e a autoavaliar-se em itens que não fazem parte dos manuais, ou dos conhecimentos dos pais e dos professores, que também são obrigados a pesquisar muitas coisas...

***Como é ser uma ilha diante do mundo, que é tão diferente?***

Fico a pensar... Como é ser uma ilha diante do mundo, que é tão diferente? Será que os alunos da Ponte não se sentem um pouco inadequados diante da realidade comum da sociedade, que não é exatamente a deles? Questiono-me se formar indivíduos "fora" do padrão é saudável, pois haverá sem dúvida muito sofrimento. Nós, que somos diferentes da média, da maioria, em geral nos sentimos sem "pertencimento", "sem tribo". Falo isso, porque apóio muito a idéia da Ponte e crio minha filha de cinco anos de forma anticonvencional, mas há um preço para isso, e é alto. Será que vale a pena? Será que o aluno da Ponte, quando for enfrentar o secundário, o vestibular, o "mundo padrão", não se sentirá fora, inadequado? Ao que vejo, a Ponte forma realmente valores, cidadãos, que é o que todos deveriam fazer, mas esse não é o mundo fora da "ilha da ponte". Não causará angústia? Penso que devemos ser felizes na vida e éticos em relação à existência, à natureza e à humanidade, mas será que dá para viver fora do padrão sem grandes dores?

Eu ia matricular minha filha na primeira série, aqui, em Brasília, numa escola mais criativa (pois ela está saindo do ensino infantil), mas o pai, a avó, a madrinha, a tia, "o papagaio e o periquito", me disseram: "Você está louca? O mundo é pragmático, busca resultados, praticidade e você querendo sua filha criativa? Coloque numa escola conteúdista, pois é disso que ela precisará no vestibular".

Em Brasília, quase todas as escolas são tradicionais, baseadas em conteúdos, provas, simulados. Como é difícil nadar contra a correnteza! Enquanto todos dizem "o caminho é por ali" e você está praticamente sozinho, indo por outro caminho.

Outro ponto, que gostaria de comentar é o sistema de notas de zero a dez. Como avaliar? O que vale um, dois, cinco, sete, oito, dez? O que é um aluno zero? O que é um aluno dez? E as notas intermediárias? Acho o sistema de notas um absurdo, mas é o que tem que constar no boletim. Tem jeito de mudar isso, como? O que vocês pensam? Digam-me o que fazer.

Professor:

Os alunos da Ponte adaptam-se a qualquer escola e contexto. Temos ex-alunos com 50 anos de idade e apercebemo-nos dos seus percursos escolares e sociais, feitos de realização pessoal e de cidadania plena.

O que é um aluno zero? O que é um aluno dez? Em Portugal não é dez, mas é cinco. Eis um excerto do modo como explicamos aos pais dos nossos alunos as razões por que mudamos o nosso modo de avaliar. Alguns pais perguntaram-nos "por que não fazíamos como as outras escolas". Não se surpreendam com a linguagem utilizada. Os exemplos utilizados foram reais, colhidos junto de alunos de outras escolas da região. É uma apresentação em Power point, em que faltam imagens...

*A escala de classificação de 1 a 5 não é uma escala de avaliação.*

*Essa escala não nos diz o que o aluno aprendeu e informa muito mal o quanto aprendeu.*

*Na escala de 1 a 5, o 5 não me diz quanto um aluno sabe mais do que aquele que teve um 4, ou o que sabe que o de 4 não sabia.*

*É uma mera ordenação sem qualquer interesse para a avaliação.*

*A nota 1, numa escala de 1 a 5, nada nos diz sobre o que foi aprendido, nem nos diz o que o aluno não aprendeu.*

*Em linguagem simples, eis o que se passa em outras escolas no que se refere à avaliação e classificação dos alunos:*

*Tomemos como exemplo uma das disciplinas que fazem parte do currículo do chamado 2º Ciclo do Ensino Básico (antigo Ciclo Preparatório): a Matemática.*

*O programa da disciplina é repartido por dois anos. Em cada ano, acontece como se o programa fosse dividido em três partes (correspondentes a três períodos letivos).*

*Reparte-se cada uma dessas partes pelo número de aulas previstas para cada período.*

*No final de um determinado número de aulas, é aplicado um teste.*

*Dado que a reprografia impõe limites ao número de fotocópias que cada professor pode requerer, o número de testes fica entre o 2 e o 3.*

*No fim de cada período, faz-se a média dos testes, se junta alguns dados recolhidos em chamadas orais e algumas "impressões", e atribui-se uma nota entre o 1 e o 5.*

*Fez-se tudo, exceto aquilo que a lei exige que as escolas façam, isto é, uma avaliação formativa (contínua e sistemática).*

*Mas é preciso ir mais fundo nesta análise.*

*Imaginemos o caso de um aluno que teve um 3 a Matemática no 1º período.*

*Fez dois testes. No primeiro teste obteve um "Bom menos"; no segundo teste só conseguiu um "Reduzido mais".*

*Poderíamos perguntar o que significa a expressão "Bom menos", ou um "Reduzido mais", mas passemos adiante, para não cairmos em absurdos.*

*O primeiro teste abrangia doze objetivos. Para não tornar o teste demasiado extenso, o professor apenas incluiu no teste itens referentes a dez desses objetivos.*

*Estudando pouco, o aluno tinha aprendido apenas seis desses objetivos.*

*Teve sorte, pois "saíram" no teste aqueles que ele tinha estudado... e ainda "deitou o olho" ao teste do colega do lado, conseguindo acrescentar mais uma resposta certa ao seu desempenho.*

*Moral da "história": Este aluno apenas aprendeu metade do programa previsto, mas "safou-se". Conseguiu sete respostas certas em dez possíveis.*

*O segundo teste abrangia dez objetivos. Para não tornar o teste demasiado extenso, o professor apenas incluiu no teste itens referentes a sete desses objetivos.*

*Continuando a estudar pouco (e só na véspera do teste...), o aluno tinha aprendido cinco dos dez objetivos trabalhados nas aulas que o professor tinha dado (o professor só tinha faltado seis dias nesse período).*

*Desta vez, o aluno teve azar, pois "saíram" no teste apenas dois dos cinco objetivos que ele tinha estudado... e não conseguiu "deitar o olho" ao teste do colega do lado.*

*Moral da "história":*

*O aluno, desta vez, também aprendeu metade do programa previsto, mas "não se safou". Conseguiu apenas duas respostas certas em sete possíveis.*

*Por ser o primeiro período e porque o professor era boa pessoa, lá teve um 3 na pauta.*

*Fazendo as contas, concluímos que este aluno apenas aprendeu, efetivamente, metade do programa previsto para aquele período.*

*O 3 na pauta não dizia o que ele tinha aprendido.*

*Aquele 3 também não dizia o que ele não tinha aprendido.*

*A metade da "matéria" que ele não tinha aprendido era fundamental para que ele conseguisse perceber a "matéria" prevista nas aulas do segundo período.*

*O aluno ficou sem as "bases" necessárias às novas aprendizagens.*

*O professor tinha de "dar o programa" aos alunos que "conseguiam acompanhar".*

*Não sobrava tempo para recuperar os atrasados.*

*No 2º período, os testes deste aluno tiveram ambos a classificação de "fraco".*

*E na pauta apareceu um 2.*

*No terceiro período, repetiu-se a situação. E o aluno acabou por "passar manco a Matemática".*

*Reprovou no final do 6º ano.*

*Repetiu o 6º ano. Mas só à custa de "explicações" passou para o 7º, porque as "lacunas" acumuladas ao longo de dois anos não lhe permitiam "acompanhar as aulas", mesmo como "repetente".*

(espero que este simples exemplo de explicação aos pais contribua para compreenderes o que pensamos sobre a classificação de 1 a 10 (ou de 1 a 5, tanto faz...))

**Na escola onde trabalho, tentamos organizar o ensino em nove anos, mas fomos impedidos, porque o sistema estadual de ensino rejeitou a proposta, alegando que teríamos problemas para realizar as transferências de alunos para as demais redes de ensino que se organizam em oito anos.**

**Foram irreduzíveis apesar de variadas tentativas. Pergunto: na Ponte, quando há alunos transferidos, de que forma é expresso o processo de aprendizagem do aluno? Também gostaria de saber de que maneira o resultado das avaliações é informado aos pais.**

Professor:

A Ponte é um dos locais mais esquizofrênicos do mundo. No nosso contrato de autonomia existe uma norma: "& único - A avaliação somativa dos alunos integrados no Núcleo de Aprofundamento deverá sempre acautelar, nos termos da legislação aplicável, a eventualidade transferência para outras escolas a



meio do respectivo percurso formativo.", que traduzida na prática nos obriga a dar "notas" aos alunos no final do 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano/série. A Ponte bem tentou que tal não fosse necessário. No entanto, o Ministério não abriu mão e temos efetivamente que dar notas. Então, todos os alunos que saem da Ponte levam consigo um relatório descritivo de todas as aprendizagens que realizaram. Por outro lado, sempre que damos as notas às diferentes valências (disciplinas) damos também nota às atitudes e competências que os alunos trabalharam. O resultado da classificação é entregue aos pais (os alunos só têm acesso, se os pais assim o entenderem) e tudo é discutido com eles. Ou seja, além da nota também mostramos o resto do processo e tentamos dar uma idéia clara do percurso de cada educando.

**A questão acerca da qual gostaria de ouvir mais algumas das suas idéias e opiniões está relacionada com a avaliação das aprendizagens na educação e o momento em que os jovens terminam seus estudos e saem para outras instituições de ensino e/ou para o mercado de trabalho. Entre educadoras e educadores em formação nos cursos de Pedagogia, onde trabalho, aqui no Brasil, é comum a gente ouvir frases como: "do que adianta nós trabalharmos de maneira diferente, se o mercado, aí fora, vai cobrar destes jovens saberes ordenados e organizados em determinada seqüência e com tal organização?" Ou seja, querem dizer que, se a nossa escola não os "enquadrar", o sistema social de trabalho o fará. Em outros sentidos, isto é só uma espécie de desculpa para não fazer nada diferente daquilo que sempre se fez em educação. Sei que isto tem a ver com coisas que já foram ditas por vocês e por outros colegas da Ponte. Sei que tem a ver com uma longa discussão a respeito transformação dos nossos sistemas de ensino-aprendizagem e das formas de organização da sociedade. Sei que isso é uma questão cultural que os remete inclusive a avaliar porque estes professores e professoras resistem às mínimas mudanças em suas práticas pedagógicas... Mas, esta é uma luta, uma caminhada que fazemos na contramão desse mundo que aí está, e, por isso mesmo, precisamos nos avizinhar daqueles e daquelas que caminham na mesma direção, não acham?!**

Professor:

Parece-me que a argumentação do mercado de trabalho já não é verdadeira. Hoje em dia, o próprio mercado de trabalho solicita, cada vez mais e de uma forma quase brutal para as pessoas que saem da escola, a capacidade de estudar sozinho, de inventar novas soluções, de trabalhar em equipa etc. O que o mercado de trabalho também pede é uma seleção de pessoas por parte da escola. O que não implica obrigatoriamente que se pretenda alunos "enquadrados" pelo "ensino tradicional". São duas coisas algo diferentes e que se confundem muitas vezes. Em Portugal, muitos recém-licenciados sofrem um choque enorme (muitos voltam a repensar o seu futuro) quando entram no mercado de trabalho. Uma parte desse choque é devido ao fato de a faculdade não conseguir preparar alguém para tudo, outra parte é devido ao fato de nem sequer fornecer as ferramentas que permitem atingir outras competências e saberes.

Já foi o tempo em que se tendia para trabalhar cada um em sua especialidade pequenina, isolado, com o seu conhecimento acabado. Hoje, já quase não existem empregos assim e os que ainda existem são muito mal remunerados, pouco atraentes e tendem a ser substituídos por maquinaria. Gostaria de salientar que analisei do motivo de vista unicamente do mercado de trabalho. Existem aspectos pessoais e sociais também fundamentais em torno dessa questão.

**Sou diretora de uma escola Infantil e Fundamental e uma das coisas que noto nos pais dos nossos alunos é a ansiedade pelas "notas" conquistadas pelos filhos nas provas. E, também, uma preocupação muito grande e cada vez mais cedo com a preparação das crianças para o vestibular (prova para o ingresso nas faculdades e universidades). Imagino que os "pais novatos" da escola da Ponte chegam com pensamentos semelhantes. Como isso é trabalhado? Demora muito para ocorrer a mudança desse pensamento?**

Aluno:

Nós tentamos passar aos nossos pais o que tem de melhor a nossa escola, para que eles não terem esses receios. Explicamos também os métodos de ensino que os nossos professores usam, para eles perceberem melhor e começarem a confiar na comunidade escolar e a acreditar que todos vão fazer um bom trabalho para ajudar os filhos.

Quanto ao tempo que os pais demoram a mudar de idéias, isso depende de cada pai...

### ***“Para que servem, de fato, as avaliações escolares?”***

**Gostaria que um ou alguns de vocês falasse(m) um pouco dessa necessidade que foi “injetada”, literalmente, nas veias dos educadores, de serem eles as referências, de serem eles aqueles que avaliam, que vai dizer, numericamente, inclusive, o quanto se sabe, o quanto se aprendeu. Comentem a possível e real divisão de tarefas entre vários professores, avaliando os mesmos conceitos, conteúdos. Explícitema competência, que, aos poucos, vai se atribuindo aos meninos e meninas de repartirem conhecimentos, avaliarem e se auto avaliarem. Para que servem, de fato, avaliações escolares? Muitos alegam que, na vida real (sic), todas as pessoas passam por avaliações etc. E que, aí, todos têm de...**

Professor:

Creio que quando se refere a avaliações escolares não se está a referir exatamente ao que nós tentamos fazer na Ponte. A avaliação, como é abordada na maioria dos contextos escolares, tem muito pouco interesse para a vida de cada um. Aliás, de certa forma esgota-se em si mesma, É-se avaliado na escola porque, no resto do percurso escolar, seremos avaliados novamente... Na nossa vida diária, estamos, sobretudo, sujeitos à avaliação pelos pares e por nós próprios. É lógico que, em alguns serviços, também existe a avaliação não participada, efetuada pelos "chefes". Contudo, normalmente, associada a esta avaliação, existem critérios (justos, ou não, é uma discussão que teria de ser feita caso a caso), que são conhecidos por todos (incluindo os avaliados). Nesse caso, cada um dos avaliados realiza um

percurso de auto-avaliação, ao longo do tempo. Essencialmente, tentamos desenvolver em todos os elementos da comunidade educativa a capacidade de auto-avaliação. Só assim cada um de nós é capaz de se realizar e de melhorar enquanto pessoal e ser social. Na Ponte, a componente de avaliação quantitativa é absolutamente marginal. É meramente formal, sem implicações no trabalho diário.

Professor:

É bem verdade que, "na vida real, todas as pessoas passam por avaliações". Os alunos da Ponte têm de estar preparados para essa "vida real" e para a vida que eles irão reinventar.

A conquista de autonomia (por educadores e alunos) é lenta, vicariante, sujeita a retrocessos. "A competência que aos poucos vai se atribuindo aos meninos e meninas de repartirem conhecimentos, avaliarem e se autoavaliarem é da mesma natureza das conquistas que os seus professores vão fazendo. É um exercício exigente, permanente. A autonomia, sempre exercida relativamente ao outro (tudo acontece na relação) aprende-se em processos de mudança, quando se muda de interlocutor, ou quando o interlocutor se muda. É na gestão da imprevisibilidade da relação que a aprendizagem se faz. A aprendizagem de uma autonomia que não se confunde com auto-suficiência. Que consiste numa gradual conquista de auto-estima, acompanhada pela certeza da hetero-estima. Em suma, o interagir com o outro é um constante exercício de auto e hetero avaliação.

## **O portfólio de avaliação: uma ponte entre diferentes universos**

**Como são apresentado aos pais, alunos, atores da educação e ao sistema educacional os informes resultantes do processo avaliativo? Como é feita a "ponte" para os que ainda se mantém na "antiga" visão de avaliação?**

Professora:

A comunicação entre o Tutor e o encarregado de educação do aluno é estreita e permanente. Daí que as informações sobre o processo educativo do aluno

não sejam transmitidas somente no final de cada período. Estas são veiculadas de variadas formas: através de contactos pessoais, do plano da quinzena (uma vez que há uma parte dedicada às informações do Tutor), do caderno de recados, etc.

Para, além disso, cada aluno possui no seu processo individual os registros de cada Dimensão Curricular (documento onde constam os conteúdos que os alunos deverão estudar para desenvolver um conjunto de competências específicas e gerais), que vão sendo atualizados, mediante as avaliações feitas pelo aluno.

O registro difere de aluno para aluno, uma vez que cada um fez o seu percurso. Há ainda um outro documento de avaliação do desempenho do aluno no que se refere às competências gerais do projeto educativo “Fazer a Ponte” (tais como: a autonomia, a resolução de problemas, a participação...), preenchido por todos os orientadores educativos do Núcleo no qual o aluno se insere. Acresce ainda a elaboração de um relatório pelo tutor, no qual constam as sínteses descritivas do desempenho do aluno em cada uma das valências (elaboradas pelos orientadores educativos responsáveis), informações mais pormenorizadas sobre o percurso referente às competências gerais do projeto, sobre o relacionamento interpessoal etc. A soma desses documentos pretende veicular uma informação pormenorizada e individualizada da avaliação de cada aluno.

No final de cada ano letivo, temos o constrangimento de transformar isto tudo em classificações (um exercício esquizofrênico!), uma vez que ainda nos é imposta essa prática, para assegurar a transição do aluno para outro sistema de ensino, o dito “tradicional”.

**Outras avaliações... Uma notícia boa: Também no Rio Grande do Sul existem experiências de escolas que trabalham com projetos (aos moldes da Escola da Ponte)!**

**Já que não poderia ir a São Paulo, para visitar a Escola Amorim Lima, procurei refazer um contato com uma antiga experiência que conhecia desde 20 anos atrás, em Porto Alegre. Dei sorte: localizei a escola - Amigos do Verde - e re-encontrei uma amiga, a professora Silvia Carneiro. Guardadas as devidas diferenças, esta é uma escola daqui,**

cuja forma de trabalhar se assemelha ao que tenho aprendido acerca das propostas da Ponte, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia de projetos.

Quanto ao acolhimento aos alunos que foram "jogados fora" por outras escolas... Tive a grata satisfação de partilhar experiências semelhantes quando iniciamos, em 1990, o trabalho de "Atendimento Sócio-Educativo em Meio Aberto" aos meninos e meninas de rua da cidade de Porto Alegre. Confirmando as palavras do Mestre José Pacheco quanto à importância de que estas crianças aprendam, primeiro a perceber-se e aceitar-se como pessoas em meio a outras pessoas (isso não implica uma ordem rígida, pois em nossas ações íamos fazendo outras coisas ao mesmo tempo, como: contato com as famílias, referências de saúde, cuidado com a alimentação e higiene...). E, para isso, penso que é preciso educadores e educadoras com bons níveis de auto-estima, com boa motivação, e grandes capacidades criadoras (autonomia). Muitos dos nossos educadores e educadoras não duravam uma semana... não suportavam a intensidade dos desafios e da própria convivência no trabalho cotidiano com os trinta meninos e meninas de rua que atendíamos... Ficavam desgostosos, desanimados e pediam para ser substituídos...

Como é esta relação na Ponte? Como vocês atuam? Desenvolvem algum trabalho de serviço social no resgate dos vínculos sócio-familiares dessas crianças? É assim que começam o seu trabalho de "conhecer as crianças"?

Espero não estar "chovendo no molhado".

Professor:

Não estás "chovendo no molhado", Felipe. Fico gratificado por saber que a Ponte não está sozinha. Já o sabia. Mas não sabia que, também em Porto Alegre, isso acontecia.

Eu compreendo muito bem os desgostos e desânimos entre os educadores. Eu próprio senti vontade de abandonar o projecto, em tempos de profundo sofrimento e incerteza. Confesso a minha fraqueza. Felizmente, nunca cedi à vontade de desistir.

Trabalhar com crianças e jovens rejeitados é uma dura tarefa. Muitas vezes, escutei desabafos de quem os tentava resgatar: "eles são uns ingratos". A auto-estima desses alunos estava de rastos. As experiências que haviam vivido marcaram-nos de tal modo, que a reciclagem dos afectos se tornava quase uma missão impossível.

Na Ponte, o momento não é fácil. Existe muita fragilidade interna. E o trabalho com as famílias (quando esses alunos a têm) é muito precário. Creio mesmo que ultrapassámos o número crítico no acolhimento de alunos vindos expulsos e maltratados de outras escolas da região. E que já não estaremos conseguindo dar resposta satisfatória a todos. Existe um sentimento de impotência, que desgasta. Espero que possamos sair, em breve, desta situação.

Como vêes, a Ponte não é diferente de outras escolas. Depara com os mesmos problemas de outras escolas. Procura soluções, como vós procurais. E este exercício de solidariedade (a que damos o nome de curso de formação) é exemplo disso.

Compreendo bem que muitos dos vossos educadores "não durassem uma semana e não suportassem a intensidade dos desafios". Creio seres dos resistentes, que não se deixam abater. Uma cuia e um bom mate ajudam...

**Já fui avaliada pelo portfólio na minha graduação e gostaria de saber como vocês lidam com esse instrumento. O portfólio (originalmente usado por trabalhadores para gerar tipo um currículo e por empresas) é uma pasta que contém todas as atividades do aluno, desde o início do ano letivo até o final. Esta pasta serve para que ele vá revendo atividades para melhorá-las e também para que ele, e a quem interessar (no caso os professores), possa ver o desenvolvimento e caminho percorrido durante o ano. Ou seja, é um bom instrumento para auxiliar na auto-avaliação. Vocês fazem uso do portfólio ou de algo parecido?**

Professor:

Os alunos têm na escola um dossiê, no qual arquivam todos os materiais corrigidos e avaliados. Semanal, ou quinzenalmente, o fazem, num processo de auto e hetero análise do percurso que fizeram. Esse processo de

arquivamento de material é feito aquando da reunião da Tutoria e é acompanhado pelo Professor-Tutor.

Concordo plenamente com o que refere quanto às potencialidades desta ferramenta, uma vez que permite um olhar retrospectivo sobre o trabalho efetuado, como também perspectivar futuras aprendizagens, que o aluno queira efetuar.

Professor:

Quanto ao portfólio... De algum modo, se via fazendo na Ponte. Mas houve épocas (por exemplo, na década de 90) em que foi um dispositivo central no nosso modo de avaliar. Acontece que, por vezes, alguns dispositivos são suspensos, ou mesmo abandonados. Quando voltam a fazer sentido, eles regressam. Um projeto está sempre em fase instituinte.

**Não sei se me adianto, mas minha pergunta é quanto aos avanços dos alunos: Existe algum tipo de não progressão? Parece-me que a escola está mais vinculada à idéia de ciclos e, então, a qualquer momento ele poderia avançar. Mas como se realiza esta avaliação?**

**Outra pergunta seria quanto à autonomia dos professores: No Brasil, temos a função do supervisor escolar, que muitas vezes, equivocadamente, se detém nos assuntos mais "burocráticos" da atividade, cobrando da equipe de profissionais apenas as questões mais formais, como cadernos de chamada, apresentação de planos, sem uma observação mais efetiva da metodologia do professor e, sem uma orientação no sentido de apoio pedagógico. Ficamos muitas vezes "engessados" nestas regras. Como funciona por aí?**

Professor:

Na Ponte, todos os progressos são aproveitados e ninguém precisa estar à espera de alguém para continuar o seu trabalho (o que não quer dizer que ninguém utilize o seu tempo para ajudar outro e a si mesmo, no processo). As transições de núcleo são avaliadas tendo em conta o que está na página da escola na internet (na parte de cada núcleo). Contudo, este é um momento de



avaliação, que corresponde a um somatório de outras pequenas avaliações, que se foram realizando (quase todas informais).

Na Ponte, os coordenadores não assumem muito essa função. A sua função é mais de coordenar a Dimensão/Núcleo/Escola, no sentido de criar uma agenda de assuntos a discutir e, se necessário, alertar alguém para algo relacionado diretamente com o trabalho. E todos nós deveremos ver o que podemos melhorar. E, se não conseguirmos ver e os coordenadores também não vêm, os alunos e os pais acabam por ver...

**Como isso é feito o acompanhamento das famílias? Quando um aluno é transferido da escola, como fica a documentação escolar perante as exigências da secretaria de educação? E quando o aluno precisa passar mais tempo em um mesmo nível de ensino (ex: nível de consolidação), uma vez que seus colegas são promovidos para o nível de aprofundamento, como isso é trabalhado?**

Professora:

Relativamente à sua questão sobre o acompanhamento das famílias, ele pretende-se mútuo, isto é, que os orientadores e a escola estejam sempre disponíveis para o encontro e que os pais participem ativamente.

No contacto direto, o professor tutor é quem de imediato recebe os pais para conversar sobre o percurso escolar do seu educando. Porém, desde sempre a escola se apresentou como um espaço aberto à participação ou solicitação dos pais em qualquer circunstância. Esta relação de proximidade tem vindo a ser cultivada ao longo dos anos, através de encontros recorrentes em diversos contextos. Nomeadamente, as reuniões de pais mensais, as atividades conjuntas de celebração de dias especiais, as atividades e brincadeiras entre grupos de pais, os encontros de reflexão e discussão parental (Paisagem), entre outras.

Esta convivialidade e comunicação promovidas, necessariamente, por se tratar de uma escola "aberta" a todos os intervenientes educativos, faz com que o tradicional encontro do pai com o orientador educativo não se traduza numa desagradável lista de queixas ou lamentos sobre o aluno, e se estabeleça uma relação de parceria, como deve ser efetivamente.

Os pais são os melhores parceiros da escola, melhor dizendo, a escola é parceira dos pais. Aproveito para prestar a minha homenagem aos elementos da Associação de Pais que sempre intervieram neste projeto de forma ativa e cooperante.

Em situação de transferência de um aluno para outra escola, deverá acompanhá-lo um processo administrativo onde constam todos os seus dados pessoais e escolares, bem como a avaliação dos seus conhecimentos e competências e uma possível classificação. Digo "possível", na medida em que a avaliação quantitativa nunca traduzirá com justiça aquilo que a criança se propôs fazer, os meios que utilizou para atingir os seus objetivos individuais e coletivos e as competências que foi desenvolvendo, a seu ritmo e juntamente com os seus pares. A este nível, ainda não conseguimos ser totalmente autônomos e continuamos insistindo na reflexão e discussão desta questão, até que um dia os nossos governantes se apercebam da incoerência de tal avaliação.

Quanto à sua terceira questão, como percebeu, os núcleos assumem-se como uma instância de organização pedagógica e correspondem a unidades coerentes de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e social. Daí que, a transição de uma criança para um outro núcleo dependa necessariamente da evidência, ou não, de determinadas competências que se perspectivam como expectáveis para determinado Núcleo. Esta organização foi a forma encontrada neste Projeto para "situar" cada criança num determinado estágio de desenvolvimento cognitivo e atitudinal. Assim, a transição dos alunos é primeiramente pensada e discutida no seio do núcleo a que o aluno pertence e, posteriormente, ponderada em equipa. Todas as transições têm em conta o perfil de aluno e são cuidadosamente comunicadas pelo tutor do aluno aos encarregados de educação.

Os perfis intermédios foram construídos há dois anos. Anteriormente, existia um único, que visava o perfil "ideal" do aluno inserido neste projeto. Esta estratégia facilitou a avaliação das competências ao nível de cada núcleo, mas deve ser sempre encarada com sensatez e cautela, pois há que ponderar os itens na sua globalidade e considerar outros fatores pedagógicos de ordem organizacional que determinam a transição dos alunos.

A par destas decisões pedagógicas há, por vezes, a necessidade de se reter determinados alunos administrativamente, como forma de salvaguardar eventuais transferências para outras escolas.

**Percebo que temos o mesmo problema em relação a avaliação. É angustiante... Pergunto aos meus colegas da Ponte se também sofrem com isto. Tenho uma tese: a de que a avaliação só é angustiante para os educadores, porque nos estruturamos num modelo patriarcal... eu sei e avalio o que não sabes!... Mas... e o que sabes vai para onde?**

Professora:

O inegável carácter subjetivo da avaliação, aliado ao fato de que as práticas de alguns docentes não são condizentes com os princípios que estes defendem pode estar na origem desse sentimento de angústia de que falava.

Penso serem importantes as questões referidas, que se prendem ao significado do que é aprendido. A prova, por exemplo, é muitas vezes “o motivo” para aprender: “Vou estudar, porque vou ter prova”. Assim se perde, muitas vezes, o significado, a motivação, o interesse pelos assuntos abordados. É também criado um contexto para o desenvolvimento de uma postura que pode ser de facilitismo ou, contrariamente, de competição.

O aluno deve sentir-se implicado na sua aprendizagem e nele deve residir o porquê de estudar determinado tema. A contextualização do saber é crucial, mas um exercício difícil, se dependente de um currículo nacional infundável e rígido, cuja operacionalização surge controlada por provas. E a esfera atitudinal? Que espaço lhe é reservado?

**Como se sentem os alunos, ao "terem" que ser avaliados quantitativamente, ao final do ano, por imposição do Ministério da Educação, uma vez que a avaliação contínua e qualitativa e a auto-avaliação é o que realmente vivenciam na Ponte? Como vêm esse "ter que"? Tem importância para eles?**

Professora:

Em minha opinião, os alunos nem chegam a tomar verdadeiramente consciência deste momento de avaliação quantitativa. Isto é, como ele ocorre somente no terceiro período, a informação é anexada ao processo individual do aluno e comunicada aos encarregados de educação no último encontro do ano. Mas a sua questão fez-me pensar e passo a explicar-lhe aquela que é minha sensibilidade em relação a isso:

Ao longo de um ano letivo, os alunos vão passando por momentos de avaliação, efetuada através de vários instrumentos e de diversas formas. E em nenhuma situação ocorre a apreciação quantitativa. Até solicitar a avaliação no dispositivo "eu já sei", o aluno foi construindo o seu conhecimento, ele não lhe foi imposto ou pré-determinado, assim, e a título de exemplo, a correção de uma ficha de avaliação apresenta-se para o orientador como mais um elemento de informação e para o aluno como uma estratégia de consolidação dos seus conhecimentos. No próprio ato de correção, as questões mal resolvidas são discutidas com o aluno no momento e é negociada uma nova tentativa de revisão (quando não é o próprio aluno a tomar consciência disso).

Por este motivo, o aluno, que é agente ativo do seu conhecimento, dificilmente perguntará ao professor: "passei o objetivo?". Também porque os professores tornam visíveis e disponíveis para os alunos os critérios de avaliação, os tipos de instrumentos que utilizarão para avaliar e os materiais de trabalho de que dispõem para concretizar a avaliação.

Num modelo de "teste" tradicional, o orientador desconhece os meios que cada aluno mobilizou para pesquisar, as estratégias que adotou de superação dos problemas e dúvidas e os materiais que utilizou para consolidar o seu conhecimento. E, sem saber se o aluno está já preparado para avaliação, submete-o à mesma.

O que dirá um 50% de uma prova ao aluno sobre aquilo que ele aprendeu? E sobre o que lhe faltou aprender? Compreenderá o aluno (e o professor) quais foram as dificuldades e quais as alterações processuais que deverá mobilizar para obter o sucesso? Não se tratará este exercício de mera mecanização de procedimentos e memorização de curto prazo?

Em todo este processo, a competitividade ou disputa de notas não têm lugar, daí que seja por vezes mais importante para um aluno saber quantos objetivos

foram registrados e quantos faltam concretizar, do que qual a classificação atribuída ao seu trabalho.

Um dos principais papéis do tutor é o de promover a reflexão sobre trabalho realizado e a qualidade com que tem vindo a ser desenvolvido, e também comunicar como pais, num discurso realizado numa perspectiva construtiva. Esse papel é continuado e muito regular, na medida em que o encontro de tutoria se realiza semanalmente e a proximidade com os todos os alunos é diária. Em qualquer momento do dia, o aluno poderá ser abordado para refletir sobre a qualidade do seu trabalho e o que precisa melhorar.

**Na Escola da Ponte, é usada alguma escala numérica de classificação na avaliação? Quando se procede à avaliação combinada com o aluno, avalia-se por conteúdos, por objetivos ou por competências? Como é realizada a avaliação de alunos disléxicos?**

**Há alguma avaliação do desempenho dos professores?**

Professora:

É indispensável haver uma articulação entre avaliação e diferenciação do ensino, individualização dos percursos e respeito pelo ritmo de aprendizagem de cada aluno. Mais do que avaliar produtos de aprendizagem, interessa-nos levar os alunos a avaliar processos, a diagnosticar dificuldades, a encontrar caminhos e a superar erros e obstáculos.

Qualquer atividade de avaliação deve valorizar a qualidade do processo e os seus resultados, deve constituir uma forma de explicitar aprendizagens, permitindo uma efetiva integração dos saberes. E deve ainda ser encarada pelos orientadores e alunos como um instrumento de melhoria da ação pedagógica, um mecanismo regulador das aprendizagens na medida em que permite a ambos os intervenientes tomar consciência do que foi aprendido, das dificuldades, da inadequação ou necessidade de alteração das estratégias. Pretende-se, acima de tudo que a avaliação seja um processo de valorização, aperfeiçoamento, autoconhecimento, promotor de autonomia e crescimento pessoal.

Tendo por base o que disse, a "estratégia" encontrada na Ponte visa enquadrar o mais possível esses momentos de avaliação num documento que

consideramos poder espelhar ou demonstrar mais descritivamente o percurso realizado por cada aluno e as competências mais desenvolvidas. Este documento (de competências gerais) prevê que competências tais como a da responsabilidade, autonomia, criatividade, gestão de conflitos, resolução de problemas, comunicação, entre outras, sejam por nós avaliadas segundo um perfil de aluno inserido no Projeto Fazer a Ponte, em paralelo com a avaliação das diversas áreas do saber ou dimensões (avaliação de conteúdos ou objetivos emanados pelo currículo nacional). Quando digo em paralelo, significa que têm igual valor ou peso na avaliação final. Em suma, avaliamos as competências desenvolvidas pelos alunos, avaliamos os processos de aquisição de saberes e (por constrangimentos aos quais não podemos fugir) classificamos os conteúdos adquiridos.

E falemos da avaliação "combinada" com os alunos... Ao longo do seu percurso, e com a ajuda de orientadores e dos seus colegas, os alunos constroem um conhecimento de si próprios e adquirem responsabilidade e autonomia que lhes permite solicitar a avaliação dos seus conhecimentos mais específicos através do dispositivo "Eu já sei", pretende-se que os instrumentos de avaliação sejam adequados a cada um, respeitando o percurso que veio a desenvolver até então. Para, além disso, a avaliação é negociada com cada criança quanto à sua forma ou propósito. Devo realçar que nesta fase do processo de aprendizagem o exercício de auto-avaliação se torna indispensável como exercício de reflexão do que aprendeu das dificuldades sentidas, e de redefinição de estratégias, conduzindo-o a uma melhor gestão do seu tempo e das suas tarefas. A criança sabe que está a avaliar conteúdos ou objetivos por ela definidos no plano da quinzena. Por outro lado, o orientador sabe que está a avaliar o processo de aquisição do conteúdo e as competências desenvolvidas para adquiri-lo.

A questão que levanta sobre a dislexia é tida em conta na avaliação processual, como em quaisquer outros casos de alunos com especificidades na aprendizagem. De acordo com o que o aluno conseguiu atingir, dentro do que era expectável e face a todos os sinais de progresso, a sua avaliação deve traduzir o seu percurso.

Todos os anos, os orientadores devem fazer uma auto-avaliação do seu desempenho, que será avaliada. Com base no perfil do orientador da Escola da

Ponte (patente no projeto educativo), cada um deve fazer um exercício de auto-análise e reflexão, que se torna indispensável num trabalho que se quer colaborativo e de equipa. É uma área delicada. Recentemente, esta questão começou a ser discutida no âmbito do Conselho de Projeto, suscitando dúvidas e questionamentos no seio da equipa, relativamente à forma como deveria ser conduzida e materializada.

## **O “incontornável” sistema (educativo)**

**Quando um aluno sai da Ponte, o que vai no seu histórico escolar? Há uma transformação desses relatórios em conceitos, notas? Como isso se dá? Quem faz esse trabalho?**

Professora:

A atribuição de notas, uma classificação, pouco informa sobre as competências e o empenho de um aluno. Ainda assim, é uma algo incontornável, principalmente quando há uma saída de um aluno para outra entidade. Temos a obrigatoriedade de nos aproximarmos da linguagem vigente no sistema de ensino, mesmo não concordando com ela.

Importa acrescentar dois aspectos. A grade das classificações de cada uma das dimensões contempla também a classificação final atribuída às atitudes gerais desenvolvidas pelo aluno. E, no final de cada ano letivo, é elaborado um relatório com uma avaliação descritiva do percurso do aluno em cada uma das dimensões, bem como do seu desenvolvimento atitudinal, competências gerais e contexto sócio-familiar.

Professor:

Além do que a Cristiana referiu, segue também com o aluno uns mapas muito exaustivos de tudo o que foi trabalhado pelo aluno. Existe um relacionado com cada dimensão, que permitirá que os futuros professores compreendam o percurso que o seu novo aluno ainda terá de trilhar.

## **Então na Escola da Ponte não existem notas/classificações quantitativas?**

Professor:

Infelizmente, existem. No final de cada ano letivo, atribuímos classificações aos alunos que terminam o ano terminal. Simultaneamente – e isto só acontece na Ponte – os alunos são avaliados e classificados em aspectos relacionados com competências/atitude de trabalho.

Inventaram-se muitos mitos em torno da Escola da Ponte. Algumas pessoas só conseguem ver virtudes na Ponte. Outras só vêem defeitos. Um dos que está mais espalhado é o boato de que os alunos da Ponte não aprendem nada e que não são capazes de fazer “testes” ou “exames”.

Em Portugal, nos últimos anos, tem aparecido a moda dos exames. Garantem igualdade entre todos; são imparciais; mostram rigor... É claro que a Ponte não concorda com nada disso. A avaliação tem objectivos importantes que um exame muito pouco mostra. No entanto, a Ponte, desde que temos o 9º ano e fazemos exames, os alunos da Ponte têm obtido excelentes resultados nos exames, se compararmos com os das restantes escolas de Vila das Aves e da região, conforme site do Jornal Público à data da publicação.

**Depois da avaliação feita pelo Ministério, o O Contrato de Autonomia foi uma espécie de "permissão" assinada pelo Ministério para que a Ponte e outras escolas públicas possam se organizar de um jeito próprio, sem, no entanto, deixarem de atentar-se ao cumprimento do currículo?**

Professor:

Um Contrato de Autonomia é como o próprio nome indica, um contrato que se estabelece com o Ministério da Educação onde ficam consagrados os pontos/assuntos/dimensões/objectivos que ambas as partes definem como fulcrais ao exercício da autonomia da escola...

No entanto, os Ministérios da Educação gostam de avaliar, mas (como é óbvio) não têm muito interesse em abdicar do controlo do sistema educativo, a menos não seja possível outra solução! Foi o caso da Ponte...



Assim, depois de realizada uma avaliação externa à Escola da Ponte e provada que ficou a sua capacidade de agir responsavelmente num quadro de autonomia, foi consagrado o primeiro Contrato de Autonomia em Portugal.

E o que significou esse contrato? Com esta assinatura, o Ministério validou um modelo organizacional de escola pública não convencional, isto é, reconheceu a possibilidade de a Escola da Ponte se organizar «fora» dos moldes tradicionais!

Mas isto não significou total autonomia curricular! O currículo é um instrumento de controlo estatal poderoso, que nenhum Ministério tem muita vontade de abdicar... O currículo garante a uniformidade e normalidade dos sistemas educativos pelo que fica «mais fácil» a sua gestão.

Professor:

A ideia original seria o Ministério passar para as escolas uma grande parte das competência que detém (a nível financeiro, gestão de pessoal e de organização). Paralelamente, as escolas teriam de prestar "contas" mais rigorosas ao Ministério (a nível de resultados escolares e de tudo o mais). Infelizmente, o que começou como uma boa ideia (em 1998) demorou muito tempo a ser aplicado. E, quando se começou a aplicar, o Ministério resolveu generalizar. O Ministério está a "forçar" as coisas, para que todas as escolas tenham Contrato de Autonomia dentro de três anos.

O Contrato de Autonomia da Ponte foi uma esperança. Essa esperança tem-se desvanecido aos poucos. Muitas das coisas que a Ponte pretende fazer não estão ao abrigo da lei geral. Assim, mesmo havendo Contrato de Autonomia, não o podemos fazer. É complicado e contraditório. Aliás, neste momento, o Ministério da Educação está a implementar um novo sistema de avaliação de professores e quer forçar a Ponte a aplicá-lo directamente. O Contrato de Autonomia diz em que moldes a avaliação dos professores da Ponte deve ser feita, mas esbarra com a lei geral.

Em relação ao próprio currículo, existe a ideia de abandonarmos os programas do Ministério da Educação. Há alguns anos atrás, o Ministério lançou um documento intitulado "Currículo Nacional do Ensino Básico – competências essenciais". A ideia era que viesse, num curto período, a substituir os programas. Os dois documentos são, em muitos pontos, contraditórios

(sobretudo no espírito geral), mas mantêm-se em vigor. Nós gostaríamos de abandonar, definitivamente, os programas e passar a guiar-nos só pelas "Competências". Coisas de quem quer ser um pouco diferente...

**Entendi que os assuntos não se encerram enquanto ainda houver interesse e curiosidade por parte dos alunos. Porém gostaria de saber se há um currículo básico a ser trabalhado, há “assuntos”, “matérias”, “competências” que não podem deixar de ser aprendidos pelos alunos? Como isso é garantido? Pais e alunos avaliam periodicamente este trabalho? Que instrumentos são utilizados para garantir o aprendizado?**

Professor:

A Ponte, como escola pública que é, está vinculada, de alguma forma, aos programas e competências essenciais definidas pelo Ministério da Educação. Contudo, temos sempre em conta que estes documentos são referências. Aliás, como está explícito no nosso Projeto Educativo.

Felizmente, os programas e as Competências Essenciais estão relativamente bem feitos e abarcam um conjunto de temáticas que são muito simples de encaixar com o dia-a-dia e com as vivências dos alunos (normalmente). Contudo, neste momento, a Ponte está a tentar abandonar (em negociação com o Ministério) os diferentes programas, para se passar a guiar só pelas competências essenciais.

Os alunos avaliam todos os dias, todas as semanas e todas as quinzenas. Os pais, a todo o momento, se o desejarem, quinzenalmente e nas reuniões (sensivelmente mensais) com a equipe.

O conjunto de instrumentos é relativamente vasto. Pode consultar no site um documento que refere todos os dispositivos que existem na Escola. Este documento foi um documento de trabalho elaborado pela equipa no âmbito da renegociação do Contrato de Autonomia.

**Gostaria de saber se vocês são a única escola de Portugal a não realizarem provas. Como também, saber como o Ministério da Educação/Secretaria da Educação de Portugal enxerga esta concepção de**

**avaliação. Este órgão público não obriga a escola da Ponte a realizar provas? Ou faz coisas para prejudicá-la, como por exemplo, envia menos verbas para a escola da Ponte já que pensa diferente?**

**E, como são realizados os registros das notas do histórico escolar da criança ou adolescente da escola da Ponte? A criança ou adolescente participa do momento da escolha da nota? Como isto acontece?**

Professora:

Infelizmente, os alunos da Escola da Ponte, como qualquer outra escola do país, são submetidos a momentos de avaliação externa – Provas de Aferição (previstas para o final do 1.º e 2.º ciclos) e Exames Nacionais (previstos para os alunos que oficialmente concluem o 3.º ciclo). Aquando as várias renegociações do nosso Contrato de Autonomia, esta questão do domínio pedagógico é debatida, no sentido de conferir à escola autonomia para avaliar os seus alunos numa lógica formativa e contínua, utilizando dispositivos criados internamente. Ao longo dos anos, e apesar da partilha dos princípios que defendemos, temos encontrado pouca abertura neste diálogo. No entanto, tal fato não se tem refletido nas verbas disponibilizadas à escola.

Isto no que concerne à avaliação externa, pois, no dia-a-dia, os alunos não estão sujeitos à realização de testes. Cada aluno como “ser único e irrepetível” traça o seu percurso de aprendizagem. Em função do seu ritmo de aprendizagem, este vai vencendo obstáculos até ao momento em que considera que está preparado para avaliar os seus conhecimentos sobre determinado assunto. Este exercício de auto-avaliação do seu percurso torna-se bastante significativo, visto que promove a consciencialização e responsabilização do mesmo pelo cumprimento das suas tarefas, definidas quinzenalmente. Para, além disso, é afastado o carácter uniformizador e impessoal dos testes, iguais para todos e eliminadores da possibilidade de superar o erro (um nível positivo num teste não se traduz necessariamente no domínio dos conteúdos trabalhados).

Importa também referir que estes momentos de avaliação, solicitados através do dispositivo “Eu já sei”, não assumem sempre o mesmo formato, podendo consistir num exercício escrito, numa partilha oral em espaço, na dinamização de uma atividade para os colegas...

Cada aluno tem um registro de avaliação individual em cada uma das Dimensões Curriculares. Neles constam as competências a desenvolver e os conteúdos a trabalhar. De fato, no final do ano letivo, a avaliação de cada aluno converte-se num número (outra exigência que nos continua a ser imposta). No entanto, o nosso discurso no domínio da avaliação centra-se na qualidade e não na quantificação, o que não inviabiliza a transparência e o diálogo entre orientadores e alunos/Encarregados de Educação.

**Penso que não é possível avaliar de forma inovadora dentro de um contexto tradicional. Conheço algumas escolas que, assim como a Ponte, estão conseguindo desenvolver um trabalho inovador. Os professores fazem registros dos percursos de aprendizagem de seus alunos, das competências desenvolvidas e para isso usam indicadores que norteiam a avaliação. No entanto, quando um aluno vai para outra escola, é solicitado um boletim com notas. Aí vem o dilema: como transformar o registro de um processo (diagnóstico das dificuldades, percursos da aprendizagem, avanços do aluno) em notas? Vocês enfrentam esse desafio de transformar registros em notas? Se sim, como isso é feito? Que estratégias vocês usam?**

Professora:

Percebo bem o seu dilema e também nós nos vemos "obrigados" a responder segundo uma dualidade de critérios que além de redutora, nos parece muito injusta. Como traduzir todas as competências que uma criança desenvolveu ao longo de um ano letivo, as suas aquisições, quer ao nível do saber quer ao nível atitudinal ou comportamental, numa escala de 0 a 5? Como classificar todo o processo de aprendizagem e todo o percurso feito pela criança numa escala? Pois bem, essa é a exigência com que nos deparamos ainda hoje.

Se é verdade que o Projeto Educativo da Ponte se rege por princípios e se traduz em metodologias de trabalho que não concorrem a uma avaliação caracterizada por testes, também é verdade que no final os alunos serão classificados segundo uma escala comum a todos.

Antes de mais, é indispensável haver uma articulação entre avaliação e diferenciação do ensino, individualização dos percursos e respeito pelo ritmo

de aprendizagem de cada aluno. Mais do que avaliar produtos de aprendizagem, interessa-nos levar os alunos a avaliar processos, a diagnosticar dificuldades, a encontrar caminhos e a superar erros e obstáculos. Qualquer atividade de avaliação deve valorizar a qualidade do processo e os seus resultados, deve constituir uma forma de explicitar aprendizagens, permitindo uma efetiva integração dos saberes. E deve ainda ser encarada pelos orientadores e alunos como um instrumento de melhoria da ação pedagógica, um mecanismo regulador das aprendizagens na medida em que permite a ambos os intervenientes tomar consciência do que foi aprendido, das dificuldades, da inadequação ou necessidade de alteração das estratégias. Pretende-se, acima de tudo que a avaliação seja um processo de valorização, aperfeiçoamento, autoconhecimento, promotor de autonomia e crescimento pessoal.

Respondendo à sua questão, eu diria que a estratégia encontrada na Ponte visa enquadrar o mais possível esses momentos de avaliação num documento que consideramos poder espelhar ou demonstrar mais descritivamente o percurso realizado por cada aluno e as competências mais desenvolvidas. Este documento (de competências gerais) prevê que competências tais como a da responsabilidade, autonomia, criatividade, gestão de conflitos, resolução de problemas, comunicação, entre outras, sejam por nós avaliadas segundo um perfil de aluno inserido no Projeto Fazer a Ponte, em paralelo com a avaliação das diversas áreas do saber ou dimensões. Quando digo em paralelo, significa que têm igual valor ou peso na avaliação final. É tão ou mais importante para nós aferir a autonomia e responsabilidade de um aluno como o seu desempenho ao nível da língua Portuguesa ou Inglesa.

**Embora eu tenha lido todas as questões sobre avaliação, ainda não consegui juntas as peças e sistematizar mentalmente como funciona o processo avaliativo. Ainda não entendi se a Ponte precisa traduzir em notas (se precisa, as notas são de 0 a 10, de 0 a 100?...) as avaliações dos alunos para o Ministério da Educação. E, em caso de transferência, as avaliações são traduzidas divididas em disciplinas?**

Professor:

Por questões burocráticas e constrangimentos do poder central, temos de, em caso de transferência para outra escola, quantificar a avaliação. Ou realizamos sínteses descritivas do percurso do aluno, uma vez que, de acordo com os princípios que defendemos, a quantificação da avaliação não faz sentido. Em caso de transferência, uma vez que temos de respeitar diretivas ministeriais, temos de abandonar a nossa linguagem e tentar transpô-la para a linguagem imposta. Como deve imaginar, é uma situação bastante constrangedora e que temos, de forma recorrente e fundamentada, tentado alterar.

**A escola apresenta os "resultados" exigidos pelo Ministério da Educação, envia os formulários preenchidos pelos alunos, com "Eu já sei" como documento comprovativo das "notas" exigidas pelo sistema nacional? Caso contrário, de que forma a Escola cumpre os critérios exigidos pelo Ministério?**

Professor:

A palavra de ordem é, de fato, a "exigência"...Como qualquer outra escola pública, apesar de avaliarmos processualmente e de valorizarmos a utilização do dispositivo "EU JÁ SEI", no final de cada período registramos as aquisições individuais de cada aluno num documento onde estão patentes os objetivos emanados pelo currículo nacional de cada dimensão. Este registro traduz os conteúdos que consideramos terem sido assimilados pelos alunos e salvaguarda eventuais transferências para outros estabelecimentos de ensino. A par desta informação, não abdicamos da avaliação das competências gerais desenvolvidas pela criança ao longo do seu percurso na escola. Esta foi a resposta encontrada para traduzir quantitativamente o que não é quantificável., Há uma reflexão que urge fazer sobre avaliação, começando pelo próprio poder central.

**Como o Ministério obriga a ponto de vocês reterem alguns alunos? São "retidos" por serem obrigados, ou por ser mais interessante para os alunos?**

Professor:

A diferença é entre o real e o administrativo. Administrativamente, o Ministério ainda nos obriga a ter os alunos matriculados num determinado ano letivo. Na prática, essa parte administrativa não tem influência nenhuma na realidade do trabalho da Ponte. Os professores e os alunos continuam o seu trabalho, indiferentes a esse fator. Há alunos que, formalmente, estão no 4º ano de escolaridade e que trabalham aspectos que estão englobados no programa do 5º ano ou do 3º ano. Só depende dos seus interesses e desenvolvimento.

## **Liberdade implica responsabilidade**

**Duas questões me inquietam. Primeira: Na Ponte, os alunos têm certa liberdade para a escolha do que querem aprender (mas conforme ao que deve ser seguido pela secretaria da educação). E disso eu gosto muito de saber. Mas, supondo que um aluno não goste de determinado conteúdo (por exemplo, o da matemática, minha área) e se recuse a estudá-la, como fica o aprendizado desse aluno? E a sua avaliação? Sei que ele deve ser orientado pelo seu tutor, que procura esclarecê-lo etc. Mas ainda assim pode acontecer de o aluno não querer, não é mesmo? Se isso acontece nas escolas que não dão nenhum tipo de liberdade, imagine, então, na Escola da Ponte!...**

**Segunda: Vejo que a avaliação não tem caráter classificatório, nem separativo (o que é digno de louvor!). Sinto então que, Ponte, os alunos estudam por vontade de aprender, de crescer, vontade de conhecimento. É isso mesmo? Se for assim, ainda fica uma dúvida para mim: Os alunos também tem algum tipo de meta a se alcançar ao fim de algum período? Como, por exemplo, dar conta de todos os conteúdos do ano etc. Isso também não seria algum tipo de "classificação"? Claro que não do mesmo tipo que a outra, mas se tratará de um objetivo que pode, ou não, ser alcançado. Até um amigo me comentou outro dia: não importa se é nota de 1 a 10, ou conceito PS, S, PL, ou qualquer outro conceito... se há metas a se atingir, há restrições. O que vocês acham?**

Professor:

Nunca tivemos casos de alunos se recusarem determinantemente a estudar determinada área. Temos alunos que gostam mais disto, ou mais daquilo, mas não temos casos de recusa total do trabalho. Muitas vezes, é preciso encontrar o enquadramento certo para eles o começarem. Não é um processo livre de espinhos, mas é possível. Por outro lado, a alternativa a isto é ter os alunos absolutamente contrariados e a "fazer que fazem, a fingir que aprendem".

Os alunos têm várias metas: cumprir o plano do dia; - cumprir o plano da quinzena; - cumprir (grosso modo) cada um dos ciclos que a Ponte oferece. O último, na verdade, só tem conseqüências práticas para eles saírem, ou não, da escola. Ou seja: mesmo que, no final de um determinado ciclo, um aluno se mantenha \*formalmente" no mesmo ano, o seu trabalho dentro da escola não sofre qualquer alteração. Continua a trabalhar, a aprender como se nada tivesse acontecido. Por outro lado, se no final do ciclo passar para o seguinte acontecerá exatamente o mesmo. Em parte, temos de fazer este raciocínio esquizofrênico no final dos ciclos para defender um pouco os alunos que, por qualquer razão precisarem sair da nossa escola.

Em Portugal, um aluno que termina o 1º ciclo e ingressa no 2º ciclo tem que ter uma boa base porque, se tal não acontecer, será (em quase todos os casos) abandonado pelos professores quando começar o 2º ciclo. Em muitas escolas, parte-se do princípio de que todos os alunos são iguais e que sabem tudo, ou quase tudo o que está para trás...

Professora:

A Ponte não é anarquia. Liberdade não implica desordem. Os alunos podem escolher o que querem aprender, mas essa liberdade não permite a opção pelo não trabalho. Os alunos têm consciência disso e, por essa razão, planificam, quinzenalmente, o estudo de conteúdos associados a cada uma das áreas.

Imaginemos que um aluno, durante toda uma quinzena, não trabalha Língua Portuguesa. Num momento de balanço, o professor tutor alertá-lo-á para esse fato e aconselhá-lo-á a iniciar a quinzena seguinte com o estudo desses mesmos conteúdos. A total rejeição de determinados conteúdos por parte de um aluno não passa despercebida aos olhos do orientador educativo. Quando tal se verifica, o professor analisa as causas dessa recusa, adequa ou mesmo modifica estratégias, de modo a despertar o interesse espontâneo do aluno.



Tais casos extremos não se verificam com regularidade, ainda que nos confrontemos com alguns problemas como a tendência para um ritmo de trabalho lento e um estudo pouco sistemático.

As metas que o aluno estabelece (quer quinzenalmente quer diariamente) não devem, a meu ver, ser encaradas como restrições, mas como orientações para o desenvolvimento do seu trabalho. O não planeamento do estudo levaria sim à implementação de uma total anarquia. Para, além disso, o trabalho que estes alunos desenvolvem em projeto prevê o estudo de conteúdos não contemplados no programa emanado pelo Ministério da Educação.

Na Escola da Ponte, não são inventariados conjuntos de objetivos a atingir no final de cada período ou de cada ano. A avaliação não se centra no número de objetivos avaliados, mas na regularidade do trabalho, nas evoluções diagnosticadas (por mais pequenas que sejam), na sua capacidade de aplicar saberes em contexto.



**Surpreendi-me e fico imaginando ainda como é que um aluno conseguiria passar uma semana sem trabalhar a Língua Portuguesa, já que ele usará a língua para comunicar-se seja qual for o assunto em questão. A imposição da vontade dos professores sobre os alunos, mesmo que despertando "interesse espontâneo", confirma a não opção pela anarquia.**

**Diz-nos Malatesta em seus "Escritos Revolucionários": "Se quiséssemos substituir um governo por outro, isto é, impor nossa vontade aos outros, bastaria, para isso, adquirir a força material indispensável para abater os opressores e colocarmo-nos em seu lugar. Mas, ao contrário, queremos a Anarquia, isto é, uma sociedade fundada sobre o livre e voluntário acordo, na qual ninguém possa impor sua vontade a outrem, onde todos possam fazer como bem entenderem e concorrer voluntariamente para o bem-estar geral. Seu triunfo só poderá ser definitivo quando universalmente os homens não mais quiserem ser comandados ou comandar outras pessoas e tiverem compreendido as vantagens da solidariedade para saber organizar um sistema social no qual não mais haverá qualquer marca de violência ou coação".**

**Imaginei que a Escola da Ponte agia nesta linha. Como você avalia a sociedade buscada pela Escola da Ponte? Tem governo?**

Professora:

Referi-me ao termo "anarquia" como "bagunça", "confusão", "desordem", porque esta palavra tem, para o vulgar cidadão, esse significado. Não a utilizei propositadamente para me reportar a um sistema organizacional que nega o princípio de autoridade. Porém, esta pequena confusão em termos semânticos abre espaço a uma reflexão sobre o modo como a Escola da Ponte se organiza e funciona. Revejo-a, sem hesitações, nos princípios democráticos. Os orientadores educativos não são o "governo" desta escola. As decisões são pensadas e tomadas pelos alunos. A expressão máxima deste poder de decisão é a Assembléia de Escola. Através deste dispositivo, cada aluno pode manifestar a sua opinião e apresentar propostas no sentido de ajudar na resolução de problemas e contribuir para o bem-estar geral. As propostas apresentadas são votadas e as decisões são assumidas por todos. O que primeiramente foi uma proposta individual transforma-se em ação coletiva (por exemplo, foram os alunos que redigiram e aprovaram a lista de Direitos e Deveres, o Eco-Código...).

Aproveito esta reflexão para voltar ao tema principal desta semana. Também o dispositivo "Assembléia de Escola" é um instrumento de avaliação interativa. Os alunos, em conjunto, refletem sobre condutas, questionam a pertinência e

eficácia dos dispositivos que utilizam, dialogam sobre os problemas do dia-a-dia e procuram chegar a um consenso sobre as estratégias a adotar.

Relativamente ao papel do orientador educativo no momento em que verifica que um aluno rejeita totalmente o estudo de determinada área, penso que a tentativa de "despertar o interesse" dos alunos não deve ser interpretada como imposição. Há alturas em que o orientador educativo tem um papel a desempenhar: o de orientar, o de desbloquear situações de dificuldade que não puderam ser resolvidas nem pelo aluno nem com a ajuda dos pares. Essa orientação pode também ser pertinente no momento de planificação quinzenal ou mesmo diária, especialmente se um aluno se descuida no estudo de determinada valência. Os alunos da Escola da Ponte não têm todos a mesma autonomia, a mesma responsabilidade, a mesma capacidade de autoplanificação e auto-avaliação.

É óbvio que a Língua Portuguesa é trabalhada pelos alunos em diversas situações e contextos (por exemplo, quando lêem um texto sobre a Revolução Francesa; quando partilham algo que aprenderam no espaço de trabalho; quando respondem a perguntas sobre as rochas...). Referi-a apenas a título de exemplo. Porém, não esqueçamos que devem também ser promovidos momentos para o estudo de aspectos relacionados com o funcionamento da própria língua.

**Entendo que a Ponte está num processo de pesquisa sobre a Educação da Infância. Pensando nisso, quais estratégias estão sendo discutidas no que se refere a autonomia e a organização disciplinar das crianças?**

Professor:

Na verdade, infelizmente, a questão da Educação de Infância, na Ponte, ainda não começou a ser discutida a fundo. As instalações que a Ponte possui neste momento são extremamente exíguas. Durante algum tempo aventou-se a hipótese da Educação de Infância ficar localizada onde está hoje o Núcleo do Aprofundamento. No entanto, a necessidade levou a que esse espaço fosse ocupado com o Aprofundamento. Penso que a integração da Educação de

Infância na Escola será extremamente útil e natural. Aliás, em Portugal, os educadores de infância trabalham em moldes muito semelhantes aos da Ponte. Começa-se a notar alguns sinais de inversão desta tendência. Os educadores de infância estão a tentar "encostar" o seu trabalho ao dos professores do fundamental, pervertendo, assim, o fantástico trabalho que fazem.

Na Ponte, cada aluno tem a autonomia que precisa e que é capaz de assumir. Penso que será exatamente isso que acontecerá com os pequenitos da educação Infantil, quando os tivermos na nossa escola.

**Quanto tempo um aluno que chega à Ponte leva para utilizar o "Eu já sei"? Como (aluno e orientador) concretizam o "Eu já sei"?**

Professor:

Como respeitamos o ritmo individual de cada aluno, não me é possível dizer especificamente o tempo que demora à correta utilização do "Eu Já Sei". No entanto, como deve compreender, a melhor utilização dos dispositivos é conseguida com uma maior vivência e experiência do projeto.

Um aluno, após ter escolhido uma questão pela qual sente curiosidade, realiza um conjunto de tarefas que lhe permitem construir aprendizagens naquele âmbito. Quando considera que as aprendizagens construídas são suficientes para compreender aquele tema, escreve o seu nome no "Eu Já Sei". O orientador educativo, através de uma conversa, da realização de uma atividade, da resolução de um problema, da partilha do que aprendeu com os colegas (por exemplo, no momento de auto-avaliação) avalia as aprendizagens do aluno. Acaso considere que estão consistentes, assina o "Eu Já Sei", bem como o "Plano da Quinzena" do aluno.

Professor:

No início, a utilização do "Eu já sei" é muito induzida pelo professor. Observando o trabalho dos alunos mais pequenos, vamo-nos apercebendo do que eles já conseguem e ainda não conseguem fazer e, muitas vezes, é necessário perguntar: "Então, companheiro? Não achas que já sabes isso?". Inicialmente eles ficam a olhar para nós com uma de estranheza.

Depois, apercebem-se facilmente e começam a utilizar o "Eu já sei" por vontade própria.

**Tenho dúvidas quanto à auto-avaliação dos alunos. As auto-avaliações que desenvolvo em classe com meus alunos são formuladas por mim, baseadas em critérios que considero pertinentes, sempre direcionadas aos objetivos de habilidades e competências para a série, naquele momento. Entretanto, pensando que a aprendizagem é feita respeitando o desejo de cada um, será que eles não devem ter a liberdade de produzir sua auto-avaliação?**

**Também acredito que o professor deva fazer parte deste momento. Mas como ele pode interferir sem formatar? Como é construído o instrumento de auto-avaliação? Sinto preocupação em como construir porque quero garantir que a auto-avaliação resulte em reflexão e transformação nas atitudes do aluno.**

Professor:

Efetivamente, é como escreves: "o professor deve fazer parte desse momento", não é dispensável, deverá intervir. Mas, se o professor quiser, também efetivamente, realizar uma avaliação rigorosa, não poderá ter como referência objetivos, habilidade e competências de uma "série". Avaliações não rimam com abstrações...

O ato de avaliar é, também, um momento de aprendizagem. Cada aluno é um ser único e irrepetível, dotado de ritmo específico. Se os momentos e os instrumentos de avaliação utilizados refletem os dois princípios enunciados, a avaliação faz sentido. Séries, classes, provas e outras fantasias estão nos antípodas da avaliação.

Tu saberás como responder à tua pergunta. Saberás instituir um modo de avaliar que, sendo auto-avaliação, resulte em reflexão e transformação. É uma questão de tempo, de estudo e de partilha. Mas, antes, será necessário preparar os alunos para essa outra avaliação. E os pais...

**Qual seria esse novo sistema de avaliação de professores que o Ministério da Educação está a implementar? Como ele se daria?**

Professor:

O modelo de avaliação tem a ver com a legislação aprovada para a avaliação de desempenho dos docentes em Portugal. É um modelo que em nada contribui para a melhoria do desempenho e dignidade dos docentes (se estiver interessada pode consultar o site do ministério e ver em detalhe). Neste momento, as escolas portuguesas vivem momentos muito difíceis, entupidas por burocracia, que mais não faz do que criar competição entre professores. Esta avaliação não promove a formação, mas a meritocracia. Todo o modelo aponta para taxas de sucesso, de objetivos de ensino, que forçosamente terão de ser atingidos etc., em detrimento de o professor ser penalizado. E tudo isso contribui para a sua “progressão”... Muitas escolas estão a pedir a suspensão e até mesmo a recusar este modelo.

Quanto à Ponte, como escola oficial que é, segundo a administração educativa, terá de seguir este modelo, o que é impossível. O modelo organizativo (administrativo e pedagógico) da Ponte não se enquadra nos critérios e parâmetros do modelo. Por exemplo, é necessário definir objetivos no plano anual de atividades – a Ponte não tem! É preciso definir objetivos no plano curricular de turma – na Ponte, não há turmas! É preciso definir as taxas de retenção para todos os anos – na Ponte, não há retenções nos anos intermédios, apenas em final de ciclo! E por aí fora...

A questão é esta: por que não é reconhecido um modelo de avaliação enquadrado nas características organizacionais da Ponte?

Professor:

Este assunto tem levantado muito polémica em Portugal. No próximo sábado, haverá mais uma manifestação a exigir a suspensão do processo. O processo é tremendamente burocrático, leva a que dentro das Escolas exista competição direta pela classificação (há quotas para as notas mais elevadas) e não garante que a qualidade do sistema educativo melhore.

Todos os dados relativos ao sistema de avaliação de professores podem ser encontrados no site do Ministério da Educação.

**Ao quebrar sem pena, mas não sem trabalho, a \*espinha dorsal\* da escola tradicional (que há muito sofria de lordose...), a Ponte quebrou, por tabela, a \*cintura\* do modelo avaliativo (meio sem movimento, há muito tempo). Ao naturalizar a avaliação como um processo, agiu como contra-ideológica, estendendo para o todo do tempo aquilo que era visto, na ideologia escolar avaliativa tradicional como momento únicos e especiais: os momentos periódicos de avaliação. Ao longo da entrevista cada vez ficam mais claros a estratégia, os caminhos, as formas, no entanto, talvez por prática discursiva muito se repita a idéia generalizante de que TUDO é avaliado e TODO momento é de avaliação. Como se "naturaliza" esse processo que parece, em princípio, numa avaliação mais impressionista, uma "overdose" de avaliação e uma indiferenciação?**

Professor:

Compreendemos que as palavras "tudo" e "todo" poderão induzir a uma perspectiva algo "exagerada". Contudo, ao proferirmos estas palavras tentamos referir que na Ponte a avaliação não é feita em momentos exclusivos e marcados (pelo professor), mas é um processo contínuo e efetuado ao longo de todos os momentos que os alunos se encontram em processo educativo. De modo a clarificar esta perspectiva com exemplos concretos, gostaria de referir o seguinte:

Se um aluno tem dificuldades e "pede ajuda", e outro elemento do grupo auxilia-o na concretização dessa tarefa, superando juntos essa dificuldade, esta competência deve ser reconhecida e valorizada;

Se um aluno passa no recreio e recolhe um papel do chão e vai colocá-lo no eco ponto correto, está a demonstrar uma sensibilidade ambiental desenvolvida, revelando que percebe a importância da separação dos lixos e que sabe realizá-la: para nós este é um momento excelente de avaliação;

Se diariamente realizamos debates de espaço (por exemplo, no momento de auto-avaliação), se um aluno defende um determinado ponto de vista, argumentando de forma crítica, informada e construtiva, tal ação afigura-se-nos como um excelente momento de avaliação;

Quando, na reunião de Assembléia, um aluno defende uma perspectiva, apresenta argumentos, revela que está informado sobre determinada temática, parece-nos lógico que deva ser valorizado as competências por ele desenvolvidas.

Estes são alguns (poucos) exemplos do que queremos dizer quando referimos as palavras "tudo" e "todo", mas como é legítimo interpretar, na medida em que não somos onipotentes, há momentos que nos escapam e que poderiam ter contribuído para uma avaliação mais completa.

Na Ponte, a avaliação reveste-se de múltiplas estratégias, é multifatorial, pelo que não é de todo descabido referir que "todos os momentos são de avaliação" e que "tudo contribui para a avaliação".

Agora, uma brincadeira, quando refere a palavra "impressionista", se compararmos a educação e avaliação à arte, quem não gostaria de ser um Renoir, Monet ou Degas da educação e avaliação?...

### ***“Será possível não existir avaliação?”***

**Gostaria de perguntar o que pensam sobre escolas onde não existe avaliação, nem sequer como aquela que existe na Escola da Ponte. Será que é possível não existir avaliação? Será que ela existe na Escola da Ponte por esta ser uma escola oficial do Estado e ter que apresentar resultados ao Ministério da Educação? Refiro-me à avaliação que precisa ser documentada, não àquela que os professores fazem no decurso das suas funções, quando trabalham com os alunos e observam se estes sabem ou não as matérias.**

Professora:

Será possível não existir avaliação? Isso não é possível.

A avaliação sempre foi uma questão problemática em qualquer sistema educativo. E é encarada como algo negativo, pesado, que "assusta" os alunos. E centrada, quase exclusivamente, na nota, confundindo-se avaliação com classificação...



A avaliação deve ser contextualizada, construtiva, com a participação da família e do aluno e não um "monte de papéis".

Professor:

Deveremos distinguir claramente o conceito de avaliação do de classificação. Segundo a minha perspectiva, sem avaliação não faz sentido fazermos seja aquilo que for, uma vez que não conseguiremos determinar se a nossa tarefa foi bem sucedida, ou não, se estamos a evoluir no sentido que queremos, ou mesmo se uma determinada estratégia é válida, ou não.

Ao invés, não me parece que esse processo avaliativo (muitas vezes introspectivo e pessoal) deva ser alvo de uma classificação, na medida em que estamos a balizar algo, que em meu entender, não pode ser quantificável. Até que ponto poderemos "dar uma nota" que traduza fielmente o esforço, dedicação, empenho, que um aluno realmente colocou no cumprimento de uma tarefa?

Obviamente que esta situação é alvo de muita discussão e controvérsia, contudo penso que a escola deve fomentar o processo auto-avaliativo (quer para alunos quer para professores), um espaço de discussão e avaliação em conjunto (com pares), deve fomentar o diálogo avaliativo professor-aluno, no sentido de serem melhorados aspectos do processo ensino-aprendizagem.

Os constrangimentos ministeriais aos quais todos estamos sujeitos seguem numa tônica classificativa e diferenciação dos alunos por "notas". No entanto, cabe a quem acredita num processo diferente fazer entender que a escola deve ser um espaço de formação, no qual os alunos devem querer superar-se a si próprios, em prol das suas aprendizagens.

## **Perfil de aluno e critérios de avaliação**

**Há algum instrumento específico de avaliação sobre o perfil do aluno portador de necessidades especiais na transição da Iniciação para a Consolidação?**

Educadora brasileira:

Não cheguei a conhecer nenhum tipo de instrumento específico, podemos investigar melhor.

Pelo que acompanhei das atividades da psicóloga, ela ainda investigava formas de realizar uma avaliação psicológica mais precisa, principalmente nos casos de alunos portadores de necessidades especiais. Ela percebia a necessidade da utilização de instrumentos como o WISC e o DFH III, por exemplo, mas ainda se debatia com a falta de um espaço específico voltado para esse tipo de avaliação.

Quando saí da escola, após a minha pesquisa, a sala da psicóloga já estava delimitada, mas não sei por quanto tempo, pois era estranho no meio de tantos espaços "abertos" a manutenção de um espaço isolado por quatro paredes. Eis o desafio para o psicólogo escolar: Como realizar a avaliação psicológica integrada ao trabalho escolar?

De uma maneira geral, a passagem da iniciação para a consolidação se dava através da conquista da autonomia de planificação, pesquisa e trabalho em grupo.

**Como foi dito a avaliação acontece em vários momentos. Como o professor registra essa avaliação? Qual o critério de registro da Ponte? E do Sistema de Portugal? São comuns? Há quantificação? Cada Orientador Educativo tem um procedimento de avaliação, há algum referencial de habilidades e competências que o aluno precisa alcançar? Quem os "determina"? É possível exemplificar como acontece a auto-avaliação no final do dia? É direcionado? É oral ou escrita? Em que se pautam os critérios de auto-avaliação?**

Professor:

Os professores têm um processo para cada um dos alunos, onde registram as avaliações feitas, normalmente no final do dia. Este sistema de avaliação não é seguido pela maioria das outras escolas. Em quase todos os casos, a avaliação resume-se a testes em data marcada e para todos os alunos ao mesmo tempo.

Concebemos perfis de transição de núcleo, baseados em competências e capacidades. Foram aprovados em equipa (podem procurar dentro da página

da internet em cada um dos núcleos). Os critérios de auto-avaliação são os definidos no próprio plano e nos direitos e deveres aprovados em Assembléia. Os alunos deverão também propor formas de melhorar o seu desempenho.

**O tema Avaliação do meu ponto de vista é uma grande chance de repensarmos Educação e Escola. Estes textos são tão bons e servirão, certamente, para a nossa discussão interna na escola, durante as análises específicas sobre avaliação, podendo mudar o nosso pensar e o nosso percurso. A minha dúvida é a seguinte: quando o aluno se coloca "pronto" para ser avaliado, o que pode ser solicitado são informações sobre conteúdos que fazem parte de itens do currículo, ou metas estabelecidas para a quinzena?**

**Penso ser diferente, quando você solicita ao aluno a aplicação de conceitos e competências dentro de contextos abrangentes de diversas áreas do conhecimento, que podem não estar contempladas nas metas. Será que o "já sei" não corresponde á uma determinada situação, ou a uma descrição do conteúdo? Como fazer desta pratica maravilhosa de o aluno estar consciente de que já pode ser avaliado e ampliarmos o pensamento em rede para solução de problemas?**

Professor:

O que está sujeito a avaliação depois de inscrição no "Eu já sei" é tudo. Ou seja, dentro dos projetos dos alunos existem aspectos que não fazem parte do programa oficial. Por vezes, alguns dos aspectos trabalhados nos projetos só com muito boa vontade podem ser encaixados dentro do programa oficial: a escala de medição da intensidade sonora (decibéis), a fusão nuclear, ou o tuning, não se enquadram em nenhum dos pontos do programa oficial do ensino básico. Nestes casos, acrescentamos cada um desses aspectos ao registro dos alunos.

Por outro lado, as competências associadas aos projetos já são, habitualmente, avaliadas no final do ano. Estes aspectos relacionados com os projetos (que são extremamente diversificados) obrigam-nos, no bom sentido, a resolverem problemas e a autoavaliar-se em itens que não fazem parte dos manuais ou

dos conhecimentos dos pais e dos professores (que também são obrigados a pesquisar muitas coisas...).

**Um aluno que poderia mudar de grupo, mas não apresenta um nível de aprendizagem em uma única matéria, como fica nestes casos?**

Professora:

Creio que esteja falando de mudança de núcleo. "Não apresentar um nível de aprendizagem em uma única matéria" é uma situação que diz que nós enquanto orientadores não estivemos a fazer nada com esse aluno...

Há casos de alunos que têm poucas evidências de aprendizagem em determinadas áreas. Existe na escola um documento, chamado Perfil de Transição de Núcleo, onde são descritas as competências que os alunos devem possuir para poder transitar entre núcleos. No entanto, mesmo não apresentando 100% dessas características, há casos em que a transição acontece, para que cada aluno dê continuidade às suas aprendizagens noutro núcleo, junto de seus pares amigos que os poderão ajudar. Os orientadores de outro núcleo farão com que o aluno dê continuidade às suas tarefas, aos seus projetos.

**Um aluno pode ser avaliado bem em suas áreas de aprendizado, mas negativamente em comportamento ou vice e versa?**

Professor:

Negativamente, nunca o será. Tanto numa, quanto noutra. cremos, enquanto filosofia da escola, na premissa de que toda a gente tem alguma coisa de bom... E é isso também que pretendemos desenvolver nas crianças: valorizar o que têm de bom, incentivando à melhoria.

As duas questões que refere, mesmo separadas, sempre andam de mãos dadas. O mau comportamento poderá influenciar na aprendizagem. Por isso, a pedra de toque do projeto é o comportamento e a atitude. Os alunos são sempre avaliados, continuamente, pelas suas atitudes e aprendizagens curriculares.

## **Perfil de orientador educativo**

**Gostaria de saber como é feita a avaliação dos professores e da própria instituição. Os alunos participam? A comunidade participa? Quem avalia os professores que avaliam?**

Professor:

O que se encontra previsto no regulamento interno é que o Conselho de Gestão (gestor e coordenadores) realizam a avaliação dos professores. No mesmo documento está o perfil do orientador educativo da Ponte<sup>8</sup>. É por este documento que o Conselho de Gestão se tem que guiar.

Quando a equipa elege os coordenadores, sabe que, dentro das suas funções, está a avaliação dos colegas. Formalmente, os pais e alunos não avaliam os orientadores educativos. No entanto, na Ponte, todos estão a ser avaliados por todos, ao mesmo tempo. Ou seja, no sentido de todos trabalharem com a mesma intencionalidade.

Neste momento, sou coordenador e, constantemente, todos os colegas, alunos e pais me avaliam. Não sinto isso com algo negativo, bem pelo contrário. Normalmente, são aspectos que me levam a refletir e a tentar melhorar a minha atitude e desempenho.

**Vocês conhecem os trabalhos do médico e filósofo Henry Wallon? Parece-me que ele defende a aprendizagem, não somente pelo cognitivo, mas também pelo corporal, afetivo e social. Algo de seus ensinamentos é utilizado na escola da Ponte? Vocês teriam mais alguma informação ou sugestão de bibliografia sobre ele, pertinente à educação?**

Professora:

Henry Wallon, de fato, defende uma aprendizagem não somente cognitiva, mas também corporal e afetiva. Ainda que sem filiação, os mesmos princípios são defendidos e postos em prática na Ponte, como havia referido em respostas anteriores. Uma vez que não possuo um conhecimento muito

---

<sup>8</sup> Anexo D

aprofundado sobre os princípios que este autor defende, procurarei ler mais sobre o assunto, adiando, por agora, a minha ajuda em termos bibliográficos...

**Como o seu aluno chega à auto-avaliação? Ela envolve muita subjetividade, coerência. É um processo... Necessita de educadores que, antes de tudo, saibam se auto-avaliar... Como se desenvolveu na Escola da Ponte?**

Professor:

A resposta está inclusa na pergunta... Ninguém dará aquilo que não tem, nem transmite aquilo que não é. Só um professor que sabe autoavaliar-se poderá gerar a capacidade de auto-avaliação nos seus alunos. Mas, dito assim, até parece fácil...

**Haverá alguma hipótese de mudar o sistema de avaliação (instituído - o do facilitismo), se os próprios que o impõem fazem uma auto-avaliação distorcida e filtrada?**

**Deveremos começar na formação de professores? Ou a montante, nos primeiros anos de vida? E os pais compreendem essa necessidade? Então, quem os ajuda? As escolas?**

Professor:

Parece-me que teremos de começar em todos esses locais ao mesmo tempo. A Escola, sozinha, não pode fazer grande coisa... O poder político, sozinha, também não.

Em Portugal, o Ministério da Educação pensa que manda no sistema educativo. Manda, mas pouquinho. Faz leis, mas quem as aplica são as escolas e os professores. Muitas vezes, para não dizer sempre, entre o espírito da lei e a prática vai uma grande distância. Em alguns casos, os pais já se começam a mexer para alterar as coisas. É necessário apoiá-los. Há casos de professores que estão a tentar mudar. É necessário apoiá-los. Há políticos a tentar mudar. É necessário auxiliá-los...

**Creio que já “avaliei” estas nossas conversas... Se já que somos tantos professores solitários em nossas unidades escolares, que encontramos tantas dificuldades para propor e insinuar mudanças (afinal, nem sempre é fácil contagiar a todos, encontrar nossos pares, vencer as vaidades de cada um e propor mudanças efetivas, concretas, coletivas etc.), não seria também outra possibilidade a de começarmos a nos unir fora de nossos espaços e começar a conceber idéias, iniciativas, projetos...? Isso, de alguma forma, já existe?**

Professor:

É bem oportuna a tua pergunta. Antes de chegar à Ponte, a minha resiliência esteve assente em grupos de professores de diferentes escolas que semanalmente, se encontravam para trocar experiências, preparar a introdução de inovações, para avaliá-las...

A resiliência alimenta-se de solidariedades. Enquanto não encontrei parceiros de projeto dentro das escolas por onde passei, pude contar com o apoio de professores de outras escolas.

Como referes na tua mensagem, unirmo-nos "fora de nossos espaços e começar a conceber idéias, iniciativas, projetos" é o que nos resta.

**Minha pergunta refere-se à avaliação do profissional. No Brasil, nos avaliamos pelo andamento e aproveitamento da turma dentro da sala de aula, e também, pelo convívio com pais e mediação da coordenação.**

**Acho que a auto-avaliação do nosso modo de ensinar passa a ser deficitário a partir do momento que estamos fazendo o que sabemos ou achamos certo. Então, como melhor avaliar o que fazemos? Há um método diferenciado na Ponte. Em treinamentos fechados ou abertos há uma avaliação do aluno para com o professor, esse seria então o objetivo do "acho bem" ou "acho mal"?**

Professor:

Na nossa escola, a avaliação dos professores é feita de acordo com o perfil delineado com base no nosso projeto educativo, que seria interessante que consultasse. A partir dele, o Conselho de Projeto elaborou um documento

bastante detalhado (resultante dos contributos de todos) que nos ajuda a nortear a nossa ação diária e a refletir sobre a mesma. Procuramos que o espírito de cooperação e de solidariedade que defendemos e promovemos seja vivido diariamente pela equipa de orientadores educativos. Essa partilha e o fato de as decisões serem coletivas faz com que a avaliação também tenha de ser assim. Os “bons frutos” resultam do esforço de um coletivo que se rege pelos mesmos princípios; o que há a melhorar só é conseguido se todos se implicarem. Todas as dinâmicas da escola são alvo de reflexão crítica por parte dos orientadores educativos, não exclusivamente o “acho bem” ou o “acho mal”.



**Autores das respostas:**

Adelina Monteiro, Ana Moreira, Anabela Paulo, Catarina Rocha, Catarina Silva, Cláudia Pinto, Cláudia Santa Rosa, Constança Miranda, Cristiana Almeida, Cristiano Silva, Diana Gonçalves, Eugénia Tavares, Filipe Correia, Filipe Lopes, Francisca Monteiro, Geraldo Castro, José Pacheco, Joyce Coimbra, Manuel Carlos, Paulo Topa, Pedro Arsénio, Regina Monteiro, Rita Alves, Rita Cardoso, Thais Almeida e Wilson Azevedo.

## **ANEXOS**

**Anexo A – Projeto Educativo “Fazer a Ponte”**

**Anexo B – Regulamento Interno**

**Anexo C – Inventário dos Dispositivos Pedagógicos**

**Anexo D – Perfil de Orientador Educativo**

## ***PROJECTO EDUCATIVO “FAZER A PONTE”***

### ***PRINCÍPIOS FUNDADORES***

#### ***I - SOBRE OS VALORES MATRICIAIS DO PROJECTO***

1- Uma equipe coesa e solidária e uma intencionalidade educativa claramente reconhecida e assumida por todos (alunos, pais, profissionais de educação e demais agentes educativos) são os principais ingredientes de um projecto capaz de sustentar uma ação educativa coerente e eficaz.

2- A intencionalidade educativa que serve de referencial ao projecto Fazer a Ponte orienta-se no sentido da formação de pessoas e cidadãos cada vez mais cultos, autónomos, responsáveis e solidários e democraticamente comprometidos na construção de um destino colectivo e de um projecto de sociedade que potenciem a afirmação das mais nobres e elevadas qualidades de cada ser humano.

3- A Escola não é uma mera soma de parceiros hieraticamente justapostos, recursos quase sempre precários e actividades ritualizadas – é uma formação social em interacção com o meio envolvente e outras formações sociais e em que permanentemente convergem processos de mudança desejada e reflectida.

4- A intencionalidade educativa do Projecto impregna coerentemente as práticas organizacionais e relacionais da Escola, que reflectirão também os

valores matriciais que inspiram e orientam o Projecto, a saber, os valores da autonomia, solidariedade, responsabilidade e democraticidade.

5- A Escola reconhece aos pais o direito indeclinável de escolha do projecto educativo que considerem mais apropriado à formação dos seus filhos e, simultaneamente, arroga-se o direito de propor à sociedade e aos pais interessados o projecto educativo que julgue mais adequado à formação integral dos seus alunos.

6- O Projecto Educativo, enquanto referencial de pensamento e acção de uma comunidade que se revê em determinados princípios e objectivos educacionais, baliza e orienta a intervenção de todos os agentes e parceiros na vida da Escola e ilumina o posicionamento desta face à administração educativa.

## **II - SOBRE ALUNOS E CURRÍCULO**

7- Como cada ser humano é único e irrepetível, a experiência de escolarização e o trajeto de desenvolvimento de cada aluno são também únicos e irrepetíveis.

8- O aluno, como ser em permanente desenvolvimento, deve ver valorizada a construção da sua identidade pessoal, assente nos valores de iniciativa, criatividade e responsabilidade.

9- As necessidades individuais e específicas de cada educando deverão ser atendidas singularmente, já que as características singulares de cada aluno implicam formas próprias de apreensão da realidade. Neste sentido, todo o aluno tem necessidades educativas especiais, manifestando-se em formas de aprendizagem sociais e cognitivas diversas.

10- Prestar atenção ao aluno tal qual ele é; reconhecê-lo no que o torna único e irrepetível, recebendo-o na sua complexidade; tentar descobrir e valorizar a cultura de que é portador; ajudá-lo a descobrir-se e a ser ele próprio em equilibrada interação com os outros - são atitudes fundadoras do acto educativo e as únicas verdadeiramente indutoras da necessidade e do desejo de aprendizagem.

11- Na sua dupla dimensão individual e social, o percurso educativo de cada aluno supõe um conhecimento cada vez mais aprofundado de si próprio e o relacionamento solidário com os outros.

12- A singularidade do percurso educativo de cada aluno supõe a apropriação individual (subjéctiva) do currículo, tutelada e avaliada pelos orientadores educativos.

13- Considera-se como currículo o conjunto de atitudes e competências que, ao longo do seu percurso escolar, e de acordo com as suas potencialidades, os alunos deverão adquirir e desenvolver.

14- O conceito de currículo é entendido numa dupla dimensão, conforme a sua exterioridade ou interioridade relativamente a cada aluno: o currículo exterior ou objectivo é um perfil, um horizonte de realização, uma meta; o currículo interior ou subjéctivo é um percurso (único) de desenvolvimento pessoal, um caminho, um trajeto. Só o currículo subjéctivo (o conjunto de aquisições de cada aluno) está em condições de validar a pertinência do currículo objectivo.

15- Fundado no currículo nacional, o currículo objectivo é o referencial de aprendizagens e realização pessoal que decorre do Projeto Educativo da Escola.

16- Na sua projeção eminentemente disciplinar, o currículo objetivo organiza-se em cinco dimensões fundamentais: linguística, lógico-matemática, naturalista, identitária e artística.

17- Não pode igualmente ser descurado o desenvolvimento afectivo e emocional dos alunos, ou ignorada a necessidade da educação de atitudes com referência ao quadro de valores subjacente ao Projecto Educativo.

### **III - SOBRE A RELEVÂNCIA DO CONHECIMENTO E DAS APRENDIZAGENS**

18- Todo o conhecimento verdadeiramente significativo é autoconhecimento, pelo que se impõe que seja construído pela própria pessoa a partir da experiência. A aprendizagem é um processo social em que os alunos, heurísticamente, constroem significados a partir da experiência.

19- Valorizar-se-ão as aprendizagens significativas numa perspectiva interdisciplinar e holística do conhecimento, estimulando-se permanentemente a percepção, a caracterização e a solução de problemas, de modo a que o aluno trabalhe conceitos de uma forma consistente e continuada, reelaborando-os em estruturas cognitivas cada vez mais complexas.

20- É indispensável a concretização de um ensino individualizado e diferenciado, referido a uma mesma plataforma curricular para todos os alunos, mas desenvolvida de modo diferente por cada um, pois todos os alunos são diferentes. Os conteúdos a apreender deverão estar muito próximos da estrutura cognitiva dos alunos, bem assim como dos seus interesses e expectativas de conhecimento.

21- A essencialidade de qualquer saber ou objectivo concreto de aprendizagem deverá ser aferida pela sua relevância para apoiar a aquisição e o desenvolvimento das competências e atitudes verdadeiramente estruturantes da formação do indivíduo; a tradução mecânica e compartimentada dos programas das áreas ou disciplinas curriculares em listas inarticuladas de conteúdos ou objectivos avulsos de aprendizagem não conduz à valorização dessa essencialidade.

22- O envolvimento dos alunos em diferentes contextos sócio-educativos e a complementaridade entre situações formais e informais favorecem a identificação de realidades que frequentemente escapam às práticas tradicionais de escolarização e ensino.

23- A avaliação, como processo regulador das aprendizagens, orienta construtivamente o percurso escolar de cada aluno, permitindo-lhe em cada momento tomar consciência, pela positiva, do que já sabe e do que já é capaz.

24- Acompanhar o percurso do aluno na construção do seu projeto de vida, tendo consciência da singularidade que lhe é inerente, impõe uma gestão individualizada do seu percurso de aprendizagem. A diversidade de percursos possíveis deverá, no entanto, acautelar o desenvolvimento sustentado do raciocínio lógico matemático e das competências de leitura, interpretação, expressão e comunicação, nas suas diversas vertentes, assim como a progressiva consolidação de todas as atitudes que consubstanciam o perfil do indivíduo desenhado e ambicionado neste projeto educativo.

#### **IV - SOBRE OS ORIENTADORES EDUCATIVOS**

25- Urge clarificar o papel do profissional de educação na Escola, quer enquanto orientador educativo, quer enquanto promotor e recurso de aprendizagem; na base desta clarificação, supõe-se a necessidade de abandonar criticamente conceitos que o pensamento pedagógico e a praxis da

Escola tornaram obsoletos, de que é exemplo o conceito de docência, e designações (como a de educador de infância ou professor) que expressam mal a natureza e a complexidade das funções reconhecidas aos orientadores educativos.

26- Para que seja assegurada a perenidade do projecto e o seu aprofundamento e aperfeiçoamento, é indispensável que, a par da identificação de dificuldades de aprendizagem nos alunos, todos os orientadores educativos reconheçam e procurem ultrapassar as suas dificuldades de ensino ou relação pedagógica.

27- O orientador educativo não pode ser mais entendido como um prático da docência, ou seja, um profissional enredado numa lógica instrutiva centrada em práticas tradicionais de ensino, que dirige o acesso dos alunos a um conhecimento codificado e predeterminado.

28- O orientador educativo é, essencialmente, um promotor de educação, na medida em que é chamado a participar na concretização do Projeto Educativo da Escola, a co-orientar o percurso educativo de cada aluno e a apoiar os seus processos de aprendizagem.

29- A formação inicial e não-inicial dos orientadores educativos deve acontecer em contexto de trabalho, articulando-se a Escola, para esse efeito, com outras instituições.

30- Os orientadores educativos que integram a equipe de projeto são solidariamente responsáveis por todas as decisões tomadas e devem adaptar-se às características do projeto, sendo avaliados anualmente em função do perfil anexo.



31- A vinculação dos orientadores educativos ao Projeto, que se pretende estável e contratualizada, deverá sempre ser precedida de um período probatório.

## ***V - SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO***

32- A organização do trabalho na escola gravitará em torno do aluno, devendo estar sempre presente no desenvolvimento das actividades a ideia de que se impõe ajudar cada educando a alicerçar o seu próprio projecto de vida. Só assim a escola poderá contribuir para que cada aluno aprenda a estar, a ser, a conhecer e a agir.

33- A dimensão do estar será sempre garantida pela integração do indivíduo na comunidade educativa onde conhece e é conhecido por todos os pares, orientadores e demais agentes educativos. Os alunos e os professores deverão contratualizar as estratégias necessárias ao desenvolvimento do trabalho em planos de periodicidade conveniente, assim como ser co-responsáveis pela avaliação do trabalho realizado.

34- A especificidade e diversidade dos percursos de aprendizagem dos alunos exigem a mobilização e consequente disponibilização de materiais de trabalho e orientadores educativos capazes de lhes oferecer respostas adequadas e efectivamente especializadas. Assim, não tendo sentido unificar o que à partida é diverso, impõe-se questionar a opção por um único manual, igual para todos, as respostas padronizadas e generalistas pouco fundamentadas e também a criação de guetos, nos quais se encurralam aqueles que, por juízo de alguém, são diferentes.

35- A dificuldade de gestão de variados percursos individualizados de aprendizagem implica uma reflexão crítica sobre o currículo a objectivar, que conduza à explicitação dos saberes e das atitudes estruturantes essenciais ao desenvolvimento de competências. Este currículo objectivo, cruzado com

metodologias próximas do paradigma construtivista, induzirá o desenvolvimento de muitas outras competências, atitudes e objectivos que tenderão, necessariamente, a qualificar o percurso educativo dos alunos.

36- As propostas de trabalho a apresentar aos alunos tenderão a usar a metodologia de trabalho de projecto. Neste sentido, a definição do currículo objectivo reveste-se de um carácter dinâmico e carece de um permanente trabalho reflexivo por parte da equipe de orientadores educativos, de modo a que seja possível, em tempo útil, preparar recursos e materiais facilitadores da aquisição de saberes e o desenvolvimento das competências essenciais.

37- O percurso de aprendizagem do aluno, a avaliação do seu trabalho, assim como os documentos mais relevantes por ele realizados, constarão do processo individual do aluno. Este documento tentará evidenciar a evolução do aluno nas diversas dimensões do seu percurso escolar.

38- O trabalho do aluno é supervisionado permanentemente por um orientador educativo, ao qual é atribuído a função de tutor do aluno. O tutor assume um papel mediador entre o encarregado de educação e a escola. O encarregado de educação poderá em qualquer momento agendar um encontro com o professor tutor do seu educando.

## **VI - SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA**

39- A Escola organiza-se nos termos do seu Regulamento Interno, de acordo com os seguintes pressupostos:

a) Os pais/encarregados de educação que escolhem a Escola e adoptam o seu Projecto, comprometendo-se a defendê-lo e a promovê-lo, são a fonte principal de legitimação do próprio Projecto e de regulação da estrutura organizacional que dele decorre, devendo o Regulamento Interno reconhecer aos seus representantes uma participação determinante nos processos de tomada de todas as decisões com impacto estratégico no futuro do Projecto e da Escola.

- b) Os órgãos da Escola serão constituídos numa lógica predominantemente pedagógica de afirmação e consolidação do Projecto e não de representação corporativa de quaisquer sectores ou interesses profissionais.
- c) Na organização, administração e gestão da Escola, os critérios científicos e pedagógicos deverão prevalecer sempre sobre quaisquer critérios de natureza administrativa ou outra que claramente não se compatibilizem com o Projecto e as práticas educativas ou organizacionais que dele decorrem.
- d) A vinculação à Escola dos Pais/Encarregados de Educação e dos Educadores Educativos far-se-á na base de um claro compromisso de adesão ao Projecto e será balizado por este.
- e) Os alunos, através de dispositivos de intervenção directa, serão responsabilmente implicados na gestão corrente das instalações e dos recursos materiais disponíveis e, nos termos do Regulamento Interno, tomarão decisões com impacto na organização e no desenvolvimento das actividades escolares.

40- Ainda que o alargamento do Projecto ao segundo e terceiro ciclos do ensino básico possa implicar, por razões de eficácia e operacionalidade, a sua sub-divisão em núcleos dotados da necessária autonomia, que poderão inclusivamente funcionar em espaços distintos e integrados noutras escolas, a unidade e coerência do Projecto deverão ser sempre salvaguardadas, garantindo-se designadamente:

- a) A existência de um Coordenador Geral de Projecto, que assegure a permanente articulação entre os núcleos.
- b) A instituição de um Conselho de Projecto, que assegure a democraticidade e colegialidade das decisões da equipe de orientadores educativos da Escola.
- c) A representação de todos os núcleos, através dos respectivos coordenadores, no Conselho de Gestão e no Conselho de Direcção.
- d) A existência de uma única Assembleia de Alunos.

## **Anexo B**

### **Regulamento Interno**

#### **Capítulo I**

#### **Disposições Gerais**

##### **Artigo 1.º**

##### **Âmbito de Aplicação**

1. O presente Regulamento Interno, adiante designado apenas por Regulamento, tem aplicação na Escola da Ponte.
2. Dado que o presente Regulamento explicita a estrutura organizacional que decorre do Projecto Fazer a Ponte, quaisquer dúvidas sobre o sentido das suas disposições deverão ser clarificadas à luz dos princípios, finalidades e objectivos do próprio Projecto.

##### **Artigo 2.º**

##### **Objectivos**

São objectivos do presente Regulamento:

1. Explicitar a estrutura organizacional do Projecto Fazer a Ponte e contribuir para o mais correcto e solidário funcionamento da Escola;
2. Favorecer uma progressiva tomada de consciência dos direitos e deveres que assistem a cada um dos membros da comunidade escolar;
3. Facilitar uma equilibrada e compensadora integração da Escola na comunidade envolvente.

#### **Capítulo II**

#### **Sobre as estruturas educativas**

##### **Artigo 3.º**

##### **Organização pedagógica**

1. O Projecto Fazer a Ponte é a matriz referencial e a fonte legitimadora de todas as opções organizacionais consagradas no presente Regulamento.
2. Sem prejuízo da coerência e estabilidade do percurso escolar dos alunos e do trabalho solidário em equipa dos Orientadores Educativos, o Projecto Fazer a Ponte organiza-se, por razões de operacionalidade, em diferentes estruturas educativas.

##### **Artigo 4.º**

## Núcleos de Projecto

1. Os Núcleos de Projecto, que poderão ou não funcionar nas mesmas instalações e utilizar ou não os mesmos recursos, em função das condições existentes e em resultado da ponderação e decisão do Conselho de Projecto, são a primeira instância de organização pedagógica do trabalho de alunos e Orientadores Educativos, correspondendo a unidades coerentes de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social.

& único -Salvo em circunstâncias excepcionais, devidamente reconhecidas e avalizadas pela equipa de Orientadores Educativos, cada Núcleo de Projecto não deverá integrar mais de cem alunos.

2. São três os Núcleos de Projecto: Iniciação, Consolidação e Aprofundamento.

3. No Núcleo de Iniciação, as crianças adquirirão as atitudes e competências básicas que lhes permitam integrar-se de uma forma equilibrada na comunidade escolar e trabalhar em autonomia, no quadro de uma gestão responsável de tempos, espaços e aprendizagens. A sua transição para o Núcleo de Consolidação ocorrerá quando possuírem o perfil definido no Anexo I do presente Regulamento.

4. No Núcleo de Consolidação, os alunos consolidarão as competências básicas adquiridas no Núcleo de Iniciação e procurarão atingir o perfil definido no Anexo II do presente Regulamento, podendo ainda ser envolvidos, com assentimento dos respectivos Encarregados de Educação, em projectos de extensão e enriquecimento curriculares, bem como de pré-profissionalização.

& único -Salvo em circunstâncias excepcionais, devidamente reconhecidas e avalizadas pelo Conselho de Projecto, nenhuma criança poderá, no âmbito do Projecto, transitar do Núcleo de Iniciação para o Núcleo de Consolidação sem atingir o perfil definido no Anexo I.

5. No Núcleo de Aprofundamento, os alunos desenvolverão as competências definidas no Anexo III do presente Regulamento e simultaneamente desenvolverão as competências definidas para o final do Ensino Básico, podendo ainda ser envolvidos, com o assentimento dos respectivos Encarregados de Educação, em projectos complementares de extensão e enriquecimento curriculares, bem como de pré-profissionalização.

Página 3 de 18

& único -Salvo em circunstâncias excepcionais, devidamente reconhecidas e avalizadas pelo Conselho de Projecto, nenhum aluno com menos de 13 anos de idade poderá ser envolvido em projectos de pré-profissionalização.

## **Artigo 5.º**

### **Articulação Curricular**

1. Para além de articularem permanentemente a sua acção no âmbito dos Núcleos de Projecto que integrem, numa lógica de trabalho horizontal, os Orientadores Educativos deverão ainda, numa lógica de trabalho vertical e transversal, nas respectivas Dimensões (Anexo IV), articular construtivamente a sua acção com os colegas dos demais Núcleos, por forma a garantir a coerência e a qualidade dos percursos de aprendizagem dos alunos à luz do Projecto Educativo da Escola.
2. A articulação valorizará cinco dimensões curriculares fundamentais, nos termos do Projecto Educativo da Escola:
  - a. A dimensão do desenvolvimento linguístico;
  - b. A dimensão do desenvolvimento lógico-matemático;
  - d. A dimensão do desenvolvimento identitário;
  - e. A dimensão do desenvolvimento artístico.
3. O projecto curricular de cada aluno compreenderá não apenas as dimensões referidas no número anterior, mas ainda o domínio tecnológico, entendido numa perspectiva eminentemente transversal e instrumental, e o domínio afectivo e emocional.
4. A equipa de cada Núcleo de Projecto integrará Orientadores Educativos mais vocacionados, pela sua formação e experiência profissionais, para apoiar e orientar, numa perspectiva de acrescida especialização, o percurso de aprendizagem dos alunos em cada uma das dimensões curriculares fundamentais.
5. O Regimento do Conselho de Projecto enunciará os modelos e as formas operacionais a que deverá obedecer a articulação curricular.

## **Artigo 6.º**

### **Coordenadores de Dimensão**

Os Coordenadores de Dimensão são os principais promotores e garante da articulação do trabalho no domínio específico das dimensões referidas no ponto 2 do artigo 5.º do presente regulamento.

## **Artigo 7.º**

### **Designação dos Coordenadores de Dimensão**

1. Os Coordenadores de Dimensão são escolhidos pelos elementos que a constituem, em eleição a realizar na primeira reunião de cada ano lectivo e em que estejam presentes todos os orientadores educativos.
2. Os Coordenadores de Dimensão têm de ser, obrigatoriamente, Orientadores Educativos com, pelo menos, um ano de experiência no Projecto.

## **Artigo 8.º**

### **Competências do Coordenador de Dimensão**

1. Compete ao coordenador de Dimensão curricular:
  - a. Coordenar a actividade da equipa de Orientadores Educativos da Dimensão;
  - b. Promover a articulação intra Dimensão;
  - c. Promover a articulação do trabalho desenvolvido na Dimensão com o Conselho de Gestão.

## **Artigo 9.º**

### **Equipa de Núcleo**

1. Cada Núcleo de Projecto terá a sua equipa de Orientadores Educativos, escolhidos pelo Conselho de Gestão à luz dos princípios de articulação curricular consagrados no artigo 5.º do presente Regulamento, sob proposta conjunta do Coordenador de Núcleo e do Coordenador Geral do Projecto.
- & único -Por decisão do Conselho de Gestão e no interesse do Projecto, cada Orientador Educativo poderá, em qualquer momento, com a sua concordância, ser afectado, a tempo inteiro ou parcial, a um Núcleo distinto daquele a que se encontra prioritariamente vinculado.

## **Artigo 10.º**

### **Integração e Transição entre Núcleos**

1. Só em circunstâncias excepcionais, devidamente reconhecidas e avalizadas pelo Conselho de Projecto, uma criança com menos de sete anos de idade poderá integrar o Núcleo de Consolidação.
2. A transição dos alunos do Núcleo de Iniciação para o Núcleo de Consolidação e do Núcleo de Consolidação para o Núcleo de Aprofundamento poderá ocorrer a qualquer momento e será sempre decidida, caso a caso, pelo Núcleo que o aluno integra, sob proposta do respectivo Tutor e em sintonia com os Encarregados de Educação, a partir de uma avaliação global das competências desenvolvidas pelo aluno e de uma cuidadosa ponderação do seu estágio de desenvolvimento e dos seus interesses e expectativas.
- & único – A avaliação sumativa dos alunos integrados em qualquer Núcleo deverá sempre acautelar, nos termos da legislação aplicável, a eventualidade da sua transferência para outras escolas a meio do respectivo percurso formativo.
3. Só em circunstâncias excepcionais, devidamente reconhecidas e avalizadas pelo Conselho de Projecto, sob proposta do respectivo Tutor e em sintonia com os respectivos Encarregados de Educação, uma criança com menos de nove anos de idade poderá, no âmbito do Projecto, integrar o Núcleo de Aprofundamento, desde que preenchidos os requisitos legais enquadradores dos “casos especiais de progressão”.

## **Artigo 11.º**

### **Tutoria**

1. O acompanhamento permanente e individualizado do percurso curricular de cada aluno caberá a um Tutor designado para o efeito pelo Coordenador de Núcleo de entre os Orientadores Educativos do respectivo Núcleo, ouvidos estes e os alunos.
2. Incumbe ao Tutor, para além de outras tarefas que lhe venham a ser atribuídas pelo Conselho de Gestão, ouvido sempre o Conselho de Projecto:
  - a. Providenciar no sentido da regular a actualização do dossier individual dos alunos tutorados, especialmente, dos respectivos registos de avaliação;
  - b. Acompanhar e orientar, individualmente, o percurso educativo e os processos de aprendizagem dos alunos tutorados;
  - c. Manter os Encarregados de Educação permanentemente informados sobre o percurso educativo e os processos de aprendizagem dos alunos tutorados;



- d. Articular com os Encarregados de Educação e com os demais Orientadores Educativos as respostas a dar pela Escola aos problemas e às necessidades específicas de aprendizagem dos alunos tutorados.

## **Artigo 12.º**

### **Assembleia de Escola**

1. Enquanto dispositivo de intervenção directa, a Assembleia de Escola é a estrutura de organização educativa que proporciona e garante a participação democrática dos alunos na tomada de decisões que respeitam à organização e funcionamento da Escola.
2. Integram a Assembleia todos os alunos da Escola.
3. Os Orientadores Educativos e demais profissionais de educação da Escola, bem assim como os Pais/Encarregados de Educação, podem participar nas sessões da Assembleia, sem direito de voto.
4. A Assembleia reúne semanalmente e é dirigida por uma Mesa, eleita, anualmente, pelos alunos.
5. A eleição da Mesa é efectuada através de voto secreto e os mandatos distribuídos através do método de Hondt.
6. No início do ano, os alunos constituir-se-ão em listas, salvaguardando a paridade de géneros e a presença de alunos de todos os anos/vezes e os critérios definidos pela Comissão Eleitoral. 7. Incumbe, prioritariamente, à Assembleia:
  - a. Elaborar e aprovar o seu Regimento;
  - b. Pronunciar-se sobre todos os assuntos que os diferentes órgãos da Escola entendam submeter à sua consideração;
  - c. Reflectir por sua própria iniciativa sobre os problemas da Escola e sugerir para eles as soluções mais adequadas;
  - d. Apresentar, apreciar e aprovar propostas que visem melhorar a organização e o funcionamento da Escola;
  - e. Aprovar o código de direitos e deveres dos alunos;
  - f. Acompanhar o trabalho dos Grupos de Responsabilidade.
8. Incumbe à Mesa da Assembleia designar metade da Comissão de Ajuda, sendo a outra metade designada pelo Conselho de Projecto.

### **Artigo 13.º**

#### **Responsabilidades**

1. Os alunos e Orientadores Educativos organizam-se, no início de cada ano lectivo, em grupos de Responsabilidades.
2. Os grupos de Responsabilidade asseguram uma gestão dos espaços de trabalho e das diferentes formas de intervenção dos alunos, na vida da Escola.
3. O mapa de Responsabilidades será definido no início de cada ano lectivo e incluirá a Mesa da Assembleia de Escola.

### **Capítulo III**

#### **Sobre os Órgãos da Escola**

### **Artigo 14.º**

#### **Órgãos**

1. São órgãos de direcção, gestão e administração da escola:
  - a. Conselho de Pais/Encarregados de Educação;
  - b. Conselho de Direcção;
  - c. Conselho de Gestão;
  - d. Conselho de Projecto;
  - e. Conselho Administrativo.

#### **Secção I**

#### **Conselho de Pais/Encarregados de Educação**

### **Artigo 15.º**

#### **Conselho de Pais/Encarregados de Educação**

O Conselho de Pais/Encarregados de Educação é a fonte principal de legitimação do Projecto e o órgão de apelo para a resolução dos problemas que não encontrem solução nos demais patamares de decisão da Escola.

### **Artigo 16.º**

#### **Composição e Funcionamento**

1. O Conselho de Pais/Encarregados de Educação é constituído pelos Encarregados de Educação de todos os alunos matriculados na Escola.
2. Cada aluno é representado no Conselho pelo Encarregado de Educação indicado no respectivo boletim de matrícula, o qual, para o efeito, não poderá fazer-se substituir.

3. As reuniões do Conselho são convocadas e dirigidas pelo Coordenador Geral do Projecto ou, no seu impedimento, pelo Presidente do Conselho de Gestão.
- & único -As reuniões do Conselho são convocadas com uma antecedência mínima de cinco dias úteis, nos termos do respectivo Regimento.
4. Os Orientadores Educativos podem participar e intervir nas reuniões do Conselho.
5. Nas reuniões do Conselho, só os Encarregados de Educação têm direito de voto.

#### **Artigo 17.º**

##### **Quórum**

1. As decisões do Conselho só serão válidas e vinculativas para os demais órgãos se forem tomadas por maioria simples de votos em reuniões nas quais participem e estejam presentes no momento das votações, pelo menos, dois terços dos Encarregados de Educação com direito de voto ou por cinquenta por cento mais um da totalidade dos encarregados de educação com direito de voto.
2. Desde que regularmente constituído, o Conselho só poderá tomar decisões vinculativas sobre os assuntos formalmente inscritos na agenda e nos termos do respectivo Regimento.

#### **Secção II**

##### **Conselho de Direcção**

#### **Artigo 18.º**

##### **Conselho de Direcção**

O Conselho de Direcção é o órgão responsável pela definição das grandes linhas orientadoras da actividade da escola.

#### **Artigo 19.º**

##### **Composição**

1. O Conselho de Direcção é constituído por treze elementos, a saber:
  - a. Três representantes dos Encarregados de Educação;
  - b. O Presidente da Direcção da Associação de Pais;
  - c. O Presidente da Junta de Freguesia de Vila das Aves;
  - d. Um representante das actividades culturais ou sócio-económicas locais;
  - e. Os cinco elementos que constituem o Conselho de Gestão;
  - f. O chefe dos serviços administrativos;
  - g. Um elemento da comunidade científica.

2. O presidente da Mesa da Assembleia de Alunos participa sem direito de voto nas reuniões do Conselho de Direcção, sempre que o desejar ou for para tal formalmente convidado.

### **Artigo 20.º**

#### **Designação dos Representantes**

1. Os representantes dos Encarregados de Educação são eleitos em cada Núcleo de Projecto, nos termos do respectivo Regimento;
2. O representante das actividades culturais ou sócio-económicas locais e o elemento da comunidade científica são cooptados pelos restantes elementos.

### **Artigo 21.º**

#### **Eleição do Presidente**

1. O Presidente do Conselho de Direcção será necessariamente um dos Encarregados de Educação, devendo a sua eleição ocorrer na primeira reunião anual do órgão, a realizar até ao final do mês de Setembro.
2. O Presidente da Direcção da Associação de Pais não poderá acumular as funções de Presidente do Conselho de Direcção.

### **Artigo 22.º**

#### **Duração dos mandatos**

1. O mandato dos representantes dos Encarregados de Educação de cada Núcleo de Projecto, do representante das actividades culturais ou sócio-económicas locais e o elemento da comunidade científica tem a duração de um ano lectivo.
2. Os membros do Conselho de Direcção são substituídos no exercício do cargo sempre que perderem a qualidade que determinou a sua eleição ou designação.
- & único No caso de um dos representantes dos encarregados de educação perder a sua qualidade, por mudança de Núcleo do seu educando, este manter-se-á em funções até ao final do mandato.
3. As vagas resultantes da cessação do mandato de qualquer membro do órgão são preenchidas nos termos do respectivo Regimento.

### **Artigo 23.º**

#### **Competências**

1. É da competência do Conselho de Direcção:
  - a. Elaborar e aprovar o respectivo Regimento;
  - b. Eleger o seu presidente, nos termos do artigo 16º;

- c. Nomear o Gestor do Conselho de Gestão e aprovar o Regulamento do respectivo concurso de admissão;
- d. Ratificar a designação do Coordenador Geral do Projecto e dos Coordenadores dos Núcleos de Projecto e aprovar a substituição dos mesmos;
- e. Aprovar as alterações ao Projecto Educativo e acompanhar e avaliar a sua execução;
- f. Aprovar as alterações ao Regulamento Interno da Escola;
- g. Emitir pareceres sobre as actividades desenvolvidas, verificando a sua conformidade com o Projecto Educativo;
- h. Apreciar as informações e os relatórios apresentados pelo Conselho de Gestão;
- i. Aprovar propostas de contrato de autonomia;
- k. Apreciar o relatório de contas de gerência;
- l. Apreciar os resultados dos processos de avaliação da Escola;
- m. Promover e incentivar o relacionamento com a comunidade envolvente;
- n. Requerer ao Coordenador Geral do Projecto a convocatória do Conselho de Pais/ Encarregados de Educação.

#### **Artigo 24.º**

##### **Funcionamento**

- 1. O Conselho de Direcção reúne ordinariamente uma vez por trimestre.
- 2. Pode reunir extraordinariamente:
  - a. Sempre que seja convocado pelo respectivo Presidente;
  - b. A requerimento de um terço dos seus membros em efectividade de funções.

#### **Secção III**

##### **Conselho de Gestão**

#### **Artigo 25.º**

##### **Conselho de Gestão**

O Conselho de Gestão é o órgão responsável pela gestão de toda actividade da escola, tendo em conta as directivas emanadas do Conselho de Direcção e em desejável sintonia com o Conselho de Projecto, nos termos do presente Regulamento.

## **Artigo 26.º**

### **Composição**

1. O Conselho de Gestão é um órgão colegial constituído por cinco elementos, a saber:
  - a. Um Gestor, que preside ao órgão;
  - b. O Coordenador Geral do Projecto;
  - c. Os Coordenadores dos Núcleos de Projecto.
2. Na primeira reunião do Conselho de Gestão após a sua tomada de posse, o Gestor nomeará um dos membros do Conselho de Gestão que o substituirá em caso de ausência.
- & único – Nenhum dos elementos do Conselho de Gestão poderá acumular as suas funções com as de Coordenação de Dimensão.

## **Artigo 27.º**

### **Competências**

1. Compete ao Conselho de Gestão elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Direcção:
  - a. As propostas de alteração ao Regulamento Interno da Escola;
  - b. As propostas de contratos de autonomia a celebrar com a administração educativa;
  - c. O regime de funcionamento da escola;
  - d. As propostas de protocolos de colaboração ou associação a celebrar com outras instituições.
2. No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao Conselho de Gestão:
  - a. Elaborar e aprovar o seu Regimento;
  - b. Representar a Escola;
  - c. Assegurar o correcto funcionamento dos Núcleos de Projecto, garantindo a articulação das suas actividades nos planos funcional e curricular;
  - d. Elaborar e aprovar o projecto de orçamento anual, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho de Direcção.;
  - e. Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar;
  - f. Supervisionar a organização e realização das actividades de enriquecimento curricular ou de tempos livres;

- g. Superintender na gestão de instalações, espaços, equipamentos e outros recursos educativos;

- h. Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente e não docente, nos termos do contrato de autonomia e com observância das normas aplicáveis do presente Regulamento;
  - i. Proceder à selecção do pessoal docente e não docente da Escola;
  - j. Proceder à abertura de concurso para a admissão do Gestor;
  - k. Proceder à avaliação do pessoal docente (nos termos do modelo anexo – Anexo V) e não docente;
  - l. Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;
  - m. Exercer o poder hierárquico relativamente ao pessoal docente e não docente.
  - n. Proceder à atribuição das Responsabilidades ouvidos os alunos e os orientadores educativos.
3. O Regimento do Conselho de Gestão fixará, no respeito das orientações consagradas no presente Regulamento, as funções e competências a atribuir a cada um dos seus membros.

### **Artigo 28.º**

#### **Designação e Recrutamento do Gestor**

1. O Gestor é escolhido mediante concurso público, organizado e supervisionado pelo Conselho de Direcção.
2. Em tudo o que respeitar ao recrutamento do Gestor, deverá ser respeitado o estipulado pelo Decreto Lei n.º 75/ 2008 de 22 de Abril, artigos 21.º (exceptuando o ponto 5), 22.º, 23.º, 24.º (exceptuando os pontos 2 e 3), 25.º (exceptuando os pontos 1, 8 e 9), 26.º, 27.º, 28.º e 29.º, devendo-se ler «Conselho de Direcção» onde se lê «Conselho Geral» e «Gestor» onde se lê «Director».
3. O regulamento do concurso definirá o perfil do Gestor e, concomitantemente, especificará os critérios de valoração do currículo dos candidatos, de acordo com as orientações expressas no Regimento do Conselho de Gestão.

### **Artigo 29.º**

#### **Coordenador Geral do Projecto**

1. O Coordenador Geral do Projecto é o principal promotor e garante da articulação do trabalho dos Núcleos e dos respectivos coordenadores.
2. O Coordenador Geral do Projecto é:
  - a. Eleito pelo Conselho de Projecto e ratificado pelo Conselho de Direcção;
  - b. No caso de o Conselho de Direcção não ratificar a eleição do Coordenador Geral, o Conselho de Projecto deverá proceder a nova eleição. Caso a escolha recaia sobre o mesmo Orientador Educativo, caberá ao Conselho de Pais a sua ratificação;
  - c. No caso de o Conselho de Pais não o ratificar, o Conselho de Projecto deverá proceder à eleição de outro Orientador Educativo, retomando-se o previsto no ponto 2.
3. Incumbe prioritariamente ao Coordenador Geral do Projecto:
  - a. Coordenar o Conselho de Projecto;
  - b. Promover a articulação das actividades dos Núcleos nos planos funcional e curricular;
  - c. Propor o modelo de avaliação interna da Escola e promover e coordenar a operacionalização do mesmo;
  - d. Propor as estratégias de formação contínua dos profissionais de educação da Escola e assegurar a concretização das mesmas;
  - e. Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Pais/Encarregados de Educação.

### **Artigo 30.º**

#### **Designação e Recrutamento dos Coordenadores de Núcleo de Projecto**

1. Os Coordenadores de Núcleo são escolhidos pelo Conselho de Projecto e ratificados pelo Conselho de Direcção.
2. Os Coordenadores de Núcleo têm de ser, obrigatoriamente, Orientadores Educativos com, pelo menos, um ano de experiência no Projecto e no Núcleo a que se candidatam, aplicando-se à sua ratificação o previsto no ponto 2, do artigo 7º, com as devidas adaptações.
3. Compete a cada Coordenador de Núcleo de Projecto:
  - a. Coordenar a actividade da equipa de Orientadores Educativos do Núcleo;
  - b. Proceder à atribuição das tutorias;
  - c. Incentivar e favorecer a integração curricular e o trabalho inter e transdisciplinar;



- d. Concorrer, em sintonia de esforços com o Coordenador Geral do Projecto e os demais Coordenadores, para a articulação do trabalho entre os Núcleos;
- e. Apoiar, no plano da avaliação dos alunos e da informação aos Encarregados de Educação, o trabalho dos tutores.

### **Artigo 31.º**

#### **Mandato**

1. O mandato dos membros do Conselho de Gestão tem a duração do período de vigência do Contrato de Autonomia.
2. O mandato dos membros do Conselho de Gestão pode cessar:
  - a. No final do ano escolar, quando assim for deliberado por mais de dois terços dos membros da Conselho de Direcção, com base numa avaliação fundamentada desfavorável do desempenho do membro em causa.
  - b. A todo o momento, a requerimento fundamentado do interessado dirigido ao presidente do Conselho de Direcção e aprovado por mais de dois terços dos elementos do referido conselho.
3. A cessação do mandato dos Coordenadores dos Núcleos de Projecto determina a sua substituição por um outro Orientador Educativo do mesmo Núcleo, designado pelo Conselho de Projecto.
4. A cessação do mandato do Gestor determina a abertura de concurso para a admissão de um novo

#### **Gestor**

### **Artigo 32.º**

#### **Funcionamento**

O Conselho de Gestão reúne, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que seja convocado por iniciativa de qualquer um dos seus membros, nos termos do respectivo Regimento.

### **Secção IV**

#### **Conselho de Projecto**

### **Artigo 33.º**

#### **Conselho de Projecto**

O Conselho de Projecto é o órgão de coordenação e orientação pedagógica da escola.

### **Artigo 34.º**

#### **Composição**

1. O Conselho de Projecto é constituído por todos os Orientadores Educativos da Escola, qualquer que seja a sua formação ou a especificidade técnica das funções que desempenhem.
2. Nos termos do respectivo Regimento, poderão ainda fazer parte do Conselho de Projecto, designados em regime de cooptação, outros membros da comunidade escolar.
3. Sempre que necessário, poderão participar nas reuniões de Conselho de Projecto, nos termos do respectivo Regimento, representantes do pessoal não docente.
4. Sempre que necessário, poderão participar nas reuniões de Conselho de Projecto, nos termos do respectivo Regimento, alunos.

### **Artigo 35.º**

#### **Presidência**

A presidência do Conselho de Projecto é assegurada pelo Coordenador Geral de Projecto ou por quem as suas vezes fizer.

### **Artigo 36.º**

#### **Competências**

1. Ao Conselho de Projecto compete:
  - a. Elaborar e aprovar propostas de alteração ao Projecto Educativo;
  - b. Elaborar e aprovar o seu Regimento;
  - c. Aprovar orientações relativamente à elaboração de projectos;
  - d. Aprovar as estratégias de formação contínua do pessoal da Escola;
  - e. Aprovar orientações no âmbito da organização e gestão curriculares;
  - f. Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curriculares, dos apoios complementos educativos e das modalidades especiais ou supletivas de educação escolar;
  - g. Escolher e elaborar os suportes de trabalho dos seus alunos;
- h. Incentivar e apoiar iniciativas de índole formativa e cultural;
- i. Proceder ao acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações;
- j. Promover e facilitar a articulação curricular dos Núcleos de Projecto nos planos horizontal e transversal.

Página 16 de 18

### **Artigo 37.º**

## **Funcionamento**

1. O Conselho de Projecto reúne, ordinariamente, duas vezes por trimestre.
2. O Conselho de Projecto pode reunir extraordinariamente a requerimento de dois terços dos seus membros em efectividade de funções ou do Conselho de Gestão, nos termos do respectivo Regimento.

## **Secção V**

### **Conselho Administrativo**

#### **Artigo 38.º**

O Conselho Administrativo é o órgão de administração e gestão da Escola com competência deliberativa em matéria administrativo-financeira.

#### **Artigo 39.º**

##### **Composição**

1. O Conselho Administrativo é constituído:
  - a. Pelo Gestor do Conselho de Gestão;
  - b. Por um elemento do Conselho de Gestão que não o seu substituto definido no ponto 2 do artigo 26.º.
  - c. Pelo Chefe dos Serviços de Administração Escolar.

#### **Artigo 40.º**

##### **Competências**

1. Compete ao Conselho Administrativo:
  - a. Elaborar e aprovar o seu Regimento;
  - b. Aprovar o projecto de orçamento anual da Escola, em conformidade com as linhas orientadoras estabelecidas pelo Conselho de Direcção;
  - c. Elaborar o relatório de contas de gerência;
  - d. Autorizar a realização de despesas e respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;

Página 17 de 18

- e. Zelar pela actualização do cadastro patrimonial da escola.

#### **Artigo 41.º**

##### **Funcionamento**

1. O Conselho Administrativo reúne, ordinariamente, uma vez por mês.
2. O Conselho Administrativo pode reunir extraordinariamente, nos termos do respectivo Regimento.

**Capítulo V**  
**Direitos e Deveres**  
**Artigo 42º**

**Direitos e Deveres dos Alunos**

1. Os direitos e os deveres dos alunos são todos aqueles que decorrem:
  - a. Do Projecto Educativo e Regulamento Interno da Escola;
  - b. Da Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro (Estatuto do Aluno do Ensino Não Superior) e demais legislação atinente.
2. O código de direitos e deveres será, todos os anos, reflectido e aprovado pelos alunos, no âmbito da respectiva Assembleia.

**Artigo 43.º**

**Direitos e Deveres dos Pais/Encarregados de Educação**

1. Os direitos e os deveres dos Pais/Encarregados de Educação são todos aqueles que decorrem:
  - a. Do Projecto Educativo e Regulamento Interno da Escola;
  - b. Da responsabilidade de participação nos órgãos da Escola;
  - c. De toda a legislação aplicável.
2. Os Pais/Encarregados de Educação que desejem matricular na Escola os seus educandos comprometer-se-ão, formalmente, a respeitar e a fazer cumprir o Projecto Educativo e o Regulamento Interno da Escola, reconduzindo a estes documentos as demais normas atinentes que não se adequem à especificidade da organização e das práticas educativas da Escola.
3. Os Pais/ Encarregados de Educação que desejarem consultar o processo individual do seu educando terão que o fazer na presença do respectivo professor Tutor.

#### **Artigo 44.º**

#### **Direitos e Deveres dos Orientadores Educativos**

1. Os direitos e os deveres dos Orientadores Educativos são todos aqueles que decorrem:
  - a. Do Projecto Educativo da Escola;
  - b. Da responsabilidade de participação nos órgãos e estruturas da Escola;
  - c. Do perfil do Orientador Educativo da Escola, apenso ao Projecto Educativo.
2. Os Orientadores Educativos comprometer-se-ão, formalmente, a cumprir e a fazer cumprir o Projecto Educativo e o Regulamento Interno da Escola, reconduzindo a estes documentos as normas atinentes do Estatuto da Carreira Docente e demais legislação aplicável que não se adequem à especificidade da organização e das práticas educativas da Escola.

#### **Capítulo VI**

#### **Disposições Transitórias**

#### **Artigo 45.º**

#### **Designação**

1. Concomitantemente com a homologação do presente Regulamento, a designação da Escola que resultou da Portaria nº1258/2002, de 12 de Setembro, (Escola Básica Integrada com Jardim de Infância de Aves/S.Tomé de Negrelos) será alterada para Escola da Ponte.

#### **Artigo 46º**

#### **Entrada em Vigor e Aplicação do Regulamento Interno**

1. O presente Regulamento Interno entrará em vigor após a respectiva homologação.

## Anexo C

**Excerto do documento de reflexão interna que foi produzido quando a escola passou a ter o 2º Ciclo do Ensino Básico (2001)<sup>9</sup>.**

### *Inventário de dispositivos*

Luísa Cortesão (1996) citada em Araújo (1999:71) define “dispositivos pedagógicos” como “estratégias e materiais a que se pode recorrer na prática educativa, concebidos criticamente e elaborados como propostas educativas adequadas às características socioculturais identificadas pelos professores como estando presentes no grupo de alunos com que trabalham (...) por serem extremamente úteis na conquista de aprendizagens curriculares (...) procuram também valorizar aos próprios olhos a sua imagem e a do grupo a que pertencem”.

Na Escola da Ponte, o conceito de dispositivo pedagógico ultrapassa o nível das estratégias e materiais, agrega suportes de uma cultura organizacional enquadrada num projecto educativo específico, não se limitando ao domínio do desenvolvimento curricular.

Uma das dificuldades colocadas a este trabalho de auto-avaliação consistiu no facto de não serem conhecidos processos de avaliação de projectos com as mesmas características ou com componentes afins do projecto da escola da Ponte. Os estudos que poderiam constituir-se em referências têm por objecto práticas educativas no contexto de sala de aula nas quais predomina uma organização do trabalho escolar quase exclusivamente assente numa perspectiva de ensino. Ainda que os estudos não o explicitem, os espaços educativos onde decorrem essas investigações caracterizam-se por essa lógica e pela manutenção de uma organização “tradicional”. Isto é, assentam numa racionalidade de organização do trabalho escolar e numa gestão do currículo que mantêm inquestionada a divisão tradicional dos tempos e espaços lectivos, a tradicional subdivisão dos alunos em ciclos, anos de escolaridade, turmas...

---

<sup>9</sup> <http://www.escoladaponte.com.pt/documentos/escola%20da%20pontede-25%20anos.pdf>

Neste quadro, a definição de dispositivo pedagógico fica condicionada aos limites que as práticas investigadas estabelecem e que pouco ou nada têm de comum com as práticas desenvolvidas nesta escola.

Assim, no quadro do presente estudo, o dispositivo pedagógico será entendido como suporte de uma cultura organizacional específica, sendo considerado nessa qualidade toda e qualquer manifestação (identificada como rotina, estratégia, material, recurso...) que contribua para a produção, reprodução e transformação da cultura predominante numa determinada comunidade educativa.

## *Listagem dos dispositivos pedagógicos*

1. Eu já sei	2. Preciso de ajuda
3. Acho bem	4. Acho mal
5. Acho mal/acho bem	6. Caixinha dos segredos
7. Jornal	8. Computador
9. Computador e audio-visual	10. Aula directa
11. Assembleia	12. Eleição de Assembleia
13. Convocatória (assembleia)	14. Actas (assembleia)
15. Debate	16. Plano do dia
17. Plano da quinzena	18. Planos do aluno/individual
19. Plano dos objectivos	20. Registo de presenças
21. Cartaz dos aniversários	22. Mapa das responsabilidades
23. Grelha de jogos das perguntas	24. Jogo das perguntas
25. Comissão de ajuda	26. Registos de avaliação
27. Registos de avaliação	28. (Processos e percursos individuais)
29. Cartaz da correspondência	30. Jornal de parede
31. Grupo (trabalho de)	32. Responsabilidades do grupo
33. Caderno de recados	34. Grelha de aulas directas
35. Grelha dos objectivos	36. Material didáctico (matemática e outros jogos)
37. Bibliografias individuais e colectivas	38. Clube dos leitores
39. Placares expositivos e informativos / murais	40. Planificação quinzenal dos professores
41. Registos escritos: frases, palavras, avisos, frases afixadas nos placares	42. Correspondência /e.mail (enviada/recebida)
43. Registo dos projectos	44. Registo trabalhos da quinzena
45. Registo da consulta para pesquisa	46. Livro da "vida"
47. Biblioteca	48. Projecto de escola
49. Auto-avaliação	50. Direitos e deveres
51. Plano dos objectivos	52. Avaliação
53. Jogos	54. Responsabilidades/ Reuniões de pais
55. Reuniões de professores	56. "tutoria" de alunos (prof.)
57. Relatórios	58. Visitas de estudo
59. Pedir a palavra	60. Música nos espaços
61. Avaliação (registos, fichas, quadro – ind./colectivo)	62. Distribuição responsabilidades projectos
63. Clube dos limpinhos	64. Terrário
65. Texto livre	66. Equipa de projecto
67. Auto-avaliação e comunicações	68. Associação de pais
69. Trabalho de pesquisa	70. Cacifos
71. Perdidos e achados	72. Plano eco-escolas
73. Lista dos problemas da escola e da vila	74. Agrupamento de escolas



## Caracterização dos dispositivos

Função	Dispositivo
Suportes de organização do trabalho escolar	Escola de <i>área aberta</i>
	Assembleia de escola: Mesa da Assembleia Comissão de ajuda Plenário Conselho “eco-escolas” “Clube dos Limpinhos”
	Trabalho cooperativo em grupo heterogéneo de alunos
	Trabalho cooperativo em equipa de professores
	Projecto Educativo
	Agrupamento de Escolas
Relação escola-comunidade	Associação de pais
	Contactos com pais: Reuniões de Sábado Caderno de recados Atendimento diário e tutoria
	Parcerias
Gestão integrada e flexível do currículo (rotinas)	Debate: Ler para os outros Novidades e jornal diário Discussão de um assunto
	Aula directa: Solicitada pelos alunos Estabelecida pelos professores
	Tarefas e responsabilidades: Individuais De grupo
	Regras elementares: Pedido de palavra Trabalho “com categoria”
	Visita de estudo
	Gestão dos cacifos
Gestão integrada e flexível do currículo (instrumentos)	Núcleo documental: Biblioteca de pesquisa (manuais, livros temáticos, enciclopédias, etc.) Rede de computadores
	Registos de auto-planificação dos alunos: Plano Quinzenal Plano diário
	Planos dos professores
	Registos de auto-avaliação “Eu já sei”
	Ficha de avaliação formativa
	Ficha de informação
	Capa de arquivo dos trabalhos
	Pedido de ajuda “Preciso de ajuda”
	Jornal escolar: Jornal de parede Jornal em papel Jornal em suporte informático
	Registo de disponibilidade
	“Acho bem, acho mal”
	Bibliografias
	Listagem de direitos e deveres
	Caixa dos Segredos
	Documentos da Assembleia: Convocatórias Actas Outros (relatório, manifesto, etc.)
	Equipamento áudio e visual
Função	Dispositivo
Gestão integrada e flexível do	Grelha de objectivos (currículo nacional)

currículo (instrumentos)	Registo de presenças
	Cartaz dos aniversários
	Mapa de responsabilidades
	Cartaz da correspondência: Cartas Correio electrónico
	Núcleo de experiências: Terrário Viveiro do bicho-da-seda
	Mural de avisos e recomendações
	Mural do “ <i>jogo das perguntas</i> ”
	Cartazes de preparar projectos
	Registo de pesquisa
	“ <i>Livro da vida</i> ”
	Música ambiente
	“ <i>Perdidos e achados</i> ”
	“ <i>Folhas de rascunho</i> ”
	“ <i>Textos inventados</i> ”
Actividades de complemento curricular	Clube dos leitores
	Oficina dos computadores
	Jogos educativos

## Anexo D

### PERFIL DO ORIENTADOR EDUCATIVO

**1- RELATIVAMENTE À ESCOLA E AO PROJECTO** a) Cumpre com pontualidade as suas tarefas, não fazendo esperar os outros.

b) É assíduo e, se obrigado a faltar, procura alertar previamente a Escola para a sua ausência.

c) Revela motivação e disponibilidade para trabalhar na Escola.

d) Contribui, activa e construtivamente, para a resolução de conflitos.

e) Contribui activa e construtivamente para a tomada de decisões

f) Toma iniciativas adequadas às situações.

g) Alia, no desempenho das suas tarefas, a criatividade à complexidade, originalidade e coerência.

h) Apresenta propostas, busca consensos, critica construtivamente.

i) Produz ou propõe inovações.

j) Procura harmonizar os interesses da Escola e do Projecto com os seus interesses individuais.

k) Age de uma forma autónoma, responsável e solidária.

l) Procura fundar no Projecto os juízos e opiniões que emite.

m) Domina os princípios e utiliza correctamente a metodologia de Trabalho de Projecto.

n) Assume as suas falhas, evitando imputar aos outros ou ao colectivo as suas próprias incapacidades.

o) Procura dar o exemplo de uma correcta e ponderada utilização dos recursos disponíveis.

### 2- RELATIVAMENTE AOS COLEGAS

- a) Está atento às necessidades dos colegas e presta-lhes ajuda, quando oportuno.
- b) Pede ajuda aos colegas quando tem dúvidas sobre como agir.
- c) Permite que os colegas o(a) ajudem quando precisa.
- d) Mantém com os colegas uma relação atenciosa, crítica e fraterna.
- e) Reconhece e aceita criticamente diferentes pontos de vista, procurando ter sempre o Projecto como referência inspiradora.
- f) Procura articular a sua acção com os demais colegas.
- g) Apoia activamente os colegas na resolução de conflitos.

### **3- RELATIVAMENTE AOS ALUNOS**

- a) Mantém com os alunos uma relação carinhosa
- b) Procura ajudar os alunos a conhecer e a cumprir as regras da Escola
- c) Procura ser firme com os alunos, sem cair no autoritarismo
- d) Procura tomar atitudes em sintonia com o colectivo
- e) Procura acompanhar de muito perto e orientar o percurso educativo dos seus tutorados

## Bibliografia Relacionada à Escola da Ponte

### Projeto Fazer a Ponte

- ALBUQUERQUE, Pedro Barbas. A Escola da Ponte: bem-me-quer, malmequer. In: ALVES, Rubem. *A Escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- ALVES, Fernando. O pássaro no ombro. In: ALVES, Rubem. *A Escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- ALVES, Rubem. *A Escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas, SP: Papirus, 2001/Porto: ASA, 2001.
- AQUINO, Julio G. e SAYÃO, Rosely. Da construção de uma escola democrática: a experiência da EMEF Amorim Lima. *EccoS – Revista Científica*, vol. 6, n. 2., dez. 2004. São Paulo: Uninove.
- AQUINO, Julio G. Os riscos da *pontefilia*. In: *Instantâneos da Escola Contemporânea*. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- ARAÚJO, D. *Encontro Entre Margens: Um olhar sobre uma escola na sua relação com a comunidade*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação na especialidade de educação e diversidade cultural. Porto: FPCE-UP, 1999.
- BARROSO, João. Escola da Ponte: defender, debater e promover a escola pública. In: CANÁRIO, Rui, MATOS, Filomena e TRINDADE, Rui (orgs.). *Escola da Ponte: um outro caminho para a Educação*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2004.
- CANÁRIO, Rui. Uma inovação apesar das reformas. In: CANÁRIO, Rui, MATOS, Filomena e TRINDADE, Rui (orgs.). *Escola da Ponte: um outro caminho para a Educação*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2004.
- CENTRO DE FORMAÇÃO CAMILO CASTELO BRANCO. Trabalho cooperativo e mudança de atitudes profissionais na escola do 1º ciclo do ensino básico. In: ALVES, Rubem. *A Escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- COCHITO, I. *Representações e práticas de autonomia e cooperação na sala de aula: um estudo de professores e alunos do 1º ciclo*. Tese de Mestrado em Educação Intercultural. Lisboa: Universidade Católica, 1999.

- DE SANTOS, Maria Emília Bredero. A escola do futuro. In: CANÁRIO, Rui, MATOS, Filomena e TRINDADE, Rui (orgs.). *Escola da Ponte: um outro caminho para a Educação*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2004.
- DEB-ME. *Fórum Escolas, Diversidade, Currículo*. Lisboa: ME, 1999 (pp. 251-254).
- DIAS, P. et al. *Actas da Segunda Conferência Internacional das TIC em Educação*. Braga: Universidade do Minho, 2001.
- ESCOLA DA PONTE. *Fazer a Ponte – 1976/2001 – 25 anos de Projecto e de projectos*. Vila das Aves, Portugal: Escola da Ponte, 2001.
- ESCOLA DA PONTE. *Fazer a Ponte (Projecto da Escola nº 1 da Ponte, Vila das Aves)*. Vila das Aves, Portugal: Escola da Ponte, 1996.
- ESCOLA DA PONTE. *Fazer a Ponte: Projecto Educativo*. Vila das Aves, Portugal: Escola da Ponte, 2003.
- ESCOLA DA PONTE. *Regulamento Interno*. Vila das Aves, Portugal: Escola da Ponte, 2003.
- FERNANDES, Sônia R. de S. e LEITE, Carlinda. A constituição do projeto pedagógico da Escola da Ponte e suas relações com os movimentos curriculares e políticas educacionais em Portugal. In: ALMEIDA, Maria de L. P. de e FERNANDES, Sônia R. S. (orgs.). *História da Educação e da Escola: olhar(es) luso-brasileiro(s)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.
- FERREIRA, Fernando Ilídio. Repensar a escola e o sentido do trabalho escolar. In: CANÁRIO, Rui, MATOS, Filomena e TRINDADE, Rui (orgs.). *Escola da Ponte: um outro caminho para a Educação*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2004.
- FRANCO, J. et al. *Experiências Inovadoras no Ensino*. Lisboa: IIE-ME, 1999.
- GEP/ME. *Da diversidade de contextos à diversidade de iniciativas*. Lisboa: ME, 1988.
- HADDAD, Jane Patrícia. *O que quer a escola? Novos olhares possibilitam outras práticas*. Rio de Janeiro: Wak, 2009.
- IIE/ME. *Educar Inovando, Inovar Educando*. Lisboa, IIE/MEC, 1990 (pp.81-82).
- MACHADO, M. *A Comunicação na Escola*. Braga: IEC-UM, 1999.
- MARQUEZAN, Reinoldo. Sobre a Ponte In: HENZ, Celso I., ROSSATO, Ricardo e BARCELOS, Valdo (orgs.). *Educação Humanizadora e os Desafios da Diversidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

- MENEZES, Isabel. Memórias de um projecto em forma de ponte. In: CANÁRIO, Rui, MATOS, Filomena e TRINDADE, Rui (orgs.). *Escola da Ponte: um outro caminho para a Educação*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2004.
- NÓVOA, António. A educação cívica de António Sérgio vista a partir da Escola da Ponte (ou vice-versa). In: CANÁRIO, Rui, MATOS, Filomena e TRINDADE, Rui (orgs.). *Escola da Ponte: um outro caminho para a Educação*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2004.
- PACHECO, José e MOREIRA, Elisabete. E o 1º Ciclo? In: LEITE, Carlinda (org.). *Avaliar a Avaliação*. Porto: Edições ASA, 1995. (Coleção Cadernos Correio Pedagógico n. 14)
- PACHECO, José Francisco de Almeida. *Contributos para a compreensão dos círculos de estudos*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto, 1995.
- PACHECO, José, EGGERTSDÓTTIR, Rósa e MARINÓSSON, Gretar L. *Caminhos para a Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PACHECO, José. A escola dos sonhos existe há 25 anos em Portugal. In: ALVES, Rubem. *A Escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- PACHECO, José. *Escola da Ponte: formação e transformação da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- PACHECO, José. Fazer a Ponte. In: CANÁRIO, Rui, MATOS, Filomena e TRINDADE, Rui (orgs.). *Escola da Ponte: um outro caminho para a Educação*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2004.
- PACHECO, José. Fazer a Ponte. In: OLIVEIRA, Inês B. (org.). *Alternativas emancipatórias em currículo*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PACHECO, José. Monodocência – Coadjuvação. In: Ministério da Educação – Departamento da Educação Básica. *Gestão Curricular no 1º Ciclo. Monodocência-Coadjuvação. Encontro de Reflexão*. Lisboa: Ministério da Educação, 2000.
- PACHECO, José. Oito tópicos para uma reflexão. In: HENZ, Celso I. e ROSSATO, Ricardo (orgs.). *Educação Humanizadora na Sociedade Globalizada*. Santa Maria: Biblos, 2007.

- PACHECO, José. Organizar a escola para a diversidade. In: GERALDI, Corinta M. G., RIOLFI, Claudia R. e GARCIA, Maria de F (orgs.). *Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.
- PACHECO, José. *Para Alice, com Amor*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PACHECO, José. *Para os Filhos dos Filhos dos Nossos Filhos*. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- PACHECO, José. *Pequeno Dicionário das Utopias da Educação*. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.
- PACHECO, José. *Pequeno Dicionário de Absurdos em Educação*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- PACHECO, José. *Quando eu for grande quero ir à Primavera e outras histórias*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2003.
- PACHECO, José. *Sozinhos na Escola*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2003.
- PACHECO, José. Trans-formações. In: MARTINS, Angela M. S. e BONATO, Nailda M. da C. (orgs.). *Trajetórias Históricas da Educação*. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.
- PACHECO, José. Um padre, um poeta e uma professora de francês. In: MOTA, Aldenira e PACHECO, Dirceu Castilho (orgs.). *Escolas em Imagens*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- PACHECO, José. Uma Escola de “Área Aberta”. In: TRINDADE, Rui. *As Escolas de Ensino Básico como Espaços de Formação Pessoal e Social*. Porto: Porto Editora, 1998.
- PACHECO, Maria de F. D. de A. Escola da Ponte: um projecto de vida, um projecto para o mundo. In: HENZ, Celso I., ROSSATO, Ricardo e BARCELOS, Valdo (orgs.). *Educação Humanizadora e os Desafios da Diversidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.
- SANTA ROSA, Cláudia S. R. Fazer a ponte para a escola de todos (as). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.



- SANTOS, Ademar Ferreira. As lições de uma escola: uma ponte para muito longe. In: ALVES, Rubem. *A Escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- SARMENTO, Manuel. Reinvenção do ofício de aluno. In: CANÁRIO, Rui, MATOS, Filomena e TRINDADE, Rui (orgs.). *Escola da Ponte: um outro caminho para a Educação*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2004.
- SAYÃO, Rosely e AQUINO, Julio G. Democracia: Abre as asas sobre nós. In: *Em Defesa da Escola*. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- SILVA, Andréa V. M. da e PACHECO, José. *Escola da Ponte Vila das Aves – Portugal*. Rio de Janeiro: Rovel, 2011.
- TRINDADE, Rui e COSME, Arianne. A construção de uma escola pública e democrática. In: CANÁRIO, Rui, MATOS, Filomena e TRINDADE, Rui (orgs.). *Escola da Ponte: um outro caminho para a Educação*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2004.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. Reflexões sobre a Escola da Ponte. *Revista de Educação AEC*. Brasília: outubro/dezembro de 2006 (n. 141).
- VASCONCELLOS, Celso dos S. Sobre pontes e pinguelas: reflexões a partir da visita à Escola da Ponte. *Relatos: Semana de Estudos em Portugal*. Pueri Domus (SP), maio de 2006.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. Zona de Autonomia Relativa. In: *Currículo: A Atividade Humana como Princípio Educativo*, 3ª ed. São Paulo: Libertad, 2011.
- VASCONCELOS, Teresa. Para que não interrompamos o projecto. In: CANÁRIO, Rui, MATOS, Filomena e TRINDADE, Rui (orgs.). *Escola da Ponte: um outro caminho para a Educação*. São Paulo: Editora Didática Suplegraf, 2004.
- VIEIRA, Vergílio. As palavras são como as cerejas. Porto: Campo de Letras, 2001.

